CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

INCUBADORAS SOCIAIS, PERSPECTIVAS DE FOMENTOS ÀS REDES DE ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rebeca Martins do Amaral

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Herlander Costa Alegre da Gama Afonso

Rio de Janeiro
JULHO/2023

INCUBADORAS SOCIAIS, PERSPECTIVAS DE FOMENTOS ÀS REDES DE ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Rebeca Martins do Amaral

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Herlander Costa Alegre da Gama Afonso (CEFET/RJ) (orientador)

_____

Professor Dr. José André Villas Bôas Mello (CEFET/RJ)

_____

Professor Dr. Narciso Ferreira dos Santos Neto (PPGMCS/UNIMONTES-MG)

SUPLENTES

_____

Professor Dr. Júlio César Valente Ferreira (CEFET/RJ)

_____

Professora Dra. Susana Iglesias Webering (PPGPDS/IM-UFRRJ)

Cefet/RJ – Sistema de Bibliotecas – *campus* Nova Iguaçu

A485 Amaral, Rebeca Martins do.
Incubadoras sociais, perspectivas de fomentos às redes de economias solidárias e o desenvolvimento regional / Rebeca Martins do Amaral. - 2023.
161 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.
Bibliografia: f. 127-143.
Orientador: Herlander Costa Alegre da Gama Afonso.

1. Planejamento regional. 2. Economia social – Rio de Janeiro, Região metropolitana do (RJ). 3. Incubadoras de empresas – Aspectos sociais. 4. Projetos de desenvolvimento social. 5. Cooperativismo – Política governamental. 6. Solidariedade – Aspectos econômicos. 7. Empreendedorismo social. I. Afonso, Herlander Costa Alegre da Gama (orient.). II. Título. CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada por: Vania Coutinho Gomes Andrade – CRB7-4952

DEDICATÓRIA

A todos os agentes políticos, sociais, econômicos, culturais, acadêmicos e cívicos que trabalham com muita dedicação, esforço e cooperação em prol da reestruturação e consolidação da Economia Solidária e das Incubadoras Sociais como políticas públicas locais, regionais e nacionais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, gratidão por ser meu Guia, Amigo, Conselheiro e Sustentador em meio aos desafios e aprendizados desta jornada.

À minha família, por serem meu porto seguro, apoio incondicional e cuidado em todos os momentos, demonstrando compreensão e cumplicidade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Herlander Afonso, pelo conhecimento compartilhado, paciência e serenidade diante das vicissitudes do processo.

Ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET), pela infraestrutura fornecida tanto para aulas como para pesquisas.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP) pelas disciplinas conduzidas de forma ricamente inspiradoras e todo suporte em forma de conselhos e apontamentos.

À minha querida amiga e colega de profissão Ariele Rodrigues, por ser uma das minhas maiores incentivadoras desde antes do início desta trajetória.

Aos meus amigos dentro e fora do mestrado, por toda torcida, incentivo, trocas de experiências e encorajamentos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelas verbas disponibilizadas na forma de bolsas para nos conceder dignidade no percurso.

“As conquistas dependem de 50% de inspiração, criatividade e sonhos, e 50% de disciplina, trabalho árduo e determinação. São duas pernas que devem caminhar juntas.”

Augusto Cury

RESUMO

Incubadoras Sociais, Perspectivas de Fomentos às Redes de Economias Solidárias e o Desenvolvimento Regional

À medida que novas demandas sociais e econômicas são identificadas nos recortes de realidade investigados pelos pesquisadores, a multidimensionalidade dos debates entre a Economia Social e Solidária – ESS – e o Desenvolvimento Regional – DR – constitui um amplo arcabouço teórico que se enrobustece. Neste cenário, instituições integradoras de base tecnológica – conhecidas por intermediarem o processo dialógico e coparticipativo entre os atores em modelos de inovação consolidados – podem ser percebidas como fonte de inovação social que favorece o atendimento destas necessidades a nível local, regional e nacional. As Incubadoras Sociais – IS – conseguem se destacar neste universo, uma vez que reafirmam os conceitos iniciais em seus processos de atuação para com empreendimentos que possuem dificuldades de se desenvolverem como estruturalmente e coletivamente sustentáveis, cujas ações são desde senso de valor coletivo e territorial, sustentabilidade e bem-estar comum, até cooperação e gestão participativa. Tais propostas são canalizadas progressivamente nas temáticas emergentes da ESS e, atrelando-se ao DR, ressignificam a valorização das potencialidades territoriais indutoras do progresso local e regional. Nesta perspectiva, o objetivo deste estudo consiste em analisar as IS enquanto instrumentos indutores ao DR através da ESS, que impactem as dimensões de transformação social e econômica no contexto da Quíntupla Hélice (5H). Para o alcance destes objetivos, o desenvolvimento da proposta recorreu a uma revisão sistemática de literatura, com apoio bibliométrico e a pesquisa de campo por meio de formulários aplicados aos actantes, IS, ESS e 5H, seguido da modelagem de equações estruturais suportadas pelo pacote computacional Vensim-PLE. Os resultados trouxeram contribuições consistentes ao cenário sistêmico expresso na literatura e o recorte da realidade analisado, mostrando suas similaridades, divergências e pontos de aprimoramento das interações em rede e da atuação das incubadoras. As principais limitações e recomendações para futuros estudos foram explorados ao final.

Palavras-chave: Economia Social e Solidária; Desenvolvimento Regional; Incubadora Social; Quíntupla Hélice; VENSIM-PLE; Dinâmica de Sistemas.

ABSTRACT

Social Incubators, Perspectives on Fostering Solidarity Economy Networks and Regional Development

As new social and economic demands are identified in the reality clippings investigated by the researchers, the multidimensionality of the debates between the Social and Solidarity Economy – SSE – and Regional Development – RD – constitute a broad theoretical framework that is strengthened. Technology-based integrating institutions, known for mediating the dialogic and co-participative process among the actors in consolidated innovation models, have been perceived as a source of social innovations that favor the meeting of these needs at local, regional, and national levels. Social Incubators – SI – can stand out in this universe, since they reaffirm some concepts in their processes of action towards enterprises that have difficulties in developing as structurally and collectively sustainable, such actions being related to the sense of collective and territorial value, common well-being, cooperation, sustainability, and participative management. Such proposals have been progressively channeled into the emerging themes of the SSE, being linked to RD, especially giving new meaning to the valorization of territorial potentialities that induce local and regional progress. From this perspective, the aim of this study is to analyse the role and pertinence of Social Incubators in leveraging the SSE-based, as well as their effects on RD; in other words, the social and economic transformation dimensions. To reach these objectives, the development of the proposal resorted to a systematic literature review, with bibliometric support, field research by means of surveys with SI, SSE and 5H, followed by the modeling of structural equations supported by the Vensim-PLE computing package. The results brought consistent contributions regarding the systemic scenario expressed in the literature and the clipping of the reality analyzed, showing its similarities, divergences, and points of improvement of network interactions and the performance of incubators. The main limitations and recommendations for future studies were explored at the end.

Keywords: Social and Solidarity Economy; Regional Development; Social Incubator; Quintuple Helix; Vensim-PLE; System Dynamic

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de planejamento para coleta de dados teórica 57

Figura 2 – Nuvem de palavras 72

Figura 3 – Rede de co-ocorrência termológica 73

Figura 4 – Mapa temático das termologias 73

Figura 5 – Rede de co-citações baseadas nas referências 75

Figura 6 – Rede de colaboração entre autores na base Scielo 76

Figura 7 – Rede de colaboração entre os autores na base Scopus 76

Figura 8 – Mapa de colaboração entre países 77

Figura 9 – Etapas para viabilidade da revisão sistemática 78

Figura 10 – Modelagem cruzada com base no Quadro 3 112

Figura 11 – Modelagem cruzada com base no Quadro 6 114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção Científica Anual nas bases Scielo e Scopus 70

Gráfico 2 – Percepção do papel das IS no contexto da 5H 93

Gráfico 3 – Intermediação da IS nas interações helicoidais 97

Gráfico 4 – Impacto social das IS na 5H 101

Gráfico 5 – Impacto econômico das IS na 5H 102

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Artigos mais relevantes nas bases 71

Quadro 1 – Caracterização dos artigos inclusos na CASP da base Scopus 79

Quadro 2 - Caracterização dos artigos inclusos na CASP da base Scielo 80

Quadro 3 – Atributos teórico-metodológicos em função das interações helicoidais com base na CASP 89

Quadro 4 – Matriz SWOT UFRJ 105

Quadro 5 – Matriz SWOT ITESS 106

Quadro 6 – Atributos teórico-empíricos em função dos eixos temáticos e interação helicoidal 110

SUMÁRIO

RESUMO 7
ABSTRACT 8
LISTA DE FIGURAS 9
LISTA DE GRÁFICOS 10
LISTA DE TABELAS E QUADROS 11
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO 14
1.1. Contextualização 14
1.2. O problema 19
1.3. Objetivos 22
1.3.1. Objetivo geral 22
1.3.2. Objetivos específicos 22
1.4. Delimitação da pesquisa 23
1.5. Principais indagações 23
1.6. Método da pesquisa 24
1.7. Relevância e aplicabilidade 24
1.8. Organização da pesquisa 25
CAPÍTULO 2 – APORTE TEÓRICO 28
2.1 Economia Social e Solidária (ESS) 28
2.1.1 Caracterização geral 28
2.1.2 Diálogos científicos 30
2.2 Desenvolvimento Regional (DR) 33
2.2.1 Caracterização geral 33
2.2.2 Diálogos científicos 35
2.3 Incubadoras Sociais (IS) 39
2.3.1 Caracterização geral 39
2.3.2 Diálogos científicos 41
2.4 Quíntupla Hélice (5H) 45
2.4.1 Caracterização geral 45
2.4.2 Diálogos científicos 46
2.5 Dinâmica de Sistemas (DS) 47
2.5.1 Caracterização geral 47
2.5.2 Diálogos científicos 49
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA 53
3.1 Classificação da pesquisa 53

3.2 Coleta de dados 54
3.2.1 Teóricos 54
3.2.2 Empíricos 55
3.2.3 Análise dos dados 57
3.2.4 Descrição dos instrumentos metodológicos 58
CAPÍTULO 4 – MODELAGEM DO CONHECIMENTO TEÓRICO 67
4.1. Bibliometria dos dados 67
4.1.1. Análise de desempenho 67
4.1.2. Mapa científico 69
4.2. Revisão Sistemática 75
4.2.1. Levantamento inicial 75
4.2.2. Análise Sistemática CASP 79
5.1. Pesquisa de campo 88
5.1.1. O perfil dos respondentes 88
5.1.2. A interseção IS *versus* 5H 89
5.1.3. As dimensões socioeconômicas 97
5.1.4. A interseção ESS, inovação social e IS 101
5.2. ITCP/COPPE/UFRJ e ITESS/CEFET/RJ: Elementos para compreensão 102
CAPÍTULO 6 – MODELAGEM CRUZADA 109
CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 116
REFERÊNCIAS 125
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA AUTOAPLICADO 142
APÊNDICE B – RESULTADO DA ANÁLISE CASP 153
ANEXO I – CASP CHECKLIST PARA REVISÃO SISTEMÁTICA 157

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Ao longo de décadas, múltiplas abordagens tridimensionais sofrem alomorfias para alcançarem novos patamares de amadurecimento que sejam adequados às demandas de suas épocas. Intensificadas pelos contextos de crise socioeconômicos, essas teorizações adentram constantes debates que visam ampliar o escopo teórico-metodológico dos seus fenômenos. Dessa forma, os emergentes dilemas podem se tornar complementares e regeneradores das teorias tradicionais e suas práticas (ÁVILLA; CAMPOS, 2018).

De modelo de produção alternativo a movimento coletivo, a Economia Social e Solidária – ESS – se constitui de um conjunto de práticas institucionalizadas que propõem reafirmar os valores humanos de forma igualitária e democrática (SINGER, 2002; LOCH; AMORIM; SCHMIDT, 2008). Com seu ressurgimento ao final do século XX, em um cenário de desemprego em massa, fechamento de organizações e a marginalização trabalhista, a ESS se fortaleceu para enfrentar as volatilidades econômicas e seu refreamento financeiro (SINGER, 2018).

Ao mesmo tempo, o conceito de desenvolvimento possui discussões similares à temática social e solidária em virtude de problemáticas ambientais emergentes durante os anos de 1960 e 1970 que move gerações em busca do equilíbro entre crescimento econômico e qualidade de vida em uma sociedade. Mesmo diante da aparição científica de teorias macro e micro desenvolvimentista, a relação de impactos sociais, econômicos e ambientais nos territórios e em suas coletividades permanece em voga enquanto abordagens centrais na contemporaneidade dialógica (BELLINGIERE, 2017; GONÇALVES, 2017).

Diante de mudanças constantes que permearam tais contextos, a crise sanitária da COVID-19, iniciada em 2020, abarcou diversas arenas da sociedade, trazendo desafios para o desenvolvimento das sociedades e suas inter-relações. Ao mesmo tempo, ela evidenciou o baixo assessoramento de grupos socioeconomicamente vulneráveis, além de denotar uma impotência das políticas públicas que se propõem aderentes a tais demandas (MARZÍ; HINTZE, 2020; MUÑOZ; ZAMORA, 2021).

Da mesma forma como o confinamento desencadeou a todos os setores das sociedades desvantagens produtivas, econômicas e sociais, não seria diferente com a ESS. Pois, se antes deste período o setor predominantemente cooperativo já apresentava taxas significativas de endividamento, redução de produtividade e escassez de aporte financeiro em virtude da falta de suporte e reconhecimento, estes empreendimentos precisaram lidar com adaptações urgentes para atender demandas emergenciais. Ainda mais, se manterem neste novo cenário complexo, buscando ultrapassar igualmente seus desafios coletivos, tornou-se laborioso (RICCIULLI-MARÍN *et al.*, 2021; ROSA; GARCÍA, 2022; AMARAL, WEBERING, 2023).

Nesta linha, um dos aspectos adotados para a minimização de impactos negativos no Desenvolvimento Regional (DR) diz respeito ao papel crucial dos atores locais nas governanças nacionais e estaduais em prol da construção de soluções para sua ressignificação territorial frente à crise pandêmica. Com o crescimento de valor percebido, derivado de elementos endógenos, as regiões passaram a ter protagonismo no estabelecimento de equilíbrio e segurança para com o grupamento social diante das necessidades socioeconômicas provocadas pela pandemia, além de proporcionar um senso de pertencimento, qualidade de vida e dignificação a partir dos recursos do próprio território (BAILEY *et al.*, 2021; AMARAL; AFONSO, 2022; VINOD KUMAR, 2022).

Logo, ao mesmo tempo em que a pandemia da COVID-19 expôs fragilidades nas dimensões sociais, econômicas e ambientais, ela ensejou uma nova largada de articulações coletivas com alternativas a um desenvolvimento pós-pandêmico. Isto se torna visível nas pesquisas científicas sobre os impactos da pandemia na sociedade e as estratégias elaboradas em cooperação entre elas, dentro de seus territórios (CÓRDOBA; PERENO; CHAVES, 2020; DYASON; FIEGER; ROSSOUW, 2021; STORONYANSKA; BENOVSKA, 2021; ABBONDANZIERI, 2022; MENG *et al.*, 2022).

Uma vez ocorridas tais mutabilidades socioeconômicas, os conceitos de ESS e DR, mediante a reconfiguração de demandas, vivenciaram transformações teóricas e práticas intrínsecas em suas abordagens. (SANTOS *et al.*, 2012; ÁVILLA; CAMPOS, 2018). Neste sentido, é imprescindível destacar a interação entre as duas temáticas. Primeiramente, devido à amplitude do arcabouço científico correlacionado entre DR e

ESS. Isso denota sua importância na regeneração de progressos regionais, exercidos efetivamente em cooperação com ações políticas e planos governamentais para atender as necessidades de uma sociedade pós-pandemia (BRÜLISAEUR; SALATHÉ-BEAULIEU; PIRAS, 2015; UTTING, 2018; ORBAŞLI; CESARO, 2020; VILLALBA-EGUILUZ; EGIA-OLAIZOLA; PEREZ DE MENDIGUREN, 2020).

Segundo, ambos englobam aspectos sociais e econômicos como parte de suas estruturas multidimensionais, o que expressa uma oportunidade de aprofundamento científico no entrelaçamento dimensional. Depreende, por exemplo, que a ESS almeja ressignificar o valor humano, do trabalho e das práticas econômicas, enquanto o processo de desenvolvimento pode promover o resgate de vocações territoriais a partir de estratégias autênticas e resilientes de valorização das suas especificidades locais (GONÇALVES, 2017; DALLABRIDA, 2020).

Neste último ponto, são inseridos discursos favoráveis à construção social territorial para o DR harmonioso, reconhecendo igualmente o papel dos atores cívicos neste processo (STANOWICKA, 2020; DALLABRIDA *et al.*, 2021). Assim, ao se observar a ESS e o DR à luz de uma perspectiva territorial, pressupõe-se que esta abordagem proporciona a conectividade desejada entre as temáticas, haja vista a amplitude integradora das endogenias, tratadas por uma corrente de pesquisadores maduros (CAZELLA *et al.*, 2020; AMARAL; MELLO, 2022; AMARAL; AFONSO, 2022).

Portanto, a valorização das potencialidades regionais a partir de seus recursos internos e a preocupação com a qualidade de vida da sociedade são enfatizados nos princípios estruturais que abarcam um desenvolvimento de caráter responsável. Assim como tais aspectos também constituem uma instrumentalidade viável ao alcance de uma identidade coletiva, pautada na governança participativa e de cooperação entre atores – presentes no caminho da ESS (CHAN, 2017; AVEDAÑO-LEADEM; CEDEÑO-MONTOYA; ARROYO-ZELEDÓN, 2020; CAZELLA *et al.*, 2020).

Nesta vertente, cabe ressaltar que novas formas de compreender práticas territoriais exigem novos meios para aprimorar suas condutas democraticamente responsável, colaborativa, integrada e inovadora entre os atores da ESS e as principais esferas da sociedade (ÁVILLA; CAMPOS, 2018; SVENNEVIK; SAIDI, 2022). Conforme as interações entre actantes pleitam adotar uma ótica tridimensional referente

ao impacto e contribuição de suas ações, outras instrumentalidades incidem sobre as inovações diante de necessidades socioeconômicas, presentes em um determinado território (CARAYANNIS; CAMPBELL, 2022).

Dito isso, pressupondo-se que a percepção de novos atores é fundamental para o fortalecimento da inovação e disseminação do conhecimento, viabilizam-se estratégias integradas, implicando no amadurecimento de modelos de inovação (MINEIRO *et al.*, 2019; LARA *et al.*, 2021). Tal apontamento pode ser visto na elaboração da Quádrupla Hélice, com a inclusão da sociedade civil, e da Quíntupla Hélice, com a apreensão do desenvolvimento a todo ecossistema (AMARAL; CAI, 2022).

Nesta lógica, nota-se que ambos os modelos são derivados da relação-base entre universidade, indústria e governo, podendo ser conectados entre si (MINEIRO; SOUZA; CASTRO, 2021; CARAYANNIS; CAMPBELL, 2022). Mas que, entretanto, implica reflexões sobre a relevância e aprimoramento dos mesmos na construção de propostas integradas de desenvolvimento em que pesem os desafios oriundos das dinâmicas redes de inovação (CAJAIBA-SANTANA, 2014; CARAYANNIS *et al.*, 2021).

Considerando tais modelos sistêmicos, denota-se que a inovação social, de caráter inclusivo e integrado, possui aderência teórica para compreender e intermediar relações em rede. Com base conceitual centrada no robustecimento dos grupos demandantes, a inovação social denota-se parte do arcabouço de tecnologias sociais que prezam pelo desenvolvimento e implantação de soluções efetivas a dilemas da sociedade sob perspectivas colaborativas e relacionais (ZUCOLOTO; RESPONDOVESK, 2018). Na ótica de Stennevik e Saidi (2022), esta vertente da inovação propõe-se enquanto instrumental de multidimensionalidade e interdisciplinaridade frente à identificação de ferramentas criativas e suas abordagens metodológicas a fim de viabilizar soluções para demandas emergentes.

Na acepção de Ortega Hoyos e Marin Vehelst (2019), a inovação social pode ser utilizada como instrumento de transformação social, mostrando-se eficaz em atender diversas demandas da sociedade a partir de uma apropriação social do conhecimento, além da governança e democracia participativas estimuladas com agentes em rede local. Isto reverbera articulações sistêmicas que contribuem para tomada de decisões políticas efetivas.

Outro elemento importante a considerar é que, seja radical ou incremental, a vertente da inovação que prioriza os desafios da sociedade e os agrupamentos socioeconomicamente vulneráveis têm alcançado uma interessante maturação no que tange ao desenvolvimento das localidades. Uma vez que encoraja as iniciativas de ESSs na cooperação com as forças políticas para elaboração e monitoramento de políticas públicas, as inovações sociais demonstram potencial nas articulações colaborativas como meio de progressão ao desenvolvimento (MONTEIRO, 2019; MARTINS *et al.*, 2022).

Com este cenário diversificado e complexo, as incubadoras sociais (IS) partem de uma estruturação de transformação do conhecimento teórico em empírico, utilizando-se de ferramentas metodológicas em inovação social a fim de proporcionar o atendimento das demandas socioeconômicas por parte de empreendimentos de cunho social (BEZERRA; SILVA; CARVALHO, 2013; MURAD, 2014). Este cunho de incubadoras, de acordo com a perspectiva de autores, se fundamenta socialmente em sua cultura e princípios de atividades, configurando-as como agentes integrantes de programas de extensão universitária que dão suportes aos empreendimentos sociais e corroboram para o desenvolvimento socioeconômico inclusivo (SINGER, 2018; SANSONE *et al.*, 2020).

Outrossim, elas direcionam ações à sociedade e o suporte à autonomia de empreendimentos sociais, ao mesmo tempo em que propõe a retomada da universidade enquanto produtora de conhecimento e que encoraja a transformação social e econômica. Alguns autores destacam o papel das empresas sociais e empreendimentos solidários no DR sustentável, identificadas como inovação institucional estritamente relevante para sanar desafios governamentais e mercadológicos (MORETTO NETO; GARRIDO; JUSTEN, 2011; OLIVEIRA; ADDOR; MAIA, 2018).

Para que tal suporte seja adequado às necessidades deles e os impulsionem a transformações socioeconômicas, as universidades devem propor a construção e aplicação de ferramentas práticas, inspiradas em experiências reais e abordagens teóricas. Portanto, é possível notar que as IS possuem relevância nesta intermediação entre actantes na direção de proporcionar mudanças inovadoras de um sistema (GUO; ZHENG; ZHENG, 2022; SVENNEVIK; SAIDI, 2022).

1.2. O problema

Diante da ampliação de complexidade nos debates temáticos ao longo dos últimos anos, a ESS vem sendo notada em proposições políticas de suporte e apoio ao desenvolvimento. Isto se deve a percepção de sua capacidade ao responder democraticamente às vulnerabilidades do sistema econômico, o que a torna favorável a uma estratégia de desenvolvimento em níveis abrangentes, apesar de a sua trajetória de consolidação nacional encontrar-se em um estágio ainda incipiente. É um processo em construção e descentralizado, mas que começa a se (re) estruturar em escala de políticas públicas nacionais a partir da promulgação da lei federal nº PLC 137/2017 e PEC 69/2019 (BRUM, 2003; GAIGER, 2012; SILVA; SILVA, 2015; BRASIL, 2017; 2019; LEE, 2019; GIOVANNINI, 2020).

Todavia, existem pontos de resistências a sua adesão devido às opacidades teóricas e dificuldade de operacionalização de suas ações; consequências estas das circunstâncias históricas, econômicas e culturais na composição de significados, práticas e atividades da ESS. Apesar do reconhecimento de sua autenticidade no que tange a organização associativa, função social e complementaridade de recursos, ela ainda precisa convergir-se em uma proposição integrada de mudanças econômicas e sociais enquanto política pública, em prol do bem-estar da sociedade e do desenvolvimento (BRUM, 2003; GAIGER, 2012).

Partindo-se do pressuposto embasado na ótica do modelo econômico tradicional, a ESS precisaria apresentar uma contribuição significativa para o desenvolvimento a ponto de ser considerada parte de uma agenda política ampla. Amplificar seu senso de valor enquanto instrumento de inovação social poderia ser uma adoção estrategicamente válida, uma vez que os empreendimentos solidários e sociais seriam vislumbrados como coadjuvantes no processo de desenvolvimento, intermediando as relações entre governo e sociedade civil no atendimento às demandas de base socioeconômicas na esfera regional. Sendo assim, as incubadoras sociais - IS - auxiliariam na reestruturação da ESS ao fomentar inovação social, haja vista seu propósito primordial de assistência e suporte a empreendimentos de impacto social por meio de práticas democráticas e igualitárias (GADOTTI, 2009; BEZERRA; SILVA; CARVALHO, 2013; MURAD, 2014; OLIVEIRA, 2017; FRAGA, 2018; WEBERING, 2019; MENEZES, 2021).

Nesta linha, resgata-se a abordagem de instituições integradoras no diálogo entre

governo, universidade e indústria, tendo a IS como parte central desta relação. Tal dinâmica prospecta uma capacidade de adaptação a novas propostas de intermediação conforme se agregam actantes nos subsequentes modelos de inovação (NICOLOPOULOU *et al.*, 2017; MINEIRO *et al.*, 2019; SANSONE *et al.*, 2020; LARA *et al.*, 2021).

Caracterizando as IS enquanto interventoras, sua importância relaciona-se a uma capacidade de mudança social a nível tecnológico e estrutural, instigando uma complementaridade entre os agentes de inovação a partir de pensamentos críticos e ações responsáveis. Diante das crises da democracia, capital e trabalho ao longo de sua trajetória, este posicionamento como instrumento central de fomento a abordagens multidisciplinares para solucionar problemas complexos viabiliza os desdobramentos das economias do conhecimento no ecossistema de inovação (MINEIRO *et al.*, 2019; GAVIRAGHI; GOERCK; FRANTZ, 2019).

No contexto brasileiro, as IS enquanto prática extensionista começaram a surgir entre as décadas de 1980 e 1990 quando os movimentos sociais e autogestionários estavam em seu processo de maturação, mas foi a partir de 2003 que as perspectivas de crescimento e encorajamento a ESS impulsionaram universidades em parceria com o setor público a instituir órgãos para criação, regulação, monitoramento, capacitação e implantação de programas assistencialistas desta forma econômica associativa e autogestionária (DOELLINGER *et al.*, 2018; AIRES, 2019; SANTOS, 2020; INCUBADORA, 2023).

Por isso, as incubadoras propunham integrar a tríade pesquisa-extensão-ensino para aproximar a sociedade ao conhecimento disseminado, valorizando a troca de ‘saberes’ científicos e populares para desenvolver políticas direcionadas a efetividade dos empreendimentos (AIRES, 2019). Haja vista o que Santos (2020) ressalta sobre a aderência ambiental ao desenvolvimento de novos empreendimentos por parte das IS cujos resultados projetados viabilizam uma garantia temporal de autonomia e autossuficiência.

Neste sentido, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES – fomentaram iniciativas de financiamento, mapeamento socioeconômico, regulação de comércio justo solidário e outros projetos. Dessa forma, os esforços governamentais e acadêmicos

coletivos reinteraram o valor percebido dos papeis socioeconômicos da ESS para com as vulnerabilidades socioeconômicas e na promoção de impactos positivos condicionados pelo sucesso dos empreendimentos solidários em prol do desenvolvimento das suas regiões (OLIVEIRA; ADDOR; MAIA, 2018; AMARAL; WEBERING, 2023).

Dentre mais de 84 incubadoras distribuídas e registradas em território nacional segundo dados da Avaliação PRONINC do ano de 2017, cerca de 26% delas encontram-se no Estado do Rio de Janeiro. Na época, somente cinco (5) delas foram beneficiadas com recurso governamental para projetos socioeconômico-solidários (ADDOR; LARICCHA, 2018a; INCUBAÇÃO, 2018). Isto reforça que existem desafios de participação e interação do corpo acadêmico nos projetos das incubadoras, captação de recursos para manutenções internas e aplicação de treinamentos, além de prospecção de parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e federais na esfera da Economia Solidária e outros aspectos administrativos e tecnológicos (AIRES, 2019; AMARAL; WEBERING, 2023).

Entretanto, as IS na região metropolitana do Rio de Janeiro demonstram resultados promissores em sua missão principal e na busca por parcerias para o fortalecimento das redes solidárias e desenvolvimento sustentável territorial. Das que se destacam, encontram-se a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (ITESS) das respectivas Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) (INCUBADORA, s. d.; INCUBAÇÃO, 2018; INCUBADORA, 2023; ALMEIDA, 2020).

Entende-se, portanto, a necessidade de aprofundar as funcionalidades e impactos das IS no DR diante deste contexto sistêmico e inovador, em que a ESS pode ser considerada por uma nova abordagem. Afinal, Addor e Laricchа (2018b) reiteram que as IS representam um instrumento vital para o robustecimento das metamorfoses socioeconômicas de natureza regional, onde um ambiente sistêmico político e associativo fundamenta-se nas óticas populares de desenvolvimento e cooperação entre os actantes.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Por isso, o objetivo deste estudo consiste em analisar, no contexto da Quíntupla Hélice (5H), a instrumentalidade e causalidade das Incubadoras Sociais (IS) no processo de estímulo ao Desenvolvimento Regional (DR), considerando a Economia Social e Solidária (ESS) enquanto inovação social na promoção de transformações sociais e econômicas.

1.3.2. Objetivos específicos

Para viabilizar o alcance desta proposta, foram estabelecidos os seguintes objetivos intermediários:

i) Analisar os principais aspectos teórico-metodológicos oriundos dos debates sobre Economia Social e Solidária, Incubadoras Sociais e Desenvolvimento Regional a partir de um levantamento bibliográfico sistemático com apoio bibliométrico, classificando-os nas dimensões social e econômica de acordo com a identificação de atributos teóricos condizentes à relação temática;

ii) Realizar uma pesquisa de campo, contendo formulários estruturados, aplicada aos principais actantes da Quíntupla Hélice, de acordo com os seguintes segmentos: a) incubadoras selecionadas do Estado do Rio de Janeiro, b) público específico de especialistas das temáticas, e c) indivíduos da classe trabalhadora solidária, impactados por políticas de desenvolvimento com valores da ESS;

iii) Gerar duas modelagens em três etapas, através do software Vensim-PLE: a) elaboração e compreensão da interseção em rede dos atributos teórico-metodológicos, identificados nos diálogos teóricos da revisão sistemática; b) estruturação e identificação dos atributos teórico-empíricos, relacionados com a realidade empírica analisada pela pesquisa de campo; e, c) desenvolver uma modelagem cruzada com dois moldes,

verificando divergências e convergências entre os dados conceituais e empíricos com intuito de propor soluções eficientes à dinâmica da rede existente.

1.4. Delimitação da pesquisa

Esta pesquisa almeja esquadrinhar, à luz do modelo 5H de inovação, a dinâmica de atuação das IS enquanto instrumento vetorial dialógico e empírico das práticas de ESS direcionadas ao DR, no período entre 2002 a 2022. Para tanto, fez-se necessário enumerar as transformações sociais e econômicas presentes nestas interações, sob a ótica de três actantes: a) incubadoras; b) atores do modelo 5H; e c) agentes de ESS, dentro do contexto regional metropolitano do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que este recorte temporal foi adotado com base nas projeções ascendentes de estudos científicos no campo da ESS, observados nas principais bases de dados, e devido à inserção do tema na agenda governamental brasileira a partir de 2002. Já no que cerne a seleção dos actantes supracitados, se deu pela percepção do seu posicionamento estratégico e influência, evidenciados na literatura e pressupondo-se contribuições específicas para a análise metodológica do ecossistema proposto.

1.5. Principais indagações

Diante do caráter multidimensional em torno desta problemática apresentada**,** se ascendeu à necessidade de criar pensamentos condutores que permitiriam alinhar o fluxo de informações coletadas ao objetivo principal pretendido deste estudo. É imprescindível destacar que tais indagações diferem-se da principal questão orientadora, pois se comportam como pressupostos que, primeiro, foram extraídos do panorama inicial e que, segundo, serão atestados no processo de assimilação dos dados. Dito isto, nesta proposta emergem os seguintes questionamentos:

i) As estratégias atuais das IS viabilizam a intermediação entre os atores da 5H?;

ii) As IS poderiam desenvolver novas estratégias ou adaptar estratégias existentes para reforçar positivamente ações de ESS enquanto

instrumento de inovação social no contexto regional, aplicado a Região Metropolitana do Rio de Janeiro?

iii) Diante das estratégias abordadas, as IS seriam capazes de construir indicadores que auxiliem na manutenção das interações sistêmicas e dos dados solidários, concentrando-se na geração de transformações socioeconômicas direcionadas ao DR?

1.6. Método da pesquisa

Este estudo propôs aplicar de maneira dialética os conteúdos em sua finalidade explicativa, descritiva, exploratória e metodológica, considerando os meios bibliográficos, bibliométricos e de campo. Em sua abordagem multicriterial (qualitativo-quantitativa), proporcionada pelo software de modelagem estrutural Vensim-PLE, foi pretendido examinar a replicabilidade dos aspectos teórico-metodológicos e as causalidades empíricas das concepções bibliográficas e bibliométricas na realidade das Incubadoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para corroborar com DR através da ESS.

1.7. Relevância e aplicabilidade

Para alcançar o objetivo final do estudo ao responder sua problemática de pesquisa, Vergara (2016) ressalta a importância da exposição de suas justificativas. Isto reitera que cada proposta tem sua gênese em motivações intrínsecas de seu autor, instigado por alguma lacuna identificada, que resulta em desdobramentos extrínsecos. Uma vez enfrentados os fatores teóricos e empíricos, este conhecimento proporciona novos debates à literatura e resoluções cruciais para solucionar problemas complexos.

Neste caso, as contribuições teóricas e empíricas, responsáveis por instigarem o processo de construção de ideias neste universo de pesquisa, podem ser vistas a seguir.

Na arena teórica, este estudo pretende:

i) Corroborar para o cascateamento robusto das diferenciações e similaridades entre os aportes conceituais abordados na literatura, tanto consolidados quanto em prospecção nas esferas econômica e social;

ii) Contribuir para o esclarecimento das concepções solidárias e desenvolvimentistas em seus moldes contextuais, considerando seus principais polos de atração e repulsão relacionados aos impactos das diferentes combinações subtemáticas nas inovações sistêmicas; e

iii) Cooperar na inserção criterial de novas demandas advindas de agendas conceituais contemporâneas e vindouras nos campos sociais e solidários atrelados ao desenvolvimento, através de ferramentas teórico-metodológicas inéditas em expansão na interseção temática proposta;

No que cerne a arena empírica, as principais contribuições dividem-se em quatro perspectivas, subsequentemente:

iv) Viabilizar análises estruturais que compreendam a comparabilidade entre os dados científicos, verificando sua aplicabilidade em recortes das realidades selecionadas;

v) Estimular a elaboração ou aprimoramento de indicadores e parâmetros causais que assistam às políticas públicas de formas assertivas no atendimento às demandas sociais, econômicas e ambientais;

vi) Instigar procedimentos executores de políticas e ações governamentais em parceria com órgãos e empreendimentos de fomento ao DR vinculados a ESS e o monitoramento das mesmas em cooperação com as IS, reconhecidas enquanto vetores dialógicos das descobertas teóricas e aplicabilidades realistas em detrimento das necessidades dimensionais já empreendidas neste estudo.

vii) Encorajar novas investigações que contemplem simulações comportamentais para atestar a eficiência e eficácia de ações prospectadas por parte de agentes públicos, privados, instituições de pesquisa e ensino, disponibilizando adequadamente os recursos em prol do atendimento às necessidades de perspectivas coletivas.

1.8. Organização da pesquisa

Em primeira instância, este estudo prevê o planejamento de sete capítulos, sendo os três primeiros fundamentais para a execução das etapas subsequentes das seções 4 a

7. O capítulo 1 compreende a introdução, abordando a contextualização do tema, seguida da exposição da problemática que originou tal investigação, as questões essenciais a serem solucionadas, o objetivo geral a ser alcançado e os objetivos específicos que possibilitem o atendimento da proposta, a delimitação inicial da investigação, os métodos a serem utilizados no decorrer da pesquisa, principais fatores de relevância e aplicabilidade deste estudo, e, finalizando, a subseção de organização da proposta de estudo.

O capítulo 2 trata do aporte teórico utilizado para fundamentar a investigação e prevê uma revisão sistemática, abarcando os principais aspectos teórico-metodológicos presentes nas produções científicas selecionadas nas temáticas de Economia Social e Solidária (ESS), Desenvolvimento Regional (DR), Incubadoras Sociais (IS), Quíntupla Hélice (5H) e Dinâmica de Sistemas (DS). Cabe ressaltar que todos os tópicos do aporte teórico foram desenvolvidos, prospectando uma contextualização dos campos temáticos e abordando as características consideradas essenciais para o problema a ser solucionado neste trabalho.

Seguindo para o capítulo 3, este discorre a respeito da composição científica metodológica para o alcance eficiente do objetivo geral, na qual tem por correspondência a sua classificação, coleta de dados teóricos e empíricos, análise dos dados da mesma natureza anterior e a descrição dos instrumentos metodológicos a serem utilizados nas próximas etapas. Dentre eles, destaca-se a inovadora utilização da modelagem estrutural no software Vensim-PLE nesta interseção temática.

Em segunda instância, os capítulos 4 a 7 propõem um ordenamento dos resultados encontrados a partir da coleta e tratamento dos dados, que foram devidamente interpretados e convergidos em informações relevantes para tal investigação. Reitera-se que os capítulos 4 e 5 pretenderam dividir a modelagem estrutural de acordo com o caráter do conhecimento analisado – teórico e empírico – para facilitar a organização de dados oriundos das pesquisas bibliográficas e de campo, bem como apresentar os aspectos da configuração bibliométrica de documentos determinados.

No capítulo 6, as interpretações dos dados geraram um estudo sobre a instrumentalidade presente entre os resultados e a causalidade da modelagem, de acordo com a inserção dos objetos de estudo selecionados. Por fim, as principais considerações

finais contemplaram o capítulo 7, destacando as conclusões da pesquisa, bem como suas principais limitações e recomendações futuras.

CAPÍTULO 2 – APORTE TEÓRICO

2.1 Economia Social e Solidária (ESS)

2.1.1 Caracterização geral

De acordo com Singer (2002; 2018), a Economia Social e Solidária (ESS) emergiu na ascensão do cooperativismo e movimentos sindicais durante o contexto econômico da Revolução Industrial. Segundo Brum (2003), a institucionalização do capitalismo enquanto modelo econômico pressionou o enfraquecimento das atividades de mão de obra artesanal, desencadeando ações de resistências por parte da classe trabalhadora.

Ao avançar dos anos, o capitalismo, caracterizado por crescentes intervenções estatais na arena econômica e que viabilizou o avanço de empresas capitalistas no mercado progressivamente, se robusteceu (ÁVILLA; CAMPOS, 2018). Isso fez com que a luta cooperativista permanecesse nos bastidores do seu crescimento (BRUM, 2003). Contudo, as discussões embasadas na lógica coletiva ressurgiram diante de novas demandas emergentes, advindas do período pós Segunda Guerra; urgências estas que evidenciavam as limitações do Estado quanto à responsabilidade de redistribuição de bens preferenciais (MONZÓN; CHAVES, 2015; SINGER, 2018).

Nesta linha do tempo, Ávilla e Campos (2018) explanam que, em virtude de uma crise de legitimidade durante a nacionalização do capitalismo e privatização do mercado, o setor privado passou a adotar novas práticas sociais responsáveis que geraram novos discursos e abordagens filantrópicas. De igual modo, o papel da esfera governamental na economia adentrou em um processo de redefinição, de onde se emergiu um terceiro setor integrado às iniciativas econômicas de cunho privado e público – Economia Social. Em sua diversificação, esta economia se tornou solução aos infortúnios e demandas da sociedade cívico-organizada que não tinham suas propostas satisfeitas nem pelo Estado nem pelo setor empresarial tradicional.

No cenário latino-americano, Medeiros e Cunha (2012) apontam para a gênese dos debates em torno da ressignificação do papel do Estado na elaboração e aplicação de recursos em políticas sociais, o que fortaleceu a participação e organização cívica em

projetos deste cunho. Além disso, Monzón e Chaves (2015) expõem que, contrastante à perspectiva europeia que trata a ES como coadunável ao mercado e o Estado, a visão latino-americana aborda seu conceito como uma possibilidade alternativa ao capitalismo.

Diante da multiplicidade do conceito no panorama global, Guerra (2004) destacou três principais fontes que fundamentaram o tema na América Latina. Sendo utilizado primariamente no início dos anos 1980, o termo 'economia da solidariedade' passou a chamar atenção devido aos esforços do professor chileno Razeto – na confecção de obras temáticas e a promoção de fóruns de debate em espaços virtuais junto à academia e sociedade civil – e da Confederação Latino-americana de Cooperativas de Trabalhadores (Colacot) de origem colombiana – por meio da constituição de um plano macroeconômico de longo prazo que almejava a construção do território considerando esta economia como estratégia de desenvolvimento. Além disso, a expansão da ESS também se deve a dissipação das práticas no Brasil que, apesar de a terminologia ter surgido tardiamente na década de 1990, favoreceu expressivamente o debate e as ações solidárias por meio de ONGs, cooperativas e igrejas.

Enquanto isso, na Europa, Guerra (2004) esclarece que o desenvolvimento do conceito de ESS divide-se distintamente entre aspectos teóricos – desenvolvidos por acadêmicos – e elementos práticos – advindos de trabalhos inclusivos de ONGs. Para ele, a ESS possui uma tradição territorial europeia elementar graças às contribuições francesas para a temática. O autor destaca que as obras de Laville e Adair trouxeram em suas publicações aspectos inerentes a pluralidade do tema, esquematizando-o em formas econômicas e não monetárias que corroboraram para a produção de bens e serviços, e que compunham a economia informal. Neste contexto, a construção da rede de ESS – IRES – no fim da década de 1990 estimulou a ascensão de uma nova economia de 'serviços de proximidade' na Espanha.

Assim, Villalba-Equiluz, Egla-Olaizola e Mendigieren (2020) consideram que a ESS passou a ser consolidada como um modelo de articulação dialético sobre concepções alternativas ao cultivo do bem-estar econômico. Isto se deve a proposição da ESS em ressignificar relações produtivas e distributivas, de consumo e aporte financeiro, solidificando-se nos princípios de justiça, colaboração e mutualidade.

2.1.2 Diálogos científicos

É possível ponderar que os momentos de transformações socioeconômicas ou de revolução científica são resultado de crises circunstanciais que provocam mudanças de paradigma e, consequentemente, as áreas, antes consolidadas, se expandem exponencialmente a partir de novas inserções conceituais práticas (ÁVILLA; CAMPOS, 2018). Por este motivo, Guerra (2004) afirma que a idealização da ESS deve respeitar sua contextualização histórica proposicional, doutrinária e científica.

Coraggio (2013) complementa tal visão, dissertando a respeito de três correntes na esfera da ES, sendo elas favoráveis a i) reinserção microeconômica do trabalho, ii) subsistema orgânico da Economia Social e Solidária (ESS), e iii) nova economia sobrepujante ao capitalismo. Apesar de ambas não serem mutuamente excludentes, o diálogo e alianças entre elas é crucial para que haja o dinamismo adequado dos seus processos, de forma que alinhem o imediatismo das urgências e a perspectiva estratégica dos papeis interventores dos atores envolvidos.

Esta primeira lógica, de acordo com o autor, é caracterizada por um conjunto de ações orientadas à integração social e redução dos níveis de pobreza de grupos excluídos do mercado, acreditando que seu papel esteja em preencher as lacunas do capitalismo a partir do reposicionamento de trabalhadores excedentes e produção sustentável e competitiva dos mercados (CORAGGIO, 2013). Isto se deve ao que Brum (2003) propõe como autenticidade ligado ao mercado – livre associação entre pessoas sob a ótica coletiva –, redistribuição – criação de iniciativas geradoras de empregos –, e reciprocidade – afirmação dos valores em prol da coesão e solidariedade. Estes elementos, tanto a reciprocidade em suas relações de proximidade como também uma facilidade de “hibridização” de recursos para atender as demandas parecem reafirmar essencialismo no crescimento das organizações solidárias (ANDION, 2005).

Coraggio (2013) segue para a segunda corrente de pensamento que avança à promoção de um setor articuladamente orgânico, propondo evitar o esfacelamento organizacional. Os defensores desta linha argumentam que a ESS tem a capacidade de responder as demandas atuais a partir de um subsistema composto de partes independentes e formam um organismo social. Apropriando-se de elementos solidários para sua autonomia, são propostas relações justas e eficientes na tentativa de reagrupar

as esferas privada, pública e popular como uma economia mista, reavaliando suas formas de articulação econômicas e reconhecendo a legitimidade da ESS como subsistema (CORAGGIO, 2013; MONZÓN; CHAVES, 2015).

Já na terceira corrente, Coraggio (2013) explica que é prospectada a partir do pensamento sistêmico onde todos os níveis econômicos estão interligados, incluindo as ações entre economia, política e cultura. A visão de seus defensores se deve ao conceito de sociedade unificada ao mercado, capaz de reestruturar internamente sua produção e redefinir suas relações externas e legislativas para validar as necessidades de consumo existentes. Brum (2003) se alinha a esta proposta quando afirma em seu estudo que a ESS apresenta-se como uma alternativa de regulação voluntária advinda de uma motivação favorável a uma economia plural cujos valores são amplamente negociados dentro de um novo contexto democrático.

Outra proposta interessante está atrelada ao estudo de Guerra (2007) que reúne acadêmicos latino-americanos em um diálogo sobre a diversidade termológica da ESS, buscando denominar as experiências econômicas solidárias baseadas no trabalho. Em um dos apontamentos de Coraggio para o debate, Guerra (2007; 2010) concorda que o principal objetivo de se abordar a articulação das termologias seja expor as características intrínsecas que conduzem cada autor individualmente a uma específica expressão.

Apesar de os pesquisadores Martí, Razeto, Coraggio e Singer atentarem para as redundâncias interpretativas no termo ‘socioeconômica solidária’ em virtude de atritos anteriores no posicionamento conceitual, Lisboa e Guerra defendem seu uso, argumentando a coesão conceitual unificada entre os aspectos ambientais e os movimentos socioeconômicos, que transpassam o conceito tradicional de ESS (GUERRA, 2007). Complementando tal posicionamento, Guerra (2010) trata a ESS como um fenômeno socioeconômico complexo de três dimensões: a) movimento social, adepto a um novo modelo desenvolvimentista; b) paradigma científico, vocacionado para promover teorizações que amparem alternativas econômicas, e c) setor econômico específico, marcado por sua capacidade de convergência entre experiências solidárias.

Neste contexto, percebe-se que Guerra (2007) não descarta a utilização da expressa ESS, visto que é amplamente adotada por pesquisadores para ressaltar aspectos econômicos inerentes ao modelo. Martí concorda, uma vez que a expressão em voga

reafirma sua identidade ao redor do mundo. Outros autores como Souza, Singer, Coraggio e Jesús também professam sua escolha a favor deste termo, justamente por sua ampla referência global e seu fundamental apoio às práticas econômicas sociais.

Quanto à 'Economia Social', sua problemática de uso é considerada escassa de significado por Guerra (2007), apesar do reconhecimento de sua adoção frequente por países de origem latino-americana para explicitar valor político em capital. Neste ponto, Razeto acata o mesmo posicionamento no que diz respeito à redundância, falta de especificidade e ambiguidade do termo, gerados por possível ausência de contextualização adequada.

Dentro deste campo, Ávilla e Campos (2018) corroboram ao abordarem em seu estudo os principais componentes da Economia Social, considerando a ESS como parte de seu panorama. A partir de uma análise comparativa das noções presentes da Economia Social, os autores classificam três agrupamentos conceituais inerentes a: 1) crises e mutabilidade do sistema; 2) reordenamento de objetivos e modo de funcionamento econômico por meio de mecanismos de incentivo e avaliação; e 3) novas maneiras de compreender e executar as práticas econômicas. Vale ressaltar que os dois primeiros grupos possuem seus enfoques em desafios sistêmicos (grupo 1) e na referência de mecanismos de desempenho econômico (grupo 2). Já o terceiro grupo expressa um caráter institucional que propõem revitalizar elementos da própria Economia Social.

Neste primeiro conjunto, se enquadram a inovação social, a economia colaborativa e a economia circular. Enquanto a primeira atua na criação de novas ideias para prospectar novas relações sociais de valor incremental à capacidade de ação comunitária, a economia colaborativa preza pela diminuição de assimetrias e custos transacionais de bens e serviços ao expandir mercados colaborativos por meio da tecnologia da informação via plataformização. Já a economia circular se concentra na gestão consciente de recursos, guiada pela regeneração produtiva e mantenedora do valor de uso, além de ser conhecida como economia verde, economia da funcionalidade, entre outros (ÁVILLA; CAMPOS, 2018).

No que cerne ao segundo grupo, encontra-se a responsabilidade social e a economia do bem comum. Os conceitos de cidadania corporativa, quarto setor e empresas B se apresentam dentro do contexto da responsabilidade social ou

responsabilidade social corporativa, cuja lógica permeia a integração das preocupações sociais, ambientais e éticas nas atividades e estratégias empresariais, e não somente possuir boas práticas internas. Já a ideia de Economia do Bem-comum – advinda da construção de nações com Estado de Bem-Comum na Europa pós Segunda Guerra (BRUM, 2003) – está atrelada a defesa do coletivo acima da lucratividade, e propõe transformar ferramentas de medição de interesse geral em ponto de inflexão para que as políticas públicas sejam eficientes na construção de objetivos sociais para a coletividade (ÁVILLA; CAMPOS, 2018).

Por fim, o terceiro grupo descrito pelos autores compõem as empresas e empresariado sociais e a economia solidária. Enquanto os primeiros são orientados para a geração de renda e financiamento de objetivos sociais de caráter comercial não lucrativa ou guiada por missão social, a ESS permeia a proposta de economias transformadoras, cuja concepção é fundamentada em: i) ênfase de recursos econômicos híbridos – articulação entre mercado, redistribuição estatal e reciprocidade –, ii) atenção ao elemento político participativo – democratização de decisões econômicas, espaços públicos de debates e participação social –, iii) transcendência frente às formas estatutárias sociais, e iv) atendimento das emergentes demandas sociais de maneira inovadora – através de bens preferenciais, ou seja, essenciais à vida digna.

Entende-se, portanto que, independentemente da nomenclatura adotada e das discussões que permeiam novas locuções na literatura, todo processo conceitual constituído de aspectos fenomenológicos é vívido conforme adentra complexas e voláteis circunstâncias humanas. Dessa forma, a pluralidade da ESS não pode ser reduzida a aspectos estritamente comerciais e monetários, sendo ela pertinente em sua instrumentalidade para identificar novas racionalidades endógenas que proporcionem um ‘holismo’ exógeno diferenciado dentre da realidade inserida (GUERRA, 2007; MONZÓN; CHAVES, 2015).

2.2 Desenvolvimento Regional (DR)

2.2.1 Caracterização geral

Percorrendo as abordagens teóricas, há um consenso de que o conceito de

desenvolvimento permanece sendo uma temática em processo de construção de natureza complexa e multidimensional (SANTOS *et al*., 2012; BELLINGIERE, 2017). Isto se deve as constantes de transformação econômica ao longo do tempo, o que Stanowicka (2020) acredita ser crucial para o crescimento das sociedades em distintos campos do conhecimento e prática.

Originalmente advindo de um cenário global pós Segunda Guerra, o termo ‘desenvolvimento’ ascendeu nas discussões econômicas devido a uma demanda por crescimento acelerado dos países subdesenvolvidos em face às nações economicamente desenvolvidas (MEDEIROS; CUNHA, 2012). Este conceito ideológico prevaleceu até a década de 1960, onde o olhar social começou a ser inserido em sua abordagem. Contudo, Bellingiere (2017) aborda que a grande transmutação ocorreu durante os anos 70, diante de crescentes paradigmas ambientais, acrescendo à sua definição elementos ecológicos e de sustentabilidade.

Já nos anos 90, com a criação de indicadores de desenvolvimento humano, divergências conceituais emergiram entre os termos ‘crescimento’ e ‘desenvolvimento’ em virtude de suas distintas concepções de riqueza. Enquanto que, nos anos 2000, o paradigma subjetivo também foi levado à discussão, pois a eficiência objetiva destes indicadores ao mensurar elementos qualitativos já não parecia suficiente para a realidade vigente (BELLINGIERE, 2017).

Dessa forma, o amplo crescimento da economia, tanto inerente ao mercado como das esferas públicas, busca conciliar o desenvolvimento do setor mercantil e as demandas da paz, democracia e da expansão mercadológica por parte da população e dos setores produtivos (BRUM, 2003). Percebe-se, então, que o uso acadêmico do termo correlacionado a renda e riqueza reflete o desafio de atuação neste contexto em constante evolução (ANDRADE *et al.*, 2016).

Todavia, as mudanças conjunturais podem trazem ressignificações dos conceitos tradicionais, dando capacidade de perceber e responder às novas demandas domésticas, de caráter tecnológico produtivo e de movimentação comercial, conduzindo os atores a um posicionamento ativo para análises a nível local e regional (FOCHEZATTO, 2010). Como exemplo disso, podemos considerar o surgimento dos modelos fordista e neofordistas como formas de desenvolvimento, orientados por paradigmas produtivos e tecnológicos, e advindos do processo de reestruturação econômica do capitalismo que

buscaram equilibrar acúmulo e regulação de capital (GÁLVEZ, 2016).

Dessa forma, no panorama global e nas esferas nacionais, regionais e locais em momentos de instabilidade ideológica, política, econômica e social, é possível entender como a integração dos esforços coletivos e urbanos estão atrelados ao sucesso do desenvolvimento no território. Isto pode impactar nos aspectos econômicos com elementos inclusivos e democráticos, sendo esta uma realidade bastante desafiadora (GUERRA, 2010; MEDEIROS; CUNHA, 2012; STANOWICKA, 2020; THEIS *et al.*, 2022).

2.2.2 Diálogos científicos

Segundo Fochezatto (2010) e Andrade *et al.* (2016), o processo multifacetado do termo ‘desenvolvimento’ se desdobra em um contexto de metamorfoses estruturais que marcaram a composição e distribuição dos setores produtivos. Com a globalização, as propostas de integração econômica se tornaram necessárias a ponto de fortalecer a competitividade entre os mercados de bens e serviços. Tais aspectos possibilitaram a inserção da participação da sociedade civil como estratégia de sobrevivência junto às esferas públicas e privadas na urgência do desenvolvimento (THEIS *et al.*, 2022).

Há concordância por parte de Medeiros e Cunha (2012) de que estas mudanças paradigmáticas são acompanhadas de remodelagens da gestão pública, privada e do suporte cívico-organizado. Por isso, Andion (2005) salienta a relevância de espaços dialógicos oficiais a fim de preservar a liberdade de expressão e angariar negociações justas dentro das particularidades levantadas. Nesta vertente, Beran *et al.* (2020) afirma que, mesmo diante de circunstâncias favoráveis à construção social do desenvolvimento, este permanece codependente da disponibilidade de capital, dinâmica de utilização eficiente e de sua concentração equitativa em determinado território.

Fochezatto (2020) destaca três conglomerados específicos de teorias ao longo da história. O primeiro esteve vigente até o século passado e é composto de concepções estáticas limitadas a elaborar modelos de localização produtiva que sejam benéficos a redução de custos e maximização de lucros. Já o segundo grupo, em vigor até os anos 1980, relaciona-se a relevância das interdependências setoriais enquanto elementos de desenvolvimento, apoiando políticas em prol das economias aglomeradas. O último

grupo que o autor destaca adentra a atualidade desde a década de 1980 e é constituído de teorias que buscam agregar dinâmicas marshallianas à discussão, justificando as aglomerações econômicas bem-sucedidas nos dois eixos de sistemas de preço e mercado, e interação e coordenação de agentes.

Relacionado às suas teorizações, Bellingiere (2017) e Stanowicka (2020) as explanam a partir do conceito regional e local. A exogenia, que considera as forças externas determinantes para seu progresso, é representada pelo caráter regional, e a endogenia a natureza local, que se concentra na baixa mobilidade de produção como fator estratégico para o território e seus componentes, tendo por principais estímulos os recursos, atividades, empreendimentos e tecnologias próprias.

Para Radovanovic, Grandov e Filijovic (2020), compreender as peculiaridades destes conceitos é intrínseco a elaboração de planejamentos integrados. Afinal, as estas teorias de DR progrediram de abordagens microeconômicas industriais para a ênfase nas economias aglomerativas, representadas por economias de escala produtiva (FOCHEZATTO, 2020).

Segundo Etges (2022) e Theis *et al.* (2022), novas concepções regionais surgem a partir dos anos 70 devido a recorrentes críticas de base marxista e fenomenológica, destacando o desenvolvimento de um territorial, seja de base local ou regional, entre geógrafos e cientistas, além dos economistas. Nos EUA, Japão e Brasil, planos de desenvolvimento de base tecnológico-dialógica emergiram como uma maneira de modelagem política para o atendimento às demandas domésticas (GÁLVEZ, 2016). Isto denota sobre a capacidade percebida pelas nações de reunir recursos endógenos em prol de desenvolvimento através de conversões produtivas de arranjos, distritos industriais e inovações ambientais (FOCHEZATTO, 2020).

Na Europa, este conceito tem impactado os países que adotaram a abordagem conhecida como ‘community-led local development’ (CLLD). Segundo avaliações do ESIF (2014), o CLLD foi elaborado com o intuito de orientar os territórios no processo de transição econômica a nível local. Ele objetiva a criação de estratégias de desenvolvimento integrado em parceria com as comunidades para identificar agentes sociais, ambientais, econômicos e recursos latentes que viabilizem soluções regionais, por meio de um financiamento de longo prazo gerido pela própria comunidade.

Assim como os conceitos de desenvolvimento, os princípios do CLLD sofreram

mutações que agregaram valor a outras abordagens nacionais e regionais, cujas razões para sua adesão são: i) ação coletiva local em prol das próprias necessidades; ii) estratégias correspondentes à diversidade e complexidade; iii) estratégias flexíveis; iv) escopo ampliado; v) baseada em coalizões multiplicadoras; vi) inovação para obtenção de resultados e mudanças vindouras; vii) oportunidade de acesso a outras experiências europeias; e viii) instrumento financeiramente atraente (ESIF, 2014).

Dentro da perspectiva endógena, Bellingiere e Stanowicka (2017; 2020) abordam uma diversidade de correntes desenvolvimentistas que surgiram em território nacional e internacional. Para fins deste trabalho, somente três delas que se consideram aderentes à interseção temática serão destacam.

Primeiramente, o conceito de Desenvolvimento de Redes é baseado na elevação de capital social por parte da cooperação entre actantes residentes para o seu desenvolvimento. Desta forma, a localidade passa a ter uma imagem duradoura que pode proporcionar o alcance de resultados desejados no desenvolvimento econômico e social, considerando a troca de saberes baseada na confiabilidade em rede. Em segundo, a perspectiva do Ambiente Regional Inovador que considera as inovações como principais fontes de desenvolvimento micro e macroeconômicos. Esta ótica proporciona uma visão de modernidade à cidade que, por sua vez, é condicionada pelas perspectivas otimistas e vindouras do desenvolvimento e na sua atratividade prospectada pelos indivíduos externos (BELLINGIERE, 2017; STANOWICKA, 2020).

Por fim, a teoria institucional que, apesar de ter o mesmo propósito referente à formação de uma imagem positiva local, estimula a elaboração de leis que viabilize, legitime e valorize as atividades dos actantes regionais para com o DR, e, ao mesmo tempo, promova a criação de conhecimento, inovações e tecnologias. Diferentemente das outras que compreendem a valorização de uma imagem, esta teoria defende uma estratégia de identidade regional para um desenvolvimento duradouro (BELLINGIERE, 2017; STANOWICKA, 2020).

Neste ponto, é perceptível a interseção do conceito de desenvolvimento à perspectiva territorial, sendo ela de caráter local, regional, nacional. Para Etges (2022), faz-se necessário compreender as formas integradoras de arranjos produtivos em escalas singulares e universais, mediadoras dos aspectos particularmente regionais caso ocorra uma legitimação efetiva da dimensão territorial. Cazella *et al.* (2020) acrescentam que o

território é socialmente idealizado por um composto de instituições, advindo de processos únicos de discussões, coalizões e ordenamentos entre diferentes atores sociais. Estes são capazes de identificar, formar e honrar seus recursos, podendo gerar ativos territoriais diferenciados.

Dallabrida (2020) reconhece isto como sociobiodiversidade, uma relação harmônica entre a criação de bens e serviços a partir dos recursos naturais que implica no atendimento de interesses correlacionados. Ele argumenta que o desenvolvimento territorial só é possível por advento destas relações virtuosas entre sociedade e meio ambiente por parte de ações coletivas direcionadas ao bem viver, oportunidades igualitárias, condições dignas de trabalho e preservação da natureza.

Neste contexto, o desenvolvimento local é um processo que resulta em novos valores, nos quais a sociedade pode elevar sua posição, possibilidades de enriquecimento e ressignificação laboral. Estes aspectos dependem do reforço do papel urbano como propulsores do crescimento econômico, tornando o progresso local reptador (STANOWICKA, 2020). Isto porque o desenvolvimento precisa satisfazer a pluralidade de interesses deste território, compreendendo desde o campo econômico ao político, respeitando seus elementos culturais, ambientais e sociais. Afinal, a construção social territorial é resultante da interação de seus atores (DALLABRIDA *et al.*, 2021).

Outro estudo de Dallabrida, em parceria com Rotta e Büttenbender (2021), considera que a abordagem territorial do desenvolvimento é uma alternativa de enfrentamento dos desafios e das análises de recortes espaciais. Ao mesmo tempo, eles acreditam que esta condiciona a realização de estudos concernentes às realidades socioeconômicas, culturais e ambientais que valorizam a complexidade em face de sua integração. Theis *et al.* (2022) também configura essa abordagem enquanto novo campo do saber que produz ações e políticas públicas a partir de conjunturas emergentes.

Ao adentrar na abordagem territorial do desenvolvimento, surge um indicativo da necessidade de redistribuição de recursos, bens e serviços territoriais, respeitando o direito de usufruí-los e preservá-los, onde Dallabrida *et al.* (2021) afirma ser possível identificar vertentes de potencial caráter alternativo desenvolvimentista. Brum (2003) explana que a sociedade em seus espaços municipais pode promover uma economia de caráter solidário, empreendendo equitativamente e em nome do interesse generalizado em prol de melhores condições de produtividade frente os gastos. Este desenvolvimento

privilegia a esfera local e favorece estratégias economicamente autônomas. Contudo, é imprescindível analisar os limites da economia solidária em seu potencial instigador a mudanças estruturais na economia vigente e seus instrumentos para tal, assim como refletir se estas iniciativas solidárias representam a gênese dos processos alternativos (MEDEIROS; CUNHA, 2012).

Argumentando quanto ao potencial da ES em prol do desenvolvimento, Brum (2003) se posiciona sobre a ação expositiva desta economia redistributiva nos efeitos do mercado para coesão social, denotando o terceiro setor como um projeto de viés democrático e construído coletivamente voltado para atender as particularidades da sociedade por parte do Estado. Dessa forma, o ator estatal poderá compreender a urgência destas demandas e sua relevância no desenvolvimento, gerando ações de políticas públicas apoiadoras à interação setorial, cadeias produtivas alternativas e coordenação de movimentos sociais em geral (GUERRA, 2010).

Diante de todas as proposições apresentadas, é interessante refletir que o conceito de desenvolvimento não é de caráter simplista, ou está próximo de sua plena consistência (THEIS *et al.*, 2022). Pelo contrário, seu arcabouço teórico permeia aspectos epistemológicos de profundidade dialética nas lógicas universais e isoladas (MEDEIROS; CUNHA, 2012; ETGES, 2022). Embora as teorias do desenvolvimento não sejam mutuamente excludentes, não afirmam em sua totalidade os fatores que conduzem o crescimento ou retardamento da economia. Isto mostra que seu conceito se apresenta em constante reconstrução e dinamicidade (STANOWICKA, 2020; DALLABRIDA *et al.*, 2021).

2.3 Incubadoras Sociais (IS)

2.3.1 Caracterização geral

Conceituadas no seio acadêmico como entidades oriundas de iniciativas extensionistas baseadas em inovação social, as IS assistem empreendimentos de cunho social e solidário em sua (re) inserção no contexto socioeconômico vigente, promovendo impactos sociais em suas ações e interações (AMARAL; MELLO, 2022;

AMARAL; WEBERING, 2023). Orientadas para o alcance destes objetivos, as IS propõem reforçar a relevância e atuação do capital social para o fomento à sustentabilidade geográfica, de forma a beneficiarem o desenvolvimento local ou regional (NICOLOPOULOU *et al.*,2017).

De acordo com Sansone *et al.* (2020), os primeiros estudos conceituais sobre incubadoras têm início em 1985 a partir da introdução das tipologias destas iniciativas por um conjunto singelo de autores. Com o passar dos anos, seu arcabouço evoluiu de tal forma que, atualmente, estas definições adentram diversos setores econômicos e sociais, contando com a descrição de metodologias de incubação. Neste sentido, a sua gênese conceitual advém da concepção de incubadoras empresariais ou de negócios, desencadeando em tipologias ligadas a propostas sem fins lucrativos, de desenvolvimento econômico, incubação virtual, acadêmicas, parques e centros de ciência e tecnologia, entre outros.

Mesmo assim, a temática social de incubadoras ainda representa novidade no campo acadêmico, o que ressalta a necessidade de estudos que explorem as diferenciações de propósito e motivações frente às demais. Felizmente, esta temática tem apresentado crescimento na literatura, significando uma oportunidade para resgatar uma proposta alinhada às circunstâncias globais, ao desenvolvimento sustentável e as demandas sociais e econômicas em defesa coletiva dos direitos de “igualdade, liberdade e democracia” (ITCP-USP, 2013, p. 12).

Tais fatos tangenciam o progresso de cumprimento da agenda ONU 2030, especificamente quanto aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODSs) de números 16 e 17. Estes ODSs dizem respeito à promoção da paz e inclusão entre as sociedades e instituições por meio da justiça social, além do fortalecimento de parcerias por meio de instrumentais viáveis ao estabelecimento de um desenvolvimento sustentável (IBGE; SEAS, 2023?).

Exemplificando, Matarazzo e Boeira (2016) tratam sobre as formas de interpretação representativas das construções sociais oriundas de processos de incubação de cooperativas populares, considerando suas tensões racional-instrumentais e substantivas sob a ótica de Guerreiro Ramos e Serge Moscovici. Enquanto isso, Zucoloto e Respondovesk (2018) abordam os principais aspectos constituintes de uma inovação com impacto social, destacando seu público-alvo, principais setores

envolvidos, agentes de inovação e processo produtivo. Já Monteiro (2019) discorre sobre os aspectos elementares que englobam a evolução das discussões teórico-metodológicas da inovação social e sua interseção com as proposições solidárias e as dinâmicas territoriais.

Outros estudos também comprovam os apontamentos de Sansone *et al.* (2020), pois, embora um arcabouço teórico esteja sendo construído, ainda há uma carência de dados para atestar os pontos de atração e retenção das incubadoras no universo de sua inserção. Ao mesmo tempo, há um reforço da relação das IS com o fortalecimento da ESS e do DR por intermédio de inovações sociais que considerem sua potencialidade integradora e pedagógica no desenvolvimento de conhecimento crítico (RODRIGUES; MELLO; DA GAMA AFONSO, 2019; AMARAL; MELLO, 2022; AMARAL, WEBERING, 2023).

2.3.2 Diálogos científicos

Na perspectiva de Adham *et al.* (2018), a promoção do crescimento econômico mundial aplicado a uma localidade específica através de inovações sociais representa a relevância da IS para qualquer realidade que contemple aspectos sociais a serem atendidos. Para que uma incubadora se configure dentro desta proposta, Sansone *et al.* (2020) explana que as IS devem apoiar mais 50% de empresas essencialmente desta vertente, que almejam introduzir impactos sociais positivos por meio de suas ações, produtos, serviços e ferramentas.

Neste contexto, é notória que a temática de inovação social permeia toda a estrutura de pensamento e atuação das IS. João-Roland e Granados (2020) defendem que estas inovações constituem-se como processos condutores à institucionalização de novos valores sociais, onde há complementaridade equilibrada entre motivação e propósito. Isso permite que elas sejam um instrumento de transformação social, econômica e humana a partir de estratégias coparticipativas, uma vez que sua composição abarca aspectos de articulação social complexos para o desenvolvimento de iniciativas a demandas não suprimidas (ORTEGA HOYOS; MARÍN VERHELST, 2019).

Diante disso, Monteiro (2019) em concordância com Zucoloto e Respondovesk

(2018) explanam que, enquanto a inovação de viés tecnológico está centrada no desenvolvimento de produtos e processos com novas ou aprimoradas tecnologias de operacionalização lucrativa, as inovações sociais são motivadas prioritariamente pela necessidade social e a construção colaborativa de métodos, processos, serviços e/ou produtos que expressem o propósito social.

Além disso, eles abordam as discussões de diversos autores em suas considerações por uma inovação social como i) um instrumento vital na elaboração, monitoramento e modernização de políticas públicas; ii) elementar à visão empreendedora; e iii) um sistema integrado ao território, desenvolvido de forma inclusivo e participante por todos os actantes de sua esfera. Estes pontos representam a essência da inovação social e promovem ações intervencionistas e de caráter coletivamente construído em favor de transformações na sociedade (ZUCOLOTO; RESPONDOVESK, 2018; MONTEIRO, 2019).

Portanto, tais características multidimensionais e interdisciplinares, presentes na conceituação de inovação social, corroboram para com a sua capacidade em identificar necessidades desconhecidas e criar meios para atendê-las. Isto leva em conta todos os elementos ‘funílicos’ em suas resoluções e a construção de uma cultura social integradora entre valores, relações, empreendimentos e territórios (ARTURO *et al.*, 2011; SVENNEVIK; SAIDI, 2022).

Estudos recentes destacam a importância das IS para o enfrentamento em tempos adversos, impedindo que os empreendimentos venham à falência e o desenvolvimento de localidades seja totalmente prejudicado a ponto de irreversibilidade econômica (DE ESTEBAN ESCOBAR, 2022). Assim, a promoção, elaboração e execução de inovações sociais em prol do desenvolvimento é o principal ponto de convergência entre os autores, contribuindo expressivamente para a compreensão fenomenológica de sua natureza, além da esfera conceitual (GATTAI; BERNARDES, 2013; PRIM *et al*., 2017; ADDOR; LARICCHIA, 2018; HELMAN, 2020; KOGUT-JAWORSKA, 2020; LANGE; SCHMIDT, 2020).

Outrossim, as IS, em seu papel de assessorar e propagar o conhecimento, buscam tornar possível aos empreendimentos auxiliados à ‘tangibilização’ de princípios coletivos estruturais, que se convertem em ações sustentáveis tanto para o desenvolvimento interno dos incubados como para a sua repercussão amplitudinal no

ambiente externo (ITCP-USP, 2013; KOGUT-JAWORSKA; OCIEPA-KICINSKA, 2020; LANGE; SCHMIDT, 2020). Dito isso, tal conceito aborda elementos relacionados à criação de ferramentas sociotecnológicas inovadoras e outras de caráter administrativo para o funcionamento eficiente dos assessorados (AMARAL; MELLO, 2022).

Nesta linha, Curi Filho *et al.* (2015) afirmam que as IS permitem que haja uma melhor compreensão da incumbência dos setores governamentais, públicos e privados, de forma a potencializar estratégias e ferramentas de análise nos campos econômicos, sociais e ambientais. Portanto, seu caráter socioeducativo é reverberado entre os autores, justamente por viabilizar a intermediação multidisciplinar dialógica e reflexiva das demandas e a importância da prática conjunta entre os setores governamentais e privados para atendê-las da melhor forma possível (GATTAI; BERNARDES, 2013; LANGE; SCHMIDT, 2020).

Diante das exposições, percebe-se correlações viáveis entre a inovação social, a ESS e o DR, na conjuntura de predominância das IS. Primeiramente, pois ao trazer respostas coletivas às demandas sociais a partir de fontes diversas de recursos, a ESS se posiciona como motor de inovação social no território nacional. Segundo, o DR pode ser condicionado a serviços de proximidade, diversidade econômica, valorização patrimonial social-natural-cultural e promoção de aprendizagem. Exclusivamente, estes expressam suas necessidades de forma sustentável e inovadora, construída coletivamente (MONTEIRO, 2019).

No cenário brasileiro, o movimento das incubadoras teve início na década de 1980 com a instituição do parque tecnológico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) segundo as modelagens norte-americanas. Contudo, a forte recessão em virtude da abertura econômica global transfigurou-se em um cenário viável para o fortalecimento da ESS no Brasil. Representada pela coordenação e cooperação entre trabalhadores na tarefa de recuperar empresas em situação de falência, viu-se a necessidade de criar entidades de regulação de tais atividades, surgindo a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG). Conforme demandas sociais emergiam, novas articulações entre sociedade civil e órgãos públicos eram prospectadas; interações estas que geraram a institucionalização da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e

Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e proporcionaram a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFRJ/COPPE) em 1995 e da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários e Sustentáveis (ITESS/CEFET/RJ) em 2005, entre outras (AIRES, 2019; SANTOS; 2020).

Na introdução de Schiochet (2018), o autor destaca que a atuação das ITCPs em parceira com o Proninc está centralizada em três eixos, sendo eles: i) a relevância da abordagem territorial externamente à incubação; ii) ações integradas entre incubação e políticas públicas em prol da garantia por acesso e suporte mercadológico, financeiro e técnico a indivíduos e empreendimentos econômicos solidários; e iii) atuação conjunta entre discentes e Proninc pela continuidade enquanto profissionais coletivos no ambiente orientado por ESS. Logo, a ITCP da UFRJ prospecta o ato de incubar cooperativas enquanto projeto de política pública vindoura à medida que as articulações entre suas ações e de outras iniciativas crescem, favorecendo a geração de trabalho e desenvolvimento social. Neste sentido, Addor e Laricchа (2018a), em concordância com Aires (2019), reforçam que toda a equipe envolvida nesta IS não mensuram esforços para mostrar a incubação como um instrumento de transformação social e econômico baseado na inclusão e cidadania.

Já a ITESS é uma IS oriunda de uma incubadora de base tecnológica da mesma instituição e, mesmo sendo consolidada como ambiente inovador municipal e estadual no Rio de Janeiro, passou por reestruturações para se transformar em uma ICTP que, por falta de recursos, precisou encerrar as atividades em 2008. Entretanto, com um novo edital em 2013, a incubadora teve a oportunidade de se reerguer com o novo nome (ITESS) e seguindo a perspectiva da ESS, propondo assistir empreendimentos de cunho social e solidário para que estes gerassem emprego e renda aos seus grupos e outros beneficiários. Vale ressaltar que a mudança de nomenclatura não representa exclusão de vínculo a Rede de ITCP, a qual a ITESS permanece fazendo parte (AIRES, 2019; INCUBADORA, s. d.).

Enfim, estas conceituações dialógicas refletem a percepção do valor das IS e suas inovações sociais em prol de ESS e do DR no cenário nacional, desdobrada no interesse, criação e implantação e atividade de 33 IS no território. Dessa forma, sua articulação compreende tanto um caráter reparador em sua complexidade de interações

como um elemento impulsivo à transformação social que corrobora expressivamente para uma transmutação do dilema do desenvolvimento (AIRES, 2019; MONTEIRO, 2019).

2.4 Quíntupla Hélice (5H)

2.4.1 Caracterização geral

Na perspectiva de Canestrino, Carayannis e Magliocca (2022), compreender e identificar as fontes de inovação passou a ser crucial conforme o avanço das décadas, principalmente a partir do momento em que este conceito tende a equiparação sinônima de vantagem competitiva empresarial, territorial ou de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, Bartoloni *et al.* (2022) destaca que a integração da tecnologia a realidades de forma sistêmica têm sido fundamental para empreender soluções aos inúmeros desafios globais que sobrevêm à humanidade ano após ano.

Neste sentido, Lara *et al.* (2021) e Carayannis *et al.* (2021), em concordância com Mineiro, Souza e Castro (2021), contextualizam que o primeiro modelo de inovação foi desenvolvido por Etzkowitz e Leydesdorff na década de 1990, que consistia na interação entre universidade, indústria e governo como determinantes para novas estratégias reverberantes por meio da criação de novos produtos e serviços. Esta proposição pioneira, nomeada de Tríplice Hélice, contribuiu para a inserção de novos constructos que possuíam relevância a modificação de tendências de inovação. Por isso, a Quádrupla Hélice contempla a sociedade civil como um novo usuário que atua no processo de inovação em paralelo a economia do conhecimento.

Conforme novos atores são inseridos em um ecossistema, sua complexidade pode ser desafiada, pois as demandas se expandem à medida que os seus agentes identificam novas problemáticas para intervenção pública (VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016). Tal realidade não se difere da atual onde os problemas ambientais estão em voga e a pressão social ao redor da sustentabilidade trouxe proposições políticas direcionadas. Assim, a 5H emerge, levando em conta que a sustentabilidade é alcançada de forma equilibrada quando há desenvolvimento conjunto entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais para que possam ser construídos

caminhos viáveis à sobrevivência de gerações vindouras (LARA *et al.*, 2021).

2.4.2 Diálogos científicos

Este modelo quíntuplo de inovação – que abrange as esferas governo, indústria, universidade, sociedade e desenvolvimento – constitui uma vertente recente fundamental para a compreensão de ecossistemas dinâmicos. Concentrados em prospectar inovação tecnológica a partir de suas interações, a 5H possui uma especificidade integrativa capaz de combinar suas hélices distintamente, contribuindo para a construção de procedimentos complexos de interpretação, análise e ação em problemas estruturais (MINEIRO; SOUZA; CASTRO, 2021; AMARAL; CAI, 2022).

De acordo com Morawska-Jancelewicz (2021), a complexidade e multidimensionalidade dos processos de inovação são aspectos que corroboraram para a remodelagem helicoidal, inicialmente estimulada por duas tendências. A primeira delas reside no campo das transformações econômicas e tecnológicas de caráter sistêmico, e a segunda diz respeito à percepção da inovação como parte de um processo social interativo desdobrado a partir da coparticipação entre seus atores em uma rede de aprendizagem coletiva. Isso nos mostra que todo processo de inovação deve ter em sua composição fatores inerentes a entidades interdependentes que firmam uma rede de troca de conhecimentos e competências. Estes elementos capacitam na adesão de habilidade coletivas pela rede em questão a fim de atender demandas reivindicadas.

Carayannis e Campbell (2022) percebem a relevância dos modelos helicoidais e propõem a elaboração de uma teoria unificada entre as hélices, justamente em virtude de acontecimentos recentes ligados a conflitos e lutas democráticas e autocráticas. Uma vez que as estruturas estão se moldando à medida da evolução tecnológica e do conhecimento, a 5H, por ser projetada para compreender e se referir diretamente a realidades complexas, identifica e propõe resoluções a diretrizes políticas e práticas emergentes em prol da transformação socioeconômica sustentável e digital.

Amaral e Cai (2022) concordam com esta linha, acreditando que a interação da 5H com as anteriores suplantam a dinâmica produtiva do conhecimento e, ao mesmo tempo, conceituam os ecossistemas de inovação e são essenciais na determinação e avaliação de políticas, por exemplo. Portanto, a instituição de mecanismos integrativos

para a promoção de ecossistemas locais e regionais de inovação passa a ser explicitada na literatura, destacando sua originalidade na inovação aberta e colaborativa e na operacionalização de ações difusas em tecnologias desenvolvidas para o DR (LARA *et al.*, 2021; MINEIRO; SOUZA; CASTRO, 2021; LÓPEZ-RUBIO; ROIG-TIERNO; MAS-VERDÚ, 2022; RODRIGUES-FERREIRA *et al.*, 2023).

Ao analisarmos a aplicabilidade da 5H na conjuntura científica nacional, mais de 700 trabalhos de ensino superior e profissionalizantes estão registrados na base de dados da CAPES, sendo 142 deles nos últimos 5 anos. No escopo internacional, encontram-se diversos materiais que tratam da importância integradora da 5H no cenário brasileiro e América Latina, seja por meio de transferência de conhecimento entre países em projetos de extensão universitária ou em práticas articuladoras de soluções de demandas urbanas, sociais e econômicas (CAPES, 2022).

De todas as formas, análises breves de estudos mais citados demonstram sua relevância no processo de inovação aberta que estimula a criação de mecanismos ecossistêmicos para a consolidação da inovação em um dado território, em base local ou regional (LARA *et al.*, 2021; MINEIRO; SOUZA; CASTRO, 2021).

2.5 Dinâmica de Sistemas (DS)

2.5.1 Caracterização geral

Segundo García (2022), toda observação, compreensão e análise de uma realidade é repleta de desafios à razão, principalmente diante de circunstâncias abstrusas com quantitativo indeterminado de métricas que não são facilmente quantificáveis. Neste sentido, é viável utilizar um modelo que permite uma perspectiva sistematizada de um problema, suas características elementares e os meios para resolvê-lo efetivamente. Para tratar dos dilemas e das repercussões sistêmicas das suas interações entre seus componentes, uma proposição sobre o comportamento de sistemas distintos se torna crucialmente válida, principalmente no contexto de instabilidade de variáveis que os influenciam no mundo real.

Na ótica de Vecchio e Oppong (2019), propor uma abordagem de DS voltada para inovação é de extrema importância para os debates que envolvem o DR, uma vez

que seus ecossistemas produzem um cenário vital para o gerenciamento de desafios competitivos e estimula a criação de políticas e colaborações entre seus actantes. Nesta lógica, a DS vem sendo utilizada como um diferencial complementar nas pesquisas científicas, desde empreendedorismo e indústria criativa a processos produtivos, justamente para entender o comportamento de um ecossistema (RAD; SEYEDESFAHANI; JALILVAND, 2015; COSTANZA, 2019; PAPAGEORGIOU *et al*., 2021).

Quanto à sua significação, os autores buscaram definir a construção da identidade deste tema ao longo do tempo. Inicialmente contextualizada como uma metodologia de múltiplas aplicabilidades, Abbas e Bell (1994) afirmaram que a Dinâmica de Sistemas (DS) proporcionou uma tendência de modelagem em distintas áreas do conhecimento. Em concordância, Sannino e Taylor (2006; 2007) complementam que a DS, além de apresentar-se como um estudo abrangente, propõe compreender a interação entre os objetos de um sistema no âmbito público ou privado, para facilitar os processos de elaboração e análise de políticas aderentes a ineficiências organizacionais.

Como o próprio nome sugere, o pensamento sistêmico contribuiu para a conceituação desta teoria, abordando as inter-relações entre as variáveis de um determinado sistema a partir de suas influências no todo. Enquanto desbravadora na confecção de simulações computacionais para diagnóstico de problemas em gestão, a DS faz parte de uma composição de abordagens sistêmicas que viabiliza o entendimento das atitudes suscetíveis a interferências por parte de e dentro de um sistema no intervalo temporal (ABBAS; BELL, 1994; SANTOS, 2019).

Durante a década de 1950, Forrester – seu desenvolvedor – usou um arcabouço instrumental de distintas ciências como cibernética, engenharias, ciência da informação, teorias organizacionais e de controle e feedback, jogos militares e decisões táticas para fins de diagnóstico aprofundado do sistema de fracassos organizacionais. Entretanto, em virtude da sua extensão científica para compreender novas problemáticas em outras áreas, o campo urbano passou a ser contemplado com tais modelagens, haja vista a crescente busca por soluções na dinâmica e mobilidade sistêmica diante do desenvolvimento das cidades (SANNINO, 2006; TAYLOR, 2007).

Nesta linha, os autores compactuam que a DS é uma ferramenta imprescindível

de suporte gerencial e aprimoramento de sistemas de controle, tendo em vista sua modalidade em demonstrar relações de causa e efeito, influenciadas por tempo, recursos e processos. Diante disso, sua relevância reside na capacidade de contribuir para a esquematização de um sistema a ser ajustado e aplicado em uma realidade. Ademais, suas funções também possibilitam a comparabilidade entre cenários para cada política empregada, de forma a confirmar ou inviabilizar hipóteses previamente estabelecidas no problema estudado (ABBAS; BELL, 1994; SANNINO, 2006; PETRONILHO, 2013).

2.5.2 Diálogos científicos

Trata-se de um sistema todo estabelecimento coeso de um conjunto entre objetos a partir de suas relações interativas e dependentes de forma consistente, à luz de uma hipótese em particular. Na ótica de Petronilho e Santos (2013; 2019), a essência do comportamento dinâmico reside no princípio da acumulação em que o fluxo de um determinado elemento se aglomera ou escoa do sistema, inferindo em círculos de causalidade e laços de feedback.

Categorizados essencialmente em ciclos abertos ou fechados, aspectos elementares como limite fechado, retroalimentação, níveis e taxas, e metas norteiam o comportamento dinâmico nestes sistemas. Enquanto o primeiro expressa causalidades endógenas nas relações do sistema, o segundo se concentra nas mudanças estruturais geradas ao longo do tempo que influirão no comportamento de suas conexões. Já os níveis e taxas representam, sucessivamente, um “reservatório” das quantias de um objeto do sistema em sua condição momentânea e as quantidades relativas de fluxos de informações, recursos e pessoas que alteram os níveis deste objeto em tal “depósito”. Por fim, as metas são, basicamente, referências para alcance planejado do sistema e é composto de uma série de condições descritivas de seu estado atual, suas desconformidades e ações resolutas a estas lacunas (ABBAS; BELL, 1994; SANNINO, 2006).

Outro conceito inerente à dinamicidade do agrupamento de elementos e variáveis são as formações de modelos que prescrevem um mapeamento estrutural dos níveis e taxas do complexo analisado, incorporados de forma cumulativa (ABBAS; BELL, 1994). Ao se comportarem como diagramas causais, as variáveis de causa e efeito possuem polaridades que influenciam em mudança de suas relações, incluindo

atrasos ou esperas (TAYLOR, 2007; PETRONILHO, 2013; GARCÍA, 2022). Portanto, os diagramas de laço causal propiciam a compreensão do funcionamento sistêmico a partir da identificação de padrões ou tendências retroalimentadoras, viabilizando simulações iniciais para um debate eficaz das problemáticas encontradas (SANTOS, 2019).

Já no caso dos diagramas de fluxo e estoque, os autores ainda afirmam que sua importância está em representar especificamente as relações entre as variáveis de nível e taxa e suas complementares, auxiliares e conectoras. Estes diagramas dizem respeito à condução informativa de recursos algebricamente controlada e a variáveis dependentes dos fluxos. Ao mesmo tempo em que possuem dependência de outros elementos do sistema, realizam a vinculação de informações às ações entre os elementos do modelo (PETRONILHO, 2013; SANTOS, 2019).

Além disso, estes modelos contam com fluxos de entrada e de saída que afetam a acumulação de estoques. Tal fato ocorre em virtude de quatro características que orientam as ações do estoque, que são a memorização histórica – armazenamento e "aprendizado" do comportamento de fluxos –, transmutação temporal – controle da variação de fluxos de acordo com a necessidade do sistema –, interrupção – indução ao desequilíbrio ou dissociação entre elementos para controle – e criação de atrasos – provocação de déficit entre causa e efeito para reduzir a percepção de conexões. A depender da movimentação do sistema em um determinado contexto, os estoques podem se utilizar destas peculiaridades intrínsecas para regular o sistema e seus elementos (TAYLOR, 2007).

A partir dessas diferenciações em conglomerados sistêmicos, é vital estabelecer etapas orientadoras à construção de um modelo por meios adequados. Segundo Abbas e Bell (1994), o problema de um sistema deve ser identificado, o que pode ser feito ao considerar as dificuldades práticas ou limitações de um processo entre seus elementos. Em segunda instância, a sua definição por meio de um modo de referência facilita a consolidação do modelo em termos de propósito, escopo, obstáculos e profundidade para alcançar sua meta ideal (SANTOS, 2019). Subsequentemente, a escolha de inclusão e exclusão de variáveis de um sistema compreende a etapa em que os estoques, fluxos e variáveis auxiliares são estabelecidos para o desenvolvimento do modelo, com base nas fontes de informação existentes como pesquisa bibliográfica, análise de

conteúdo, observação e experiência própria e/ou hipóteses (GARCÍA, 2022).

Já a quarta etapa, se resume na adesão de todo conhecimento crucial para a compreensão e elaboração dos modelos em si em entrevistas, questionários, método Delph, brainstorming, entre outros. Em seguida, a verbalização e conceituação do sistema compõem a quinta e sexta fases, explicando e definindo claramente os conceitos mentais embasados no conhecimento dos sistemas e desenvolvendo uma representação estrutural sólida em diagramas causais e de fluxo. Isso permite que os usuários examinem o modelo gerado, aumentando sua percepção inter-relacional e induzindo a programação e simulação dos mesmos (ABBAS; BELL, 1994; SANTOS, 2019).

Neste sentido, as fases de formulação, programação e simulação são executadas a partir de representações matemáticas, inseridas para que a linguagem de programação possa codificá-las algebricamente e, assim, a demonstração quantitativa do comportamento sistêmico do modelo em questão seja visualizada. Reitera-se que a importância das linguagens de programação reduz substancialmente o tempo e o esforço excessivo para estruturar um modelo. E, ainda, a partir disso, se torna viável dedicar-se na verificação dos efeitos das relações à estrutura e os impactos das ações alternativas na performance da modelagem (ABBAS; BELL, 1994).

Não menos relevante, a última etapa de análise clínica do sistema inspeciona, interpreta, revisa e realiza novas simulações mediante ajustes causados por desequilíbrios ou falta de políticas adequadas, por exemplo. Santos (2019) concorda com Abbas e Bell (1994) sobre a análise sistematizada propiciar tomada de decisões efetivas, auxiliando na implantação de políticas eficientes. Isso se faz necessário para executar uma estimativa de parâmetros para averiguar a precisão de sua confiabilidade, a consistência dos resultados a partir da comparabilidade desejada e atual, atestar a sensibilidade dos elementos sistêmicos a mudanças induzidas e constatar as variáveis políticas de maior influência nos resultados do sistema.

Antes de finalizar esta sessão, trazem-se algumas considerações ao uso dos DS. Taylor (2007) informa que a natureza de não linearidade de sistemas complexos, representada por comportamentos incoerentes, contribuem para o estabelecimento dos limites do sistema. Por isso, eles podem dissociar os problemas e seus indícios por espaço/tempo, provocando atrasos nas relações e alteração perspectiva de interconectividade entre seus elementos. A contra-intuição, outra especificidade dos

sistemas não lineares complexos, induz decisões não convencionais, que pode ser uma vantagem ou não a depender do contexto em que o sistema se insere. Já a imprevisibilidade e o desequilíbrio são igualmente endógenos, concentrando-se na compreensão intrínseca das relações do sistema e, por consequência, a exogenidade permanece em segundo plano, uma vez que os sistemas reais são pressionados em seus estoques e fluxos a novas transmutações percebidas quando usadas técnicas de modelagens complexas.

Diante disso, Petronilho (2013) argumenta quanto à orientação da DS para buscar meios corretos de solucionar problemas sistêmicos. Para tanto, expressou alguns princípios empregados para uma busca eficiente. Primeiramente, entender que a alocação de problemas no tempo não são soluções para eles, da mesma forma que dividir o problema gera dicotomias na percepção de soluções efetivas nas inter-relações entre as partes. O autor explica que as atitudes usuais nem sempre conduzem o modelador à solução, mas leva-o ao mesmo problema futuramente, simplesmente por tratar das consequências do problema em contraste à sua causa.

Segundo, a força das intervenções sistêmicas pode acarretar em resultados limitantes em contrapartida aos benefícios esperados. Portanto, compreender o potencial desse feedback compensador é interessante para que, diante dos atrasos provocados, haja menos influência indesejada dessas forças às metas da modelagem em prol de uma solução eficiente. Concluindo, o autor destaca que não existem fatores externos que causam o problema sistêmico, sendo por meios endógenos advindos das relações complexas entre seus elementos que uma solução deve ser viabilizada. Por isso, se o modelador estiver frente a duas circunstâncias benéficas no intervalo temporal, existe uma situação favorável à formulação de soluções para o problema estudado (PETRONILHO, 2013).

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Para alcançar os objetivos deste projeto, optou-se por uma pesquisa que integra aspectos objetivos e subjetivos. Isto se deve a sua robustez ideológica viável para tratar as temáticas complexas apresentadas anteriormente, além de, a partir do cruzamento entre os apontamentos contextuais da realidade vigente – opiniões, valores, crenças e relações humanas e sociais – e a percepção dos autores, pode-se investigar o conhecimento de maneira integral e coesa (VERGARA, 2009, 2016; MINAYO, 2012).

Quanto aos aspectos de finalidade, foi selecionada a teorização de Vergara (2016) para fundamentar a escolha de uma pesquisa exploratória, metodológica, explicativa e descritiva. Uma vez que, para auxiliar na melhor compreensão dos objetos de estudo, o agrupamento sistemático dos dados permite obter uma perspectiva multidimensional integrada dos temas, a natureza exploratória clarifica as informações a serem obtidas pelas perspectivas teóricas e empíricas da temática. Já o viés metodológico refere-se à utilização de instrumentos capazes de captar uma realidade e, potencialmente, modificá-la ao empregar procedimentos específicos para alcançar a motivação primordial da investigação.

Por fim, o aspecto explicativo propõe a elucidação da eventualidade fenomenológica de um determinado objeto ou conjunto deles a ser estudado, enquanto a condução descritiva traz complementaridade ao anterior, tendo em vista sua intencionalidade de compreensão de um fenômeno a partir das suas interações. Desta forma, a descrição expõe as principais características intrínsecas dos objetos e seus fatores determinantes de ação para analisar a correlação entre suas variáveis e suas respostas no contexto de inserção.

Sobre a instrumentalidade, foi prevista a realização do estudo por meio da pesquisa bibliográfica, bibliométrica e de campo. As duas primeiras buscam aprofundar sistematicamente os conhecimentos teórico-metodológicos que estão acessíveis ao público, compreendendo as configurações das pesquisas científicas no cenário. Enquanto isso, a pesquisa de campo permite investigar as ocorrências dos objetos estudados, visando, por meio de formulários ou entrevistas adequadas ao público-alvo

selecionado, analisando os principais fatores que os explicam.

3.2 Coleta de dados

3.2.1 Teóricos

Para fundamentar a singularidade das interações existentes na 5H entre a tríade ESS, DR e IS, compreendendo suas instrumentalidades e causalidades, os métodos de revisão sistemática de literatura e da bibiometria transmitiram confiabilidade para analisar tais configurações, sem restringi-las a dados puramente quantitativos. Esta escolha se justifica pelo reconhecimento crescente de qualidade dos mesmos perante a academia de pesquisadores haja vista sua sistematização criteriosa (GUTIÉRREZ-SALCEDO *et al.*, 2018; GALVÃO; RICARTE, 2020).

Advindas de pesquisas científicas em bases internacionais e regionalizadas, como Scopus e SciELO, estas foram selecionadas de acordo com seus resultados e aplicabilidades socioeconômicas, condizentes ao perfil deste estudo. Tais etapas possuem melhor detalhamento em “descrição dos instrumentos metodológicos” (3.2.4).

No que tange aos principais materiais científicos utilizados para embasamento metodológico da pesquisa bibliográfica e do aporte bibliométrico, encontram-se os estudos de Rodrigues, Mello e Afonso (2019) – por possuir procedimentos criteriosamente estruturados e adequados a pesquisas com revisão sistemática de literatura -, Gutiérrez-Salcedo *et al.* (2018) – devido a caracterização abrangente do instrumento bibliométrico para agregar valor aos dados qualitativos –, e Amaral e Mello (2022) e Forliano, De Bernardi e Yahiaoui (2021) – selecionados por sua diferenciada sistematização metodológica da bibliometria dos dados.

Considerando as pesquisas anteriores, o planejamento da revisão sistemática e bibliométrica foi estruturado com base em 6 (seis) etapas. Iniciando-se pelo estabelecimento da problemática de pesquisa, foram identificadas palavras-chave coerentes para realizar a busca sistemática de materiais científicos nas bases de dados internacionais e regionais. Seguida desta segunda etapa, o terceiro passo foi definir os critérios de inclusão e exclusão das pesquisas para a análise das temáticas referentes a esta dissertação, e o quarto passo consistiu em avaliar as produções selecionadas a partir

de sua elegibilidade, ou seja, sua aderência à proposta inicial do trabalho de forma específica. Para isto, a abordagem CASP foi utilizada para estruturar essa fase. Por fim, a quinta e sexta etapas consistiram em realizar o cruzamento dos dados filtrados a nível sistemático e bibliométrico, e elaborar simulações comportamentais a partir do software Vensim-PLE para fins de comparação subsequentes com os dados empíricos.

Vale ressaltar que todas as etapas anteriores foram sumarizadas para compreensão prévia do leitor e, em breve, serão explanadas de forma abrangente no tópico de 'descrição dos instrumentos metodológicos' (3.2.4), utilizados ao longo deste material em sua completude. A seguir, é possível conferir um fluxograma prévio deste planejamento e etapas:

Figura 1 – Fluxograma de planejamento para coleta de dados teórica



Fonte: Elaborada pela autora

Quanto ao cronograma de definição para a coleta dos dados, foi realizada entre o primeiro trimestre de 2022 e o segundo trimestre de 2023, de acordo com o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sistemas Produtivos da instituição de ensino CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca). Quanto ao universo e amostra destes dados, o primeiro abrangeu o total de produções científicas temáticas em ESS, DR, IS e 5H, tratadas de forma conjunta. Já a amostra compreendeu a seleção das principais produções aderentes à proposta de pesquisa entre os anos de 2002 a 2022.

3.2.2 Empíricos

Para viabilizar a compreensão das interações em rede entre os actantes da 5H e ESS, DR e IS, bem como suas correlações na ótica das transformações sociais e econômicas, percebeu-se a necessidade de manter a subjetividade dos dados, a partir da realização de uma pesquisa de campo. Os critérios desta abordagem para captura de dados essenciais permearam à tipicidade e acessibilidade em uma amostra não probabilística (VERGARA, 2016), selecionada de acordo com as necessidades para o

alcance do objetivo geral.

Portanto, a circunferência da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi escolhida em virtude da representatividade das incubadoras públicas a nível local e científico. Desta forma, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (ITESS), das instituições Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET), foram selecionadas para atingir um público-alvo considerável de agentes de ESS e atores da 5H.

O método de formulário foi o instrumento de captura de dados determinado em virtude de sua facilidade de entendimento por parte dos respondentes e praticidade de aplicação, podendo ser preenchido pelos indivíduos mediante as informações fornecidas como suporte. Segundo Vergara (2009) e Vieira (2009), este é um dos instrumentos fundamentais à promoção de soluções ao problema exposto, pois o pesquisador busca levantar dados cruciais para analisar um objeto de pesquisa a partir de um conglomerado de questões feitas. De forma virtual ou impressa, o formulário é direcionado a um grupo de respondentes relacionados ao ambiente investigado.

Concernente ao formulário desta pesquisa (Apêndice A), primeiramente sua elaboração se deu a partir da necessidade de percepção do público-alvo à instrumentalidade e causalidade das IS no contexto de 5H, levando em conta a ESS enquanto inovação social. Para tal, o estabelecimento de critério escala Likert ímpar foi previamente selecionado para a mensuração destes dados subjetivos de forma consistente e clara, a fim de evitar a neutralidade de respostas.

Em segunda instância, pressupôs-se um breve recorte de perfil, orientado por perguntas de caracterização geral (Bloco A) a fim de averiguar a consistência do público-alvo selecionado anteriormente. Terceiro, novos blocos foram criados para visualizar a relação das IS e a 5H (Bloco B) e a correlação entre ESS, IS e Inovação Social (Bloco C) segundo três pressupostos metodológicos, ligados à percepção da ESS como instrumento de inovação social. Em última instância, um bloco de aspectos finais com espaço para sugestões, recomendações e críticas foi inserido para finalizar o formulário (Bloco D). Vale ressaltar que definições simplificadas foram desenvolvidas com base nos diálogos científicos tratados no aporte teórico (Cap. 2) e anexadas aos blocos B e C a fim de atestar o entendimento correto dos respondentes e dar

confiabilidade às respostas.

No teste preliminar, um bloco de avaliação deste instrumento foi instituído para viabilizar uma análise introdutória da receptividade e compreensão das respostas. Este adicional foi composto por quatro perguntas sobre o formulário em geral, aos blocos específicos e outro espaço de resposta aberta para sugestões e críticas com finalidade de aprimoramento do material.

Além disso, foi imprescindível a elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de que os respondentes pudessem autorizar a utilização dos seus dados na pesquisa, seguindo todos os protocolos de segurança e privacidade dos dados pela Resolução CNS nº 466/2012.

Após aprovação do orientador, o formulário-teste foi enviado a um quantitativo específico de pessoas no prazo de uma (1) semana, utilizando a plataforma Google Forms. Tendo este tempo se encerrado, os dados foram analisados para verificar se os respondentes tiveram um entendimento esclarecido das perguntas e seus conceitos apresentados.

Concluindo que os dados preliminares eram válidos para a pesquisa, o instrumento foi atualizado mediante sugestões do orientador e reenviado oficialmente ao público-alvo, composto por representantes das incubadoras em questão – ITCP e ITESS – e agentes de ESS e da 5H– cujos contatos foram obtidos a partir das páginas de domínio web das secretarias municipais da região metropolitana e via LinkedIn.

Vale ressaltar que, em ambos os casos, o formulário foi encaminhado via correio eletrônico (e-mail) e por aplicativo de mensagens instantâneas (Whatsapp), respeitando o prazo de 30 dias. Finalizado tal período, a aplicação oficial do formulário foi encerrada e a confecção de planilhas e seus respectivos gráficos foram disponibilizados via Google Planilhas e ajustados para os devidos fins de análise.

3.2.3 Análise dos dados

Concluindo estas etapas, a análise dos dados teórica e empírica se fundamentará a partir da análise de conteúdo, segundo Bardin (2010). Esta abordagem consiste na realização de três etapas: pré-análise, aplicação e tratamento com interpretação, cuja primeira foi executada considerando a escolha preliminar dos documentos científicos

dentro dos critérios de inclusão e exclusão, bem como a aderência à proposta por meio de titulação e resumo. Já a etapa de aplicação da análise de conteúdo em si propôs explorar as principais contribuições presentes na literatura. Por fim, o tratamento dos resultados e interpretação pretendeu realizar recortes de acordo com os constructos enumerados.

No cenário empírico, a análise respeitou o sequenciamento metodológico, concentrando-se na averiguação de respostas coletadas por meio do formulário aplicado. A pré-análise se deu pela identificação de respostas válidas coletadas, ou seja, sem dualidade semântica ou rasuras eletrônicas. Em seguida, avaliaram-se quais e como os elementos compreendidos nas respostas do público-alvo se relacionam ao diálogo entre os objetos estudados.

Neste sentido, o uso do software Vensim-PLE deu-se nesta última etapa, tendo por finalidade, comparar as versões existentes na literatura e na realidade, identificando suas interações e refletindo sobre as razões pelas quais estas ocorrem. Para tanto, os principais dados que foram inseridos no software para construir as modelagens se dividem igualmente entre teóricos e empíricos. O processo e seus componentes foram detalhados na seção ‘descrição dos instrumentos metodológicos’, item 3.2.4.4.

Na arena teórica, a revisão sistemática de literatura permitiu estabelecer construtos e atributos relacionados ao DR, identificados a partir de elementos intrínsecos a ESS e a IS que o impactam positivamente, no universo científico. Já na abordagem empírica, os construtos e atributos anteriormente fundamentados deram embasamento na identificação das configurações atuais de interação entre actantes na 5H e dos aspectos da ESS e IS que podem aparecer enquanto propulsores, equânimes ou retentores da efetividade das correlações neste contexto analisado, frente ao conhecimento teórico.

3.2.4 Descrição dos instrumentos metodológicos

3.2.4.1 Revisão Sistemática de Literatura

Nessa etapa, faz-se a organização metodológica no projeto relacionado aos dados teóricos, adaptada do estudo de Rodrigues, Mello e Afonso (2019) e

considerando as especificidades dos outros estudos (GUTIÉRREZ-SALCEDO *et al.*, 2018; FORLIANO; DE BERNARDI; YAHIAOUI, 2021; AMARAL; MELLO, 2022;) e obedecendo as seguintes fases:

1) Elaborar problemática de pesquisa, orientadora do projeto;
2) Busca sistemática de materiais impressos e digitais que se adequam a temática, principalmente, os estudos de reconhecimento internacionais e indexados nas bases Scopus e SciELO;
3) Definir os critérios inclusivos e excludentes das produções encontradas, a fim de se obter o quantitativo adequado e não comprometa o propósito do projeto;
4) Analisar os materiais de acordo com critérios de elegibilidade;
5) Realizar o cruzamento dos dados coletados a partir do instrumental bibliográfico e bibliométrico, seguindo as categorizações por análise de desempenho e mapa científico; e
6) Criar simulações comportamentais das bases conceituais a partir do software Vensim-PLE.

3.2.4.1.1 Primeira Fase: A problemática de pesquisa

Para nortear as futuras análises do estudo, a pergunta levantada foi: "No contexto da Quíntupla Hélice (5H), como se dá a instrumentalidade e causalidade das Incubadoras Sociais (IS) no processo de estímulo ao Desenvolvimento Regional (DR), considerando a Economia Social e Solidária (ESS) enquanto Inovação Social na promoção de transformações sociais e econômicas?".

Dessa forma, as palavras-chave utilizadas nos filtros das bases científicas foram: "Solidarity Economy" OR "(Social and Solidarity) Economy" AND "Social Incubator*" AND "(Local or Regional) Development" AND "transform*" AND "link*".

Nesta perspectiva, a prévia seleção de palavras não foi suficiente para trazer resultados satisfatórios nas bases. Esse obstáculo atestou a necessidade de reformulação semântica da pesquisa de artigos nestas bases, sendo realizada em três etapas em ambas, conforme apresentado a seguir:

1) Social and Solidarity Economy AND Regional Development;
2) Social Incubator* AND Regional Development;
3) Social Incubator* AND Helix OR “Social Innovation”

3.2.4.1.2 Segunda Fase: Seleção das bases e dos materiais

No que concernem às bases escolhidas para compor a pesquisa deste projeto foram, respectivamente, *Scopus* (Elsevier) e *SciELO* (Citation Index). Delimitou-se a captura de documentos em um intervalo de 20 anos de produção, entre 2002 e 2022. Este intervalo foi escolhido por representar um espaço-tempo adequado à diversificação e complexidade dos temas, a fim de não comprometer as análises teórico-metodológicas deste projeto. O acesso a estas bases foi viabilizado gratuitamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022).

3.2.4.1.3 Terceira Fase: Critérios inclusivos e excludentes das produções

Avalia-se como critérios inclusivos das publicações dentro da temática:

- Período: de 2002 a 2022, por contemplar o universo adequado para o cruzamento das análises bibliográficas e bibliométricas;
- Produções de tipo artigo científico, expressando coesão para a determinação de constructos; e
- Idiomas: inglês, português e espanhol, devido a melhor compreensão pelos autores.

Já no que se referem aos aspectos de exclusão de produções, estipulou-se o caráter categórico, ou seja, foram descartadas todas as categorias nos campos do conhecimento listados nas bases que não contemplaram o objetivo final almejado. Neste caso, as pesquisas da área medicinal em aspectos biológicos e químicos foram desconsideradas no aglomerado de artigos a serem resgatados para análise.

3.2.4.1.4 Quarta Fase: Análise dos materiais de acordo com a elegibilidade

Primeiramente, os artigos escolhidos foram comparados a partir da adequação titulação e resumo a proposta do presente projeto para averiguar se estavam aptos a

responder a problemática norteadora. Em seguida, as contribuições e reflexões que enfatizam as transformações sociais e econômicas advindas dos diálogos entre os objetos do estudo foram analisadas a partir da listagem CASP para revisões sistemáticas, detalhada no tópico 3.2.4.9 (CRITICAL, 2018).

3.2.4.1.5 Quinta Fase: Cruzamento dos dados teóricos e bibliométricos coletados

Nesta etapa, foi analisada a base de dados mesclada via RStudio e Bibliometrix para agregar valor à discussão com aspectos quantitativos holísticos. Para isso, foram executadas uma análise de desempenho das produções e um mapeamento científico em suas estruturas conceituais, intelectuais e sociais (GUTIÉRREZ-SALCEDO *et al.*, 2018; FORLIANO; DE BERNARDI; YAHIAOUI, 2021). Por fim, os dados foram confrontados com os aspectos teórico-metodológicos dos materiais escolhidos a partir dos constructos estipulados. Tais etapas serão explanadas de forma holística no tópico 3.2.4.2

3.2.4.1.6 Sexta Fase: Simulações comportamentais de base conceitual no software Vensim-PLE

Compondo esta última etapa, este ponto foi pertinente para avaliar as formas de interação em que os debates entre ESS, DR e IS no contexto da 5H têm vivenciado e seus principais agentes propulsores em aspectos práticos (fatores elementares da realidade vigente) e teóricos (contribuições conceituais).

3.2.4.2 Bibliometria

De acordo com Gutierréz-Salcedo *et al*. (2018), uma ascensão de estudos científicos que se utilizam de instrumentais especiais para descobrir predisposições temáticas na literatura vislumbram uma nova forma de coletar e analisar dados a partir da linguagem de programação e softwares interativos acessíveis. Tendo em vista o papel estratégico das revisões sistemáticas e da complexidade de análises diante do volume de produções e do fator tempo, dois pesquisadores italianos passaram mais de um ano desenvolvendo um programa que pudesse contribuir para compendiar consistentemente bases de conhecimento, identificar tendências em evolução e mudanças nas divisas

temáticas para fins de resolução das complexidades de cada área científica (BIBLIOMETRIX, 2023?).

Neste contexto, o Bibliometrix surge como uma ferramenta de natureza quantitativa que, programada com o código aberto R, pode ser usada para pesquisas cienciométricas e bibliométricas, conduzidas por fluxos de trabalho lógicos nesta linguagem de programação. Portanto, ele auxilia na sintetização de descobertas científicas passadas, prospectando o progresso das linhas temáticas a partir da introdução de um sequenciamento sistemático, claro e replicável (BIBLIOMETRIX, 2023?).

No que tange à composição estatística da R, esta linguagem transmite funcionalidade ao Bibliometrix devido à sua orientação a objetos, facilidade de automação, diversidade de rotinas para acesso e importação de dados bibliográficos em bases distintas e flexibilidade quanto às transmutações da literatura ao longo do tempo. Tais características únicas viabilizam a utilidade do Bibliometrix aos pesquisadores, desde o iniciante ao experiente. Dessa forma, a R possibilita a criação de historiogramas, mapas científicos e análises de desempenho atreladas aos dados das bases científicas, estruturados no software RStudio e processados na plataforma online Biblioshiny (BIBLIOMETRIX, CRAN, POSIT;2023?).

Já o RStudio pode ser compreendido como um ambiente de desenvolvimento integrado que pode ser operacionalizado com duas linguagens de programação conhecidas, a R e a Phyton. Dentro do sistema, os dados coletados das bases científicas são compilados e preparados para a inserção no Biblioshiny, que se comporta como um aplicativo de interface web para a construção visual estatística da pesquisa bibliométrica. Por ser interativa e de layout simplificado, a plataforma online possui fácil utilização para qualquer categoria de usuários (POSIT, BIBLIOSHINY; 2023?).

Competente às categorizações de análise, as métricas podem ser identificadas em termos de fontes, autores, documentos e clusterização via cooperação temática, enquanto que, igualmente, pode ser complementada pela avaliação de três estruturas do conhecimento ligadas a aspectos conceituais, intelectuais e sociais (BIBLIOSHINY, s. d.). Para este trabalho pretende-se seguir tal sequenciamento segundo a perspectiva de Forliano, De Bernardi e Yahiaoui (2021), priorizando a análise de desempenho e a elaboração do mapa científico sob as três óticas supracitadas.

Nesta abordagem, os autores compreendem a importância da composição das produções científicas ao longo do tempo para reconhecer variações em produtividade e relevância por parte das relações entre autores e seus documentos. Enquanto, no mapa científico, a distinção das estruturas que caracterizam a temática em torno dos estudos selecionados é concretizada na conceituação de cenário, interação e conhecimento (FORLIANO; DE BERNARDI; YAHIAOUI, 2021).

Na arena conceitual, avalia-se a clusterização por co-ocorrência de palavras-chave, ou seja, o quanto as palavras de um determinado texto estão sendo citadas nos estudos da temática em questão – impelindo ao pesquisador um nível especial de atenção para o tópico em destaque. Na linha social, as conexões entre autores, instituições de ensino e países determina a importância das coautorias para determinados avanços da linha de pesquisa, pois a depender do quantitativo de interações, uma temática pode ser melhor aprofundada e isso interfere na sua relevância frente ao corpo científico. Por fim, a análise intelectual consiste nas relações entre os conhecimentos disseminados, transcritos em formas de ‘nós’ em rede de co-ocorrência de referências utilizadas, o que permite averiguar seu potencial de influência à evolução da temática escolhida (FORLIANO; DE BERNARDI; YAHIAOUI, 2021; BIBLIOSHINY; 2023?).

3.2.4.3 CASP Checklist de Revisão Sistemática

Criada na década de 1990 para auxiliar na aplicabilidade da literatura médica, a lista de verificação de análise crítica (CASP) concede suporte pedagógico educacional aos pesquisadores que a utilizam por sua natureza prática, sistemática e consistente. Assim como outras listagens para estudos randomizados, qualitativos e de diagnóstico, por exemplo, esta ferramenta aplicada ao contexto da revisão sistemática facilita na visualização e operacionalização dos seus processos. Dessa forma, o usuário que opta pela sua utilização obterá um registro transparente e estruturado das decisões tomadas em todo processo, o que viabiliza a replicabilidade do estudo perante a academia (CRITICAL, 2018; CASP, 2023?).

Outro aspecto de destaque para a escolha desta metodologia para atestar a elegibilidade das produções consistiu na validade dos resultados para aplicabilidade local, o que se configura aderente ao aspecto regional e local do desenvolvimento,

explorado neste material. Sua composição consiste em três (3) seções com o total de 10 perguntas que serão detalhadas a seguir e podem ser conferidas no ANEXO I.

A seção A diz respeito à validade dos resultados e possui duas perguntas de triagem rápida referente à clareza e foco do material e à qualidade de escolha dos autores quanto aos artigos que compuseram tal estudo. Tais proposições apresentam-se necessárias para verificar previamente a importância do material escolhido e sua permanência nas etapas seguintes da análise, cuja esta subseção sobre pesquisas vindouras questionam se todos os estudos relevantes foram inclusos, se o esforço despendido foi direcionado adequadamente para avaliar a qualidade dos mesmos e se há razoabilidade na compilação de resultados – caso tenham sido combinados (CRITICAL, 2018; GALVÃO; RICARTE, 2019).

Já a seção B – apresentação dos resultados - avalia os aspectos gerais do estudo analisado e sua precisão final, compondo duas perguntas que consideram a clareza na compreensão dos resultados finais, sua quantidade e expressividade no texto, bem como sua confiabilidade mensurada por instrumentos estatísticos – quando houver. Por fim, a última das seções – C – propõe hipóteses de análise específicas quanto à aplicabilidade local das pesquisas submetidas à elegibilidade, investigado por meio de três (3) perguntas os meios utilizados para implantação consistente e duráveis dos resultados a nível local, a inserção de todos os resultados considerados relevantes para que isso aconteça e a prevalência de benefícios em face compensatória aos danos e custos encontrados (CRITICAL, 2018; GALVÃO; RICARTE, 2019).

3.2.4.4 Vensim-PLE

O software Vensim, criado pela Ventana Systems Inc. em 1985, é um programa de linguagem computacional essencialmente usado para atribuir, esclarecer e debater problemas complexos na DS em aspecto gerencial e de processos. Representando de forma imediata os efeitos da introdução de mudanças e variáveis em um modelo, este software propõe melhorar o desempenho de conjuntos reais a partir de ferramentas e técnicas de simulação, considerando suas implicações nas decisões por interações eficientes de recursos (SANNINO, 2006; PETRONILHO, 2013; SPICAR, 2014; VENSIM, 2022).

Em vista do aprimoramento da capacidade cognitiva de modelos complexos e da

produtividade dos pesquisadores novatos e experientes, suas funcionalidades têm se mostrado imprescindíveis para fortalecer o ambiente de aprendizado de forma interativa. Isto porque, através das simulações, o programa busca descrever um determinado sistema a partir dos seus ciclos causais de realimentação negativa ou positiva, que podem reforçar ou equilibrar as interações da rede (EDERLEIN; PETERSON, 1992; SPICAR, 2014).

Especificamente o Vensim-PLE, este tem seu uso atrelado à conduta educacional e permite averiguar o comportamento de tendências das relações em rede, além de viabilizar tomada de decisões estratégicas no contexto de análise real. Dessa forma, é crucial notar sua importância frente às constantes mudanças tecnológicas e seu ligeiro fluxo de informações, uma vez que a agilidade e conveniência pressupõem-se como aspectos determinantes no desenvolvimento de novas metodologias para atender as demandas do conhecimento (EDERLEIN; PETERSON, 1992; WANG *et al.*, 2018; LI; LUO, 2021; VENSIM, 2022).

Neste trabalho, utilizou-se a base teórico-metodológica do estudo de García (2022) para conduzir sistematicamente todas as suas etapas para a construção das modelagens no Vensim. Assim, sendo o propósito deste material analisar as principais instrumentalidades e causalidades das IS no estímulo ao DR, pretende-se a partir da coleta e análise de dados teóricos e empíricos, gerar modelagens sob três perspectivas, através do software Vensim-PLE. Designou-se de cenários e cada um representa um recorte específico da proposta, considerando as complementaridades do objetivo central – ESS enquanto inovação social e a 5H como o contexto de inserção aos dados deste sistema.

Dessa forma, as seguintes divisões das simulações foram projetadas para facilitar a inserção e análise dos dados no software:

a) Modelagem do conhecimento teórico – consiste na identificação e interpretação do diálogo sistêmico dos atributos científicos entre as temáticas de ESS, IS e DR;
b) Modelagem do conhecimento empírico – objetiva estruturar variáveis em um cenário real da interação das ITCP e ITESS com a 5H, conforme a identificação dos atributos anteriores; e,
c) Modelagem cruzada – pretende desenvolver uma análise sobreposta

com dois modelos para comparação de divergências e convergências, propondo soluções viáveis à dinâmica estudada.

Esses cenários foram modelados conforme a DS na ótica de García (2022) e em complementaridade com Abbas e Bell (1994) e Santos (2019), cujas etapas para a construção da modelagem enfatizadas foram:

1. **Identificação do problema:** conhecer o(s) principal(is) dilema(s) que o estudo está se propondo desvendar, levando em conta seu objetivo central e as dificuldades e/ou limitações percebidas.
2. **Modo de referência:** definir o sistema em si em termos de propósito, escopo, desafios e profundidade, considerando prioritariamente uma averiguação da variável crucial para o modelo ao longo do tempo.
3. **Geração de variáveis e fatores-chave:** a partir das análises preliminares, fez-se a seleção das variáveis para a simulação e as demais foram excluídas da interação sistêmica.
4. **Construção dos modelos:** estruturar o cenário de forma sólida a partir dos seus diagramas causais e de estoque-fluxo, averiguando a melhor maneira de analisar qualitativamente as ligações entre os elementos.
5. **Simulação comportamental:** nesta fase, as devidas demonstrações qualitativas do comportamento do sistema são executadas para mensurar as consequências e impactos da estrutura e das ações sobre sua dinâmica.
6. **Análise do sistema:** a última fase tem por finalidade conduzir a atenção para um procedimento interpretativo dos cenários descritos.

CAPÍTULO 4 – MODELAGEM DO CONHECIMENTO TEÓRICO

4.1. Bibliometria dos dados

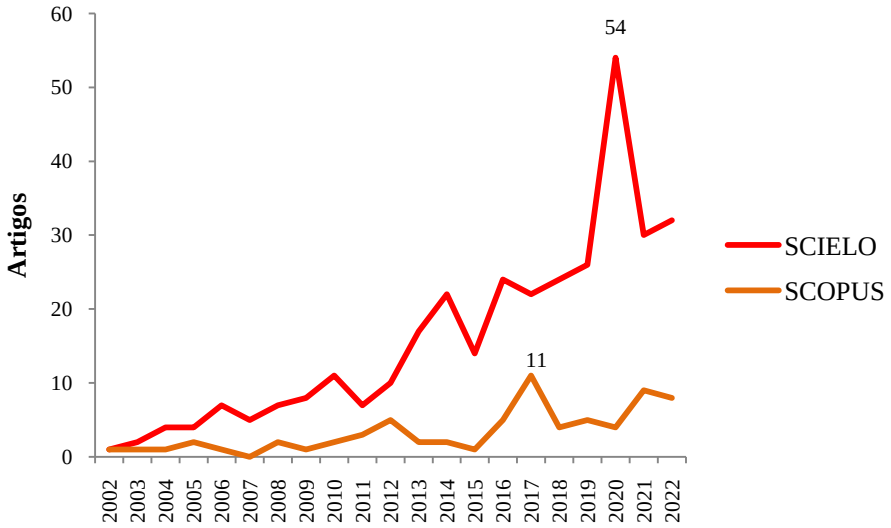
Nesta etapa, serão apresentados os principais dados bibliométricos da coleta de dados teóricos inerentes à pesquisa de documentos temáticos nas bases de dados. Tal subdivisão das informações foram geradas de acordo com as sistematizações apresentadas por Gutiérrez-Salcedo *et al.* (2018), Forliano, De Bernardi e Yahiaoui (2021) e Amaral e Mello (2022).

4.1.1. Análise de desempenho

Em linhas gerais, a configuração bibliométrica do total de documentos mostrou uma extensão científica razoável para análises, correspondendo, entre 2002 a 2022, a 401 artigos científicos em 230 periódicos diversificados com 944 autores, por produção individual ou coautoria. Em ambas as bases, a estimativa da produção científica anual é crescente, o que demonstra o interesse e percepção dos autores quanto à importância da interação entre as temáticas em um contexto holístico.

Na base Scielo, as variações de produção encontram-se em progresso com picos definidos ao longo dos anos, sendo seu ápice o desenvolvimento de mais de 40 documentos em 2020. Enquanto na Scopus, houve variabilidades consistentes, apresentando pontos de progressos e declínios levemente estáveis e tendo sua maior produção registrada em 2017 (acima de 10 documentos) sobre a reflexão das temáticas estudadas. O Gráfico 1 demonstra tais singularidades entre as bases:

Gráfico 1 - Produção Científica Anual nas bases Scielo e Scopus



Fonte: Elaborada pela autora, adaptado de Biblioshiny (2023).

Dentre os maiores produtores científicos dentro das temáticas, foi possível subdividi-los em 4 clusters por quantidade de documentos. O primeiro compõe-se de Andion C, Arias PJE e Gierhake K com quatro documentos, enquanto o segundo composto por Alperstedt GD, Etzokowitz H e Perdomo CG com três produções. Os últimos dois conglomerados se resumem a produção de dois ou um artigo, representados, respectivamente por Agostini MR, Almeida M, André I, Castellanos-Castillo JR, Castellanos-Machado CA, Cavazos-Arroyo J e De MJ, e Abdul SS, Abetti P, Adham K, Alfers L, Ali K, Alijani S e Alvez A.

No que tangem às instituições mais relevantes vinculadas, verificou-se um aspecto interessante em que cinco (5) delas estão em território nacional brasileiro (USP, UESC, UNISINOS, UEP e UFPR) com 9 a 11 artigos, enquanto as outras se diversificam entre Antioquia, México, Espanha e Argentina, de 8 e 14 produções. Além disso, a produção temporal dos países comporta-se de forma crescente, cujas nacionalidades de destaque em ordem de importância na base Scopus são Estados Unidos, Reino Unido, Brasil, Espanha, Itália, Alemanha, Canadá e Colômbia, e na base Scielo são Brasil, Colômbia, México, Argentina e Chile.

Sobre os artigos científicos considerados mais relevantes de acordo com o levantamento bibliométrico, estes variam de 7 a 219 citações entre os anos de 2004 e 2020, conforme se pode verificar na Tabela 1.

Tabela 1 - Artigos mais relevantes nas bases

Artigo	Total de citações (TC)	TC/ano
FINI R (2011)	219	16,85
CARAYANNIS EG (2005)	206	10,84
ETZKOWITZ H (2005)	194	10,21
GUERRERO M (2014)	153	15,30
HAYTER CS (2016)	150	18,75
HAUSBERG JP (2020)	122	30,50
COOPER SY (2008)	99	6,19
NICOLOPOULOU K (2017)	57	8,14
FONTE M (2017)	56	8,00
LASRADO V (2016)	56	7,00
NÚÑEZ L (2011)	45	3,46
SHNEIDER S (2004)	19	0,95
ANDION C (2017)	14	2,00
DEVESA M (2012)	9	0,75
TORRES JMM (2009)	9	0,60
GOMES FG (2006)	9	0,50
ARIAS PÉREZ, JE (2011)	9	0,69
URUEÑA, AS (2009)	8	0,53
ANDION C (2020)	8	2,00
DELGADILLO MJ (2008)	7	0,44

Fonte: Adaptado de Biblioshiny (2023)

Vale destacar que tal concentração de instituições nacionais em prol da compreensão interdisciplinar das temáticas na América Latina propõe que o Brasil possui uma contribuição importante em termos de posição e produção na dissipação destes temas, assim como Guerra (2004) já destacava seu potencial para com o fortalecimento de práticas solidárias. Contudo, dentre as produções mais relevantes, ainda não sobressaíram estudos específicos dessas interseções temáticas, de acordo com a base de dados. Predominantemente, a inovação é o escopo científico mais citado no recorte de tempo e pesquisa analisado.

4.1.2. Mapa científico

4.1.2.1.Estrutura conceitual

Diante do panorama inicial, a estrutura conceitual das interseções entre ESS, IS, DR e 5H pode ser estabelecida e analisada, conforme Forliano, De Bernardi e Yahiaoui

(2021). Nesta ótica, existe uma frequência de palavras que permeia o significativo agrupamento de pesquisas supracitadas, no qual o planejamento e o DR estão no topo, seguidos por aspectos econômicos e sociais, sociedades e instituições, desenvolvimento sustentável, transferência de tecnologia, incubadoras empresariais, desenvolvimento econômico e empreendedorismo. Dessa forma, a co-ocorrência das palavras é demonstrada a seguir:

Figura 2 - Nuvem de palavras



Fonte: Biblioshiny (2023)

Neste ponto, percebe-se uma comunicação clara entre as termologias planejamento, desenvolvimento e efeitos socioeconômicos, conceitos com maior frequência utilizados nos estudos científicos dessa base analisada. Tal fato denota a importância da complementaridade dos mesmos e suas práticas conjuntas de planejamento para os desdobramentos de efeitos econômicos e sociais do desenvolvimento.

Outrossim, isto corrobora com a ótica de ESIF (2014), Gálvez (2016) e Fochezatto (2020), sobre a articulação entre atores locais para a criação de estratégias endógenas sustentáveis mostrarem-se fundamentais na resolução de desafios socioeconômicos territoriais de forma inovadora, promovendo bem-estar social, qualidade de vida e empregabilidade em contexto de vulnerabilidade e baixos recursos. Por meio dessas iniciativas, se almeja combater desemprego, falência de mercados, ausência e cortes de financiamento e investimento público, redução de despesas com receitas públicas, pobreza e exclusão social, mudanças climáticas e transição da sociedade para consumo de baixo-carbono.

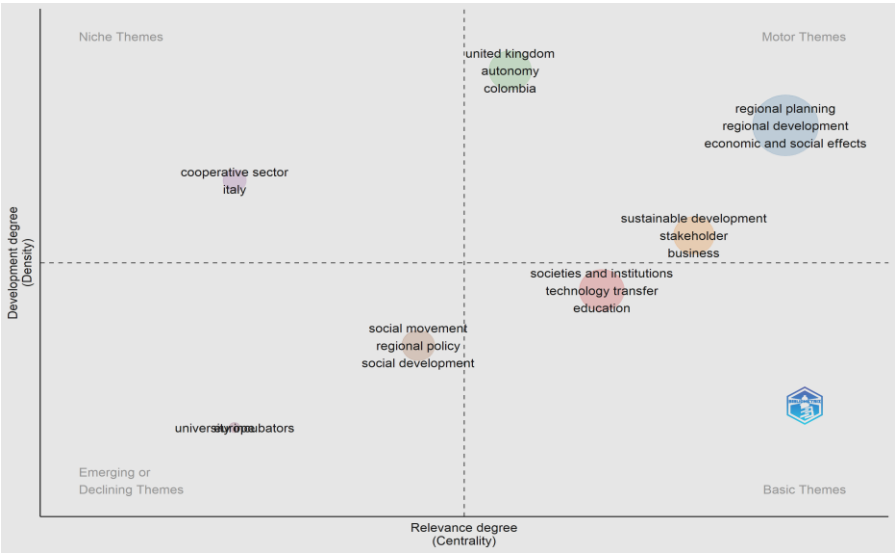
Figura 3 - Rede de co-ocorrência termológica



Fonte: Biblioshiny (2023)

Neste sentido, a interconectividade das temáticas também pode ser averiguada em sua rede de co-occorrência e mapa temático, onde não somente é apresentada a integração, organização e intensidade dos seus clusters, como também são caracterizados conforme sua densidade e relevância. Assim, a tríade ‘planejamento regional’, ‘desenvolvimento regional’ e ‘efeitos econômicos e sociais’ está entre as consistentes tendências na literatura explorada.

Figura 4 - Mapa temático das termologias



Fonte: Biblioshiny (2023)

Outro aspecto que auxilia na compreensão do crescimento deste cluster é avaliar a sua correlação e influência dos demais para reforça-lo, o que se relaciona ao diálogo de Radovanovic, Grandov e Filijovic (2020) sobre a importância das especificidades

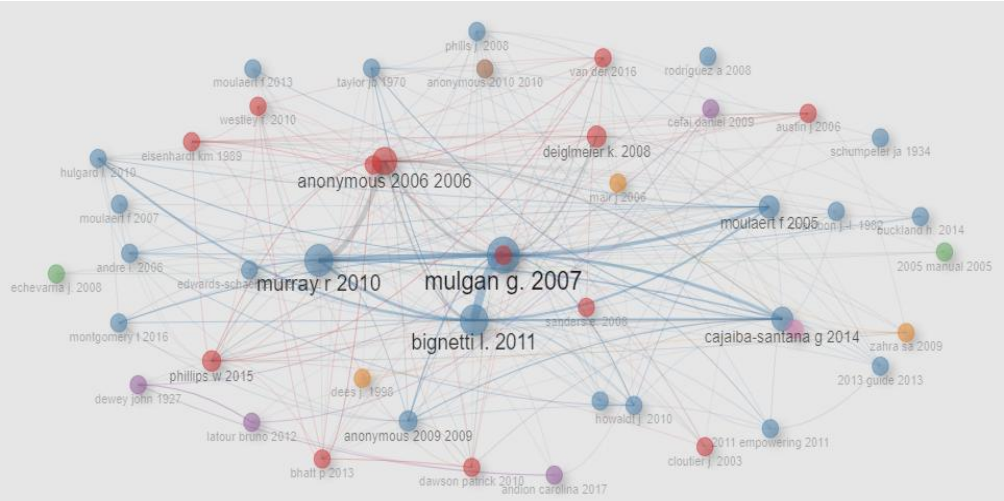
para formular planejamentos integrados com abordagens multidimensionais. Uma vez que se estimula o desenvolvimento de redes, por exemplo, a cooperação de actantes potencializa o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (IBGE; SEAS, 2023?) e, por meio da transferência de saberes popular e acadêmico, promove-se uma nova estratégia de identidade territorial baseada na sociedade e instituições em prol da durabilidade do desenvolvimento (BELLINGIERE, 2017; STANOWICKA, 2020). Esta é somente uma das formas de interpretar sua correlação temática, que corrobora para com realidades sistêmicas frente aos desafios relacionados à sustentabilidade da rede (LARA *et al.*, 2021; BARTOLONI *et al.*, 2022).

4.1.2.2. Estrutura intelectual

Concernente a esta linha, são explanadas as principais relações do conhecimento ligadas às temáticas por meio das referências utilizadas, reafirmando o caráter progressivo e evolutivo no entrelaçamento dos assuntos pesquisados. Nesta rede em questão (Figura 5), podemos verificar uma densidade significativa entre as referências do centro e sua conectividade com outra rede de concentração intelectual igualmente relevante, porém com crescimento menor.

Isso mostra que a complementaridade destas conexões e a diversidade de conhecimento sendo coletado e disseminado por uma vasta gama de pesquisadores ainda possuem tendências de crescimento e fortalecimento à medida que novas referências forem adicionadas, bem como novas interseções percebidas. Ora, Carayannis e Campbell (2022) expressam sobre a capacidade de redes complexas na identificação e proposição de soluções viáveis ao planejamento e práticas públicas. Portanto, tal interação sustenta uma dinâmica produtiva intelectual de base local e regional (MINEIRO; SOUZA; CASTRO, 2021; AMARAL; CAI, 2022).

Figura 5 - Rede de co-citações baseada nas referências



Fonte: Biblioshiny (2023)

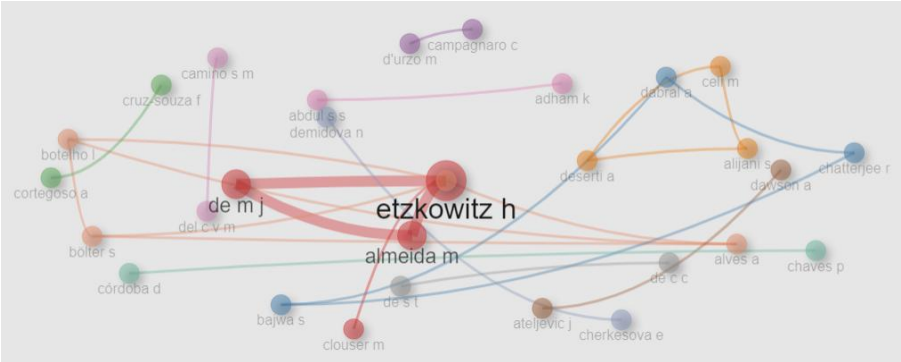
4.1.2.3.Estrutura social

Por fim, a última configuração bibliométrica desta análise diz respeito à representação das coautorias como fator vital ao progresso das linhas temáticas estudadas. Para Forliano, De Bernardi e Yahiaoui (2021), quanto maior o aglomerado de interações, maior grau de relevância tais abordagens científicas adquirem e atraem interesse de pesquisadores. Por isso, as figuras (6 e 7) a seguir denotam a importância destas relações entre os principais autores nas bases da Scielo e Scopus.

Nas duas bases analisadas, percebem-se intensidades e interações em rede diversificadas, porém ainda pouco fluídas e interconectadas. Na primeira, é possível visualizar uma mediana interconectividade entre os indivíduos a partir da convergência de suas linhas de trabalho, enquanto na segunda percebe-se uma inter-relação menos ramificada, com leves interações de feedback e compartilhamento.

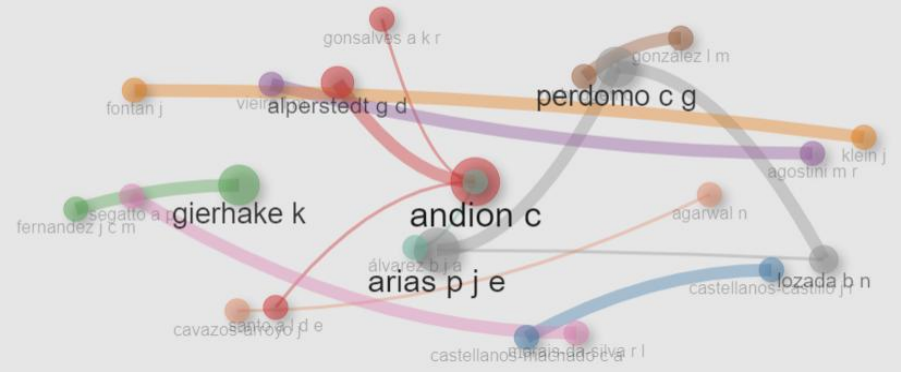
Esta frequência abaixo do esperado pode interferir na interseção temática e precisa ser investigada com profundidade, uma vez que a influência da variedade de elementos de um dado sistema pode trazer limitações que levem a uma interação meramente compensadora, não proporcionando os benefícios reais da relação (PETRONILHO, 2013). Ou seja, a ausência de interconexões robustas pode afetar na tomada de decisão e formulação de políticas públicas assertivas a uma realidade, e isso vale igualmente para a comunicação entre actantes no fluxo de informações trocados (TAYLOR, 2007).

Figura 6 - Rede de colaboração entre autores na base Scielo



Fonte: Biblioshiny (2023)

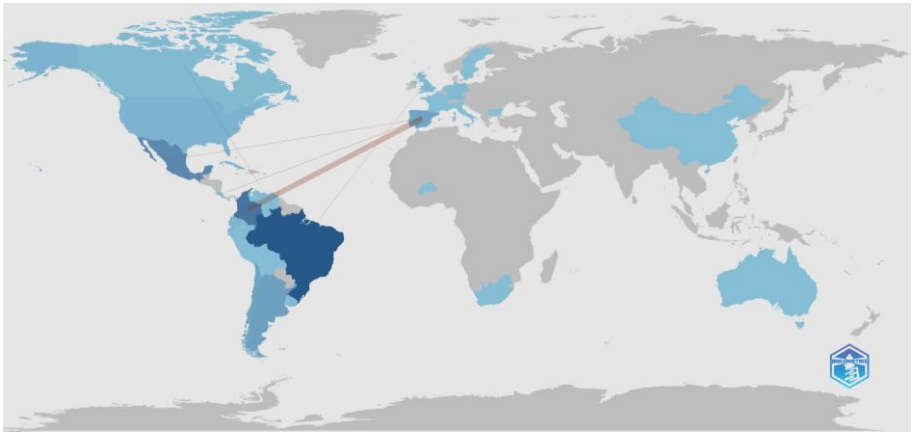
Figura 7 - Rede de colaboração entre autores na base Scopus



Fonte: Biblioshiny (2023)

Entretanto, com base nos dados crescentes das temáticas até o momento, esta atual percepção nos leva a vislumbrar um aumento de conexões entre autores e suas linhas de pesquisa, bem como à afiliação das suas instituições de ensino ao qual estão concatenados e, consequentemente, a disseminação dos conceitos e abordagens em favor do desenvolvimento de seus países. Um exemplo disso é o mapa de contribuição destas nações para com o aspecto crescente destas áreas em questão, conforme mostrado na figura 8. Apesar de ainda haver correlações menores e concentradas nos países dentro do perímetro do Atlântico, espera-se que novas conexões se estabeleçam à medida que a percepção da relevância temática e das inter-relações intencionais for compreendida entre os sistemas de gestão do conhecimento nacionais e internacionais.

Figura 8 - Mapa de colaboração entre países



Fonte: Biblioshiny (2023)

4.2. Revisão Sistemática

Nesta fase, as principais informações tratadas para a realização do levantamento de dados bibliográficos sistematizado desdobraram conforme a composição de etapas encontrada na pesquisa de Rodrigues, Mello e Afonso (2019). Destaca-se a única diferença sistemática no uso da CASP (CRITICAL, 2018). Ao término deste tópico, um quadro de atributos teórico-metodológico será apresentado para compor a ilustração do cenário teórico sob a perspectiva científica.

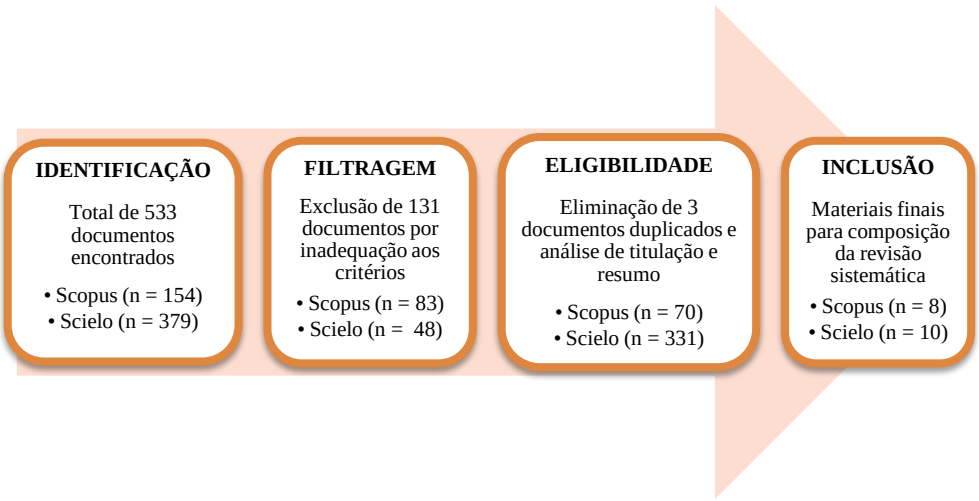
4.2.1. Levantamento inicial

A partir da formulação da pergunta norteadora de pesquisa, as pesquisas nas bases escolhidas foram direcionadas em três partes, condizentes a adequação das palavras-chave nas plataformas. Neste primeiro conjunto, representado pela etapa de identificação, foi possível localizar 154 e 379 documentos, respectivamente na Scopus e Scielo, compreendendo 533 resultados. Em seguida, o segundo conglomerado resultou-se da seleção refinada dos dados nas bases, de acordo com as categorias pré-estabelecidas na delimitação e metodologia da pesquisa.

Após a filtragem dos dados no recorte de 2002 a 2022 e de artigos científicos que estivessem escritos em Inglês, Espanhol ou Português, somente 86 artigos na Scopus e 351 na Scielo permaneceram aptos, até a aplicação da categorização como parâmetro de exclusão, o que resultou no descarte de 13 documentos na Scopus e 20 na Scielo. Portanto, a seleção final de 73 artigos na Scopus e 331 na Scielo se conduziu à

etapa de elegibilidade, onde uma análise de titulação e resumo foi executada, indicando somente 18 documentos válidos para a averiguação pelo método CASP, sendo 8 artigos da base Scopus e 10 da base Scielo. Tal estruturação pode ser organizada e conferida na Figura 9, a seguir:

Figura 9 - Etapas para viabilidade da revisão sistemática



Fonte: Elaborada pela autora

Os 18 artigos inclusos foram organizados em uma tabela por meio do programa Microsoft Excel, cujos principais dados estruturam-se conforme suas bases de origem, titulação, autores, ano de publicação, periódico, domínio web (DOI ou URL) e o idioma de escrita do material. A partir desta ordenação, verificou-se que oito deles (cerca de 44%) são oriundos da Scopus (Elsevier) e os outros 10 (cerca de 55%) advieram da Scielo (Citation Index). Quanto ao ano de publicação, considerando o recorte inicial de 20 anos, as pesquisas selecionadas datam entre os anos de 2006 a 2022 e os idiomas das produções se subdividem nas três linguagens previamente estabelecidas como critério de seleção, sendo oito artigos em inglês (44%), sete no idioma português (39%) e três em Espanhol (17%). Estes resultados podem ser conferidos nos quadros 1 e 2 a seguir.

Quadro 1 - Caracterização dos artigos inclusos na CASP da base Scopus

SCOPUS						
Cod.	Título	Autores	Ano	Periódico	DOI / URL	Idioma
1	A experiência da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários e sua relação com o desenvolvimento das Regiões Noroeste e Missões no Estado do Rio Grande do Sul	Botelho *et al*.	2017	Espacios	https://www.revistaespacios.com/a17v38n42/17384209.html	Português
2	Las incubadoras universitarias de economía solidaria em Brasil - um estudio de casos	Cruz-Souza *et al*.	2010	REVESCO	10.5209/rev_REVE.2011.v106.37373	Espanhol
3	Social Enterprise as a Catalyst for Sustainable Local and Regional Development	Kim e Lim	2017	Sustainability	10.3390/su9081427	Inglês
4	Building entrepreneurial ecosystems: the case of Coimbra	Santos	2022	Journal of Science and Technology Policy Management	10.1108/JSTPM-02-2020-0028	Inglês
5	The quadruple and quintuple helix in innovation environments (incubators and science and technology parks)	Mineiro, Souza e Castro	2021	Innovation & Management Review	10.1108/INMR-08-2019-0098	Inglês
6	Diagnosing Business Incubation for Social Purpose: A Viable System Model Approach	Adham *et al*.	2018	Systemic Practice and Action Research	10.1007/s11213-018-9465-8	Inglês
7	The Triple Helix Model of Innovation	Safiullin, Fatkhiev e Grigorian	2014	Mediterranean Jornal of Social Sciences	10.5901/mjss.2014.v5n18p203	Inglês
8	Decentering social innovation: the value of dispersed institutes in higher education	Lough	2022	Social Entreprise Journal	10.1108/SEJ-08-2020-0059	Inglês

Fonte: Elaborada pela autora

Quadro 2 – Caracterização dos artigos inclusos na CASP da base Scielo

SCIELO						
Cod.	Título	Autores	Ano	Periódico	DOI / URL	Idioma
9	Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento	Ortigoza	2014	Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)	10.17127/got/2014.6.014	Português
10	Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016	Aguiar *et al.*	2019	Interações (Campo Grande)	10.20435/inter.v21i1.1952	Português
11	Sistemas de inovação e promoção tecnológica regional e local no Brasil	Veloso Filho e Nogueira	2006	Interações (Campo Grande)	10.1590/S1518-70122006000200012	Português
12	Las políticas públicas de desarrollo empresarial e innovación desde la perspectiva de la nueva gestión pública y la gobernanza: caso CREAME	Charry e Pérez	2013	Apuntes del CENES	http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-30532013000200008	Espanhol
13	Organizational and institutional change analysis: the case of Barcelona activa business incubator	Charry, Pérez e Barahona	2016	Revista Lasallista de Investigación	http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-44492016000100002&lng=en&tlng=en	Inglês
14	Descriptive model of sustainable acting for social innovation development	Costa, Itelvino e Monken	2021	Revista de Administração UFSM	10.5902/1983465934314	Inglês
15	Inovação social ou compensação? Reflexões acerca das práticas corporativas	Lacerda e Ferrarini	2013	Revista Latinoamerina POLIS	10.4067/S0718-65682013000200016	Português
16	Caracterización de organizaciones del Tercer Sector desde el enfoque de la innovación social. Discusión a partir de un estudio de caso	Hernández-Ascanio e Rich-Ruiz	2020	Innovar	10.15446/innovar.v30n75.83258	Espanhol
17	“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social	Vieira, Parente e Barbosa	2017	Sociologia	10.21747/08723419/sociem2017a5	Português
18	Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas	Egler	2010	Sociologias (Porto Alegre)	10.1590/S1517-45222010000100008	Português

Fonte: Elaborada pela autora

Frente aos resultados, foi imprescindível notar que algumas destas pesquisas estão em periódicos extremamente reconhecidos pelo corpo acadêmico como disseminadoras de conhecimento relevante e congruente às demandas sociais, econômicas e ambientais. Dentre eles, estão os periódicos Sustainability e REVESCO, que abordam questões ligadas à sustentabilidade, desenvolvimento, economias diversificadas e os impactos socioeconômicos das ações de distintos actantes nos contextos explanadas.

4.2.2. Análise Sistemática CASP

Neste momento, serão expostos os resultados obtidos da análise segundo CASP dos 18 artigos inclusos para compor a revisão sistemática. Em termos gerais, todos os estudos selecionados trouxeram aspectos similares sobre a relevância de interseção entre as potencialidades da IS e da ESS como inovação social enquanto motores do DR, por meio de actantes diversificados presentes no ecossistema da 5H.

Seja em contexto nacional ou internacional, as pesquisas apontam para as IS como instituições de intermediação do conhecimento e de práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais e econômicas. Diante disso, é perceptível o crescimento atrelado das temáticas, obtendo robustez das mesmas conforme se elevam a complexidade de entendimento de seus elementos.

Veloso Filho e Nogueira (2006) adentram os primórdios da perspectiva de inovação social em favor do desenvolvimento, advindos de instrumentais tecnológicos, na arena nacional. Ao identificarem os principais sistemas de inovação e redes setoriais no território e as suas iniciativas promotoras de impactos diretos ao desenvolvimento, concluíram que as inovações não somente proporcionavam novas conceituações a ações econômicas, mas repercutiam a nível estadual e municipal de forma articulada entre as partes interessadas para a construção de propostas e projetos centrados no desenvolvimento. Dessa forma, a interação entre os actantes cívicos, políticos, empresariais e produtivos propiciaram o avanço de iniciativas de incubação e parques tecnológicos, por exemplo.

Neste sentido, a proposta de redes de inovação passa a ser explanada nos estudos científicos em termos de suas configurações e efeitos na sociedade. Por isso, Egler (2010) destaca que as TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) auxiliam no

processo de visualizar as ações coletivas e as potencialidades de suas coalizões em direção à solução das problemáticas sociais. Tal percepção aponta para a ampliação da capacidade participativa que permite a consolidação de novas estruturas organizativas política e coletiva, bem como seu reordenamento propicia o surgimento de conexões que fortalecem as inter-relações entre os atores. Portanto, a nova percepção desta unidade baseada na coletividade, compartilhamento, solidariedade e confiança constroem uma identidade coesa e protagonista dentro de uma modelagem flexível e orientada para a formulação de políticas para o desenvolvimento social.

Para tanto, Santos (2022) estabelece uma contextualização e esclarecimento das definições, similaridades e complementaridades dos sistemas regionais de inovação, analisando o papel do DR nas estratégias de políticas públicas a nível territorial. Nesta ótica, o autor destaca que a construção de ecossistemas de inovação tanto urbana como regional constituem um meio representativo de fomentar a abordagem territorial do desenvolvimento e da concorrência sustentável na criação de emprego e renda. Deste processo, nasce um encorajamento para uma cultura de cooperação sólida que reconhece o papel dos actantes no percurso de catalisação de redes de inovação econômica local, onde a IS é o seu principal intermediador.

Ao mesmo tempo, Lacerda e Ferrarini (2013) propõem uma reflexão importante sobre a motivação por se apropriar de um conceito de inovação ligado a aspectos sociais, o que muitas corporações tradicionais passaram a assumir em suas ações, possivelmente como estratégia de prospecção frente ao seu público. Contudo, em meio a rupturas da sociedade capitalista e da elevação de precariedades, diversos setores adentraram no universo do enfrentamento de desafios sociais. Na revisão conduzida pelos autores, a diferenciação da inovação social frente à perspectiva convencional se dá pelo seu não-apoderamento de valor gerado, uma construção comunitária e compartilhada do conhecimento, por motivações colaborativas e participativas, um protagonismo coletivo e autogestão.

Diante do questionamento do uso deste termo social às inovações adquiridas e elaboradas no seio das corporações, Lacerda e Ferrarini (2013) discursam sobre as racionalidades dos modelos de desenvolvimento globalizado e de economia da estrutura social para explicar que as empresas ainda precisam percorrer longos caminhos em prol da execução da ‘genuína inovação social’, que não se encontra em forma compensatória

aos danos provocados a sociedade, mas considera o desenvolvimento e a inovação atrelados à emancipação humana. Neste contexto, elas serão capazes de promover transformações voltadas à construção de uma sociedade participativa e conscientemente integrada na proposição de um desenvolvimento sustentável em suas localidades.

Para Costa, Itelvino e Monken (2021), a inovação social se comporta como uma alternativa viável para as gerações vindouras e mecanismo de desenvolvimento social, atribuído de robustez à medida que conduz à criação de valores sociais sustentáveis a todos os indivíduos. Em face dos desafios gerenciais e estratégicos enfrentados pelas organizações não convencionais, os autores propuseram uma modelagem descritiva para expressar as dimensões pertinentes da inovação social, que são fenomenológicas, contextuais, causabilidade, influência, estratégica e consequências. Cada uma delas vislumbra a inovação social por óticas instrumentais, ativas, sistematizadas, compartilhadas e de impacto.

Concernente às dimensões conceituais da inovação social, Hernández-Ascanio e Rich-Ruiz (2020) destacam a gestão da inovação, objetivo ou propósito, capacidade de transformação, ciclo de processos e implicações disciplinares como principais atribuições coletadas em seu estudo de caso com análise de discursos. Os autores constataram que a valorização fenomenológica da inovação social como marco teórico-prático de interesse às organizações sociais ainda são vagas de consolidação nas organizações. Por conta de a inovação social ter se desenvolvido em paralelo à proposta convencional de inovação, houve certos distanciamentos da sua essência conceitual, resultando na eficácia e impactos reais abaixo das expectativas para estas organizações atuantes ativamente em prol dos dilemas socioeconômicos não alcançados pelo Estado. Porém, o Terceiro Setor é somente uma das concepções que abarcam os setores de novas economias vigentes e em crescimento.

Neste sentido, Vieira, Parente e Barbosa (2017) reconhecem que o terceiro setor, a economia social e a economia solidária são centros de pesquisa e experimentação para a construção da inovação social, os quais Economia Social e Economia Solidária reverberam complementaridades em suas ações. Enquanto a Economia Solidária é considerada um campo econômico cercado pela pluralidade de ações estatais e cívicas e a Economia Social representa um conglomerado institucional cooperativo e associativo, ambas destacam o aspecto crucial das inter-relações entre os actantes para a otimização

da capacidade inovadora em ideias e processos com replicabilidade, guiada pela autogestão e governança coletiva à transformação social.

Mediante as abordagens integradas entre atores de diversas arenas sociais, econômicas e políticas, Safiullin, Fatkhiev e Grigorian (2014) apontam para o modelo de inovação da tríplice hélice, um dos primeiros que foi instituído teoricamente em um panorama inconstante das dinâmicas inovadoras. A partir de uma breve revisão bibliográfica para aprofundar os conhecimentos sobre as influências das relações entre governo, indústria e universidade no fomento à inovação, eles destacam pontos cruciais para que tais actantes exerçam suas identidades transformadoras neste contexto.

Assim, os atores propuseram que o comportamento sinérgico entre governo, indústria e universidade configura um ambiente notável à criação de incubadoras, centros de pesquisa e captação de recursos privados ou públicos. Pois as interações entre as hélices governamentais, acadêmicas e produtivas compõem uma vantagem competitiva frente aos custos de importação do conhecimento a uma nova sociedade em uma nova forma econômica (SAFUILLIN; FATKHIEV; GRIGORIAN, 2014).

No âmbito das políticas públicas, Charry e Pérez (2013) destacaram que as IS possuem vitalidade no ato de arquitetar novas iniciativas públicas, cujas formulação e consolidação advêm de progressivas participações de actantes não governamentais. Se, por um lado, estas interações ainda apresentam desafios devido a tensões relacionais e diversificação de conceitos, por outro lado constituem uma ferramenta de intermediação propulsora do DR a partir dos processos de inovação. Isso evidencia que a convergência de interesses representa um fator chave para a constituição de modelos de gestão pública participativos.

Com o avançar destes campos de inovação e desenvolvimento, as economias alternativas adquirem lugar crucial nas discussões, principalmente no que tange a reinserção de indivíduos em dado território enquanto medida condicional de desenvolvimento. Diante disso, Ortigoza (2014) aborda a Economia Solidária como uma concepção social de transformação que, a partir da dimensão territorial do desenvolvimento, visa mover-se em prol das crises e realidades excludentes.

Segundo ela, os princípios da Economia Solidária recondicionam o fortalecimento de um território em virtude da ativa participação coletiva nas tomadas de decisão, justiça produtiva, consumo ambiente e social sustentável e suporte a ações

beneficiadoras deste caráter do desenvolvimento. Para tanto, a busca pela institucionalização de territórios-rede advém desta concepção integrada de governança participativa que proporciona meios cooperativos e solidários para unificar localidades via geração de valor cultural, identitário e coletivo oriundas da preservação de potencialidades endógenas territoriais (ORTIGOZA, 2014).

Já Cruz-Souza *et al*. (2010) destacam que as IS são cruciais não somente para auxiliar a compreensão dos desafios de consolidação das novas economias baseadas na coletividade, como são igualmente fundamentais para a criação de redes de economia solidária no território. Aspectos como indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, fomento a iniciativas assistencialistas aos incubados e às atividades públicas em favor da ESS, ênfase na ESS como inflexão do desenvolvimento territorial em forma de geração coletiva de renda e práticas cooperativas e constituição metodologias de viabilidade sociais estão dentre as estratégias que ampliam o entendimento científico das IS no contexto de interação entre ESS e desenvolvimento.

Ao considerar sua indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, tal característica revela um ambiente na busca pela resolução de problemas sociais a partir da transformação do conhecimento em condutas humanas que corroboram a articulação entre indivíduos e atores, refletindo na multidisciplinaridade de suas ações. A promoção de finanças solidárias e práticas de consumo responsável fazem parte do conjunto educativo que viabilizam o acesso ao conhecimento científico produzido aos incubados, assim como a participação em fóruns coletivos testifica seus esforços por marcos legais e políticas públicas para ESS frente aos agentes solidários. Portanto, mediante seu caráter integrador, a IS desenvolve um complexo de ferramentas que auxiliam tais empreendimentos não convencionais na produção de competências, capacitando-os como protagonistas enquanto atuam em prol da implementação da ESS (CRUZ-SOUZA *et al.*, 2010).

Diante das experiências isoladas de sucesso das IS, Charry, Pérez e Barahona (2016) vislumbram a exposição do papel destas entidades para com o desenvolvimento de economias regionais precisava ser amplamente reconhecido. Por isso, utilizaram a estratégia de estudo de caso para avaliar aspectos metodológicos e estruturais de uma incubadora espanhola com histórico promissor no amadurecimento de redes locais. De fato, eles constataram que as incubadoras tradicionais não dão garantia de decolagem e

sustentabilidade às novas empresas, mas se comportam como agentes locais de desenvolvimento com função integradora aos sistemas de inovação regional por meio de promoção cultural, transferência tecnológica, captação de fundos de risco e gestão de talentos sociais.

Botelho *et al*. (2017) também abordam no relato de experiência de uma IS da região Sul do Brasil as suas principais contribuições para as universidades e a sociedade, assim como destaca a sua interseção com o DR. Além da indissociabilidade dos pilares acadêmicos supracitada por outros autores, outros fatores que as diferenciam das demais estruturas de incubação são a interinstitucionalidade, interprofissionalidade e interdisciplinaridade que favorecem a legitimação de marcos norteadores para com a universidade, os profissionais que gerenciam tal conhecimento e frisam a colaboração entre uma vasta gama de instituições. Tais características corroboram para a formação e manutenção do impacto social à populações desassistidas historicamente, promove multilateralidade para com a sociedade na forma de parcerias e espaços integrativos com troca de saberes, e viabiliza os debates em favor de políticas públicas com viés cooperativo e solidário em busca do enfrentamento dos desafios econômicos e sociais.

No que tange as ações inerentes a IS, estas vão desde incubação e assessoramento técnico em gestão para empreendimentos econômicos solidários a desenvolvimento de novos projetos a partir da transferência de conhecimento com outras IS. Isso inclui construir coletivamente tal conhecimento para gerar recursos humanos à ESS regional através da capacitação profissional de discentes para dar suporte nesse processo. Enquanto isso,parte-se da compreensão do desenvolvimento como resultado dos atritos e contraposições entre a sociedade para vislumbrar as maneiras como a IS pode ampliar as oportunidades de inclusão e participações efetivamente entre os sujeitos, por meio da educação para uma emancipação e construção responsável do desenvolvimento. Portanto, a atuação de actantes locais no processo de planejamento e de implementação para execução do desenvolvimento configuram as ações da IS para com as cooperativas e associações do território assistido.

De fato, todos os autores concordam sobre as atribuições das economias sociais para o progresso sustentável do DR e/ou local. Kim e Lim (2017) acrescentam que a colaboração entre as partes interessadas no que diz respeito aos seus objetivos econômicos e sociais contribuem enquanto ativos relacionais dos empreendimentos

sociais para solucionar problemas endógenos e restaurar a solidariedade coletiva. Entretanto, não significa que os desafios se tornam menores, pois os autores criaram um quadro teórico que mostra tanto os efeitos como as origens de inconsistências entre ações coletivas, percepção e interesse governamentais, conflitos de *stakeholders*, captação de recursos e cooperação entre actantes. Pelo contrário, só ressalta o quanto o trabalho das IS é fundamental ao fomento de princípios responsáveis na consolidação de negócios sociais.

Outro estudo científico admirável nesta seleção propõe um modelo sistêmico de viabilidade para o diagnóstico de incudoras de perfil social. Adham *et al.* (2018), diante de uma relativa obscuridade conceitual sobre as instrumentalidades das IS, analisam uma delas no contexto internacional, cuja estrutura seria digna de receber um selo de qualidade exemplar. Eles não somente comprovaram a viabilidade metodológica da estrutura teórica escolhida como puderam compreender o enriquecimento da perspectiva de inovação social à luz da abordagem sistêmica de incubação a qual ela está inserida. Baseada em inteligência, controle, políticas, implementação e coordenação, elas são capazes de oferecer serviços de desenvolvimento institucional, infraestrutura e financiamento, se diferenciando em sua natureza por enfatizar valores morais, coletivos e integrados.

Novamente, a complementaridade das ações universitárias e das IS é percebida por Aguiar *et al.* (2019), uma vez que o compromisso social das universidades para com o DR torna-as o ambiente viável para a implantação das iniciativas de incubação que promovem efeitos produtivos e de consumo na economia. Eles confirmaram a notoriedade que tais temáticas vêm adquirindo no corpo acadêmico internacional no que se refere ao papel das universidades frente à sociedade e no âmbito nacional com um agrupamento de estudos que exploram o entrelaçamento do DR e a universidade. Apesar de ainda haver uma carência de estudos aprofundados sobre tal relação, a proposta está em evidente crescimento haja vista a representação do desenvolvimento como meio de consolidação regional e das universidades enquanto espaços de transformações socioeconômicas através da geração de conhecimento em educação, pesquisa e extensão.

Diante do desafio de atender as demandas da sociedade, Lough (2022) reforça que as instituições de ensino possuem a capacidade de ultrapassar uma diversidade de

barreiras quanto ao quesito inovação social a partir do apoio as ISs que operam dentro de seus limiares e se especializam em engajamentos que, por vezes, estão além do alcance de suas jurisdições acadêmico-sociais. Considerando conexões descentralizadas, localizadas e colaborativas entre o corpo acadêmico, as IS podem impulsionar a tríade acadêmica, viabilizar soluções cocriativas e coprodutivas em prol de dilemas sociais e oportunizar o aprendizado de experiência no contexto das inovações sociais.

Próximo à finalização, não se poderia deixar de reafirmar a relevância dos ambientes ecossistêmicos para o desenvolvimento, uma vez que, até o momento, foram perceptíveis os diversos graus de proximidade e interação entre os conceitos, seus atores e suas práticas. Por isso, Mineiro, Souza e Castro (2021) traçam uma trajetória de análise dos modelos de inovação modernos como quádrupla e quíntupla hélices em prol do favorecimento de ambientes inovadores nas incubadoras e parques tecnológicos. Estas hélices também possuem relação direta com as políticas públicas, às redes e universidades de caráter empreendedor. Na tentativa de identificar os atores que representam cada hélice, descobriram que não há nenhum em específico que prospecte ambientalmente, porém as IS e parques tecnológicos promovem ações que beneficiam tal arena por meio da geração de eco-empreendimentos e estímulo a práticas sustentáveis entre as relações empresariais.

Após a explanação de todos os estudos selecionados pela abordagem CASP, foi notória a viabilidade de ilustrar em forma de um quadro teórico-metodológico (Quadro 3) os principais atributos que permeiam o debate intrínseco da interseção ESS, IS e DR,vinculando-o a instrumentalidade e causalidade no contexto da 5H. Estes dados possibilitarão uma melhor estruturação da modelagem cruzada no último capítulo teórico.

Quadro 3 – Atributos teórico-metodológicos em função das interações helicoidais com base na CASP

ATRIBUTO	INTERAÇÃO HELICOIDAL
Recursos endógenos	IS/ESS/1H/2H/3H/4H/DR
Capital social	4H/DR
Políticas públicas	IS/ESS/1H/DR
TICs	IS/1H/2H/3H/4H/DR
Identidade coletiva	IS/ESS/4H
Identidade territorial	IS/ESS/DR
Emprego e Renda	IS/ESS/4H/DR
Valores sustentáveis	IS/ESS/1H/2H/3H/4H/DR
Crescimento de empreendimentos ESS	ESS/IS/4H/DR
Governança participativa	IS/ESS/3H/4H/DR
Convergência de interesses	IS/ESS/1H/2H/3H/4H/DR
Princípios solidários	IS/ESS/3H/4H/DR
Metodologias de viabilidade social	IS/ESS/DR
Práticas cooperativas	IS/ESS/DR
Multidisciplinaridade	IS/3H/DR
Protagonismo	IS/ESS/3H/4H/DR
Captação de recursos financeiros	IS/ESS/1H/2H/3H/DR
Multilateralidade	IS/ESS/1H/2H/3H/4H/DR
Capacitação e qualificação profissional	IS/ESS/3H/4H/DR
Planejamento e implementação de iniciativas	IS/1H/2H/3H/4H/DR
CBST	IS/ESS/DR

Fonte: Elaborado pela autora

CAPÍTULO 5 – MODELAGEM DO CONHECIMENTO EMPÍRICO

5.1. Pesquisa de campo

Nesta etapa, os dados que foram coletados pelo formulário testado previamente à aplicação final serão explanados a fim de captar a melhor compreensão possível das relações entre os atores da 5H e a interseção entre as temáticas desenvolvidas até o momento.

5.1.1. O perfil dos respondentes

Primeiramente, vale ressaltar que os formulários oficiais foram enviados via correio eletrônico, LinkedIn e Whatsapp para o público referente a esta pesquisa, composto por agentes das IS selecionadas, representantes ativos da 5H e especialistas temáticos. No total, 29 respostas foram recolhidas no prazo de uma a duas semanas.

Dessa forma, os principais dados para compor uma caracterização geral dos respondentes foram coletados. Após a aceitação do termo de consentimento (Anexo I), os indivíduos puderam conduzir suas avaliações conforme faixa etária, gênero, profissão, vínculo, tempo de experiência e identificação por grupo.

Cerca de 34% dos respondentes encontram na faixa etária de 26 a 35 anos, seguidos de 24% entre 36 a 45 anos e de 46 a 60, sendo, portanto, somente 10% dos respondentes possuírem acima de 60 anos e cerca de 7% entre 18 a 25 anos. No que tange ao gênero e a formação educacional, 45% declararam-se masculino e 55% feminino onde 34% possuem nível de mestrado, 28% de pós-graduações MBA e especializações, 10% graduação completa e também o mesmo percentual referente a sua incompletude. Somente 7% estão cursando ou adquiriram o título de doutorado e de pós-doutorado e 3% compõem a seção do ensino médio completo.

Da pergunta aberta sobre profissão, pode-se verificar que a docência, serviço público e a administração estão no topo das respostas, representando cada uma 21% do percentual total. Subsequentemente, os discentes apresentam-se com 14% das respostas e 3% adentram distintas áreas do conhecimento como advocacia, engenharia, artesanato, química, nutrição, história e pesquisa. Sobre a vinculação de trabalho, cerca de 62% estão ativos profissionalmente em alguma instituição. Quanto ao tempo de experiência dentro da área de atuação, grande parte dos respondentes possui acima de 10 anos de vivência e experiências (41%), seguido daqueles com 2 a 5 anos (28%), de 1 a 2 anos

(14%), de 5 a 10 (10%) e menos de um ano (7%).

Por fim, os principais grupos apresentados para que os respondentes pudessem se identificar enquanto ‘atores’ dizem respeito às hélices. Neste sentido, 52% deles se enquadram na hélice ‘universidade’, sendo que 21% deste quantitativo também se identificam como ‘pesquisadores’ dentro deste contexto. Já a hélice ‘sociedade civil’ é outra que apresenta um número significativo de respondentes, cerca de 21%, sendo igualmente que 10% deles se veem enquanto atuantes do ‘terceiro setor’.

5.1.2. A interseção IS *versus* 5H

A partir deste bloco, as perguntas foram direcionadas a interação da IS com a 5H, de forma que os principais conceitos atribuídos foram desenvolvidos com base nos materiais teóricos já analisados e anexados ao formulário para facilitar o entendimento dos respondentes e, ao mesmo tempo, trazer maior confiabilidade às respostas e suas futuras averiguações por esta análise de conteúdo. Tais definições podem ser encontradas logo abaixo:

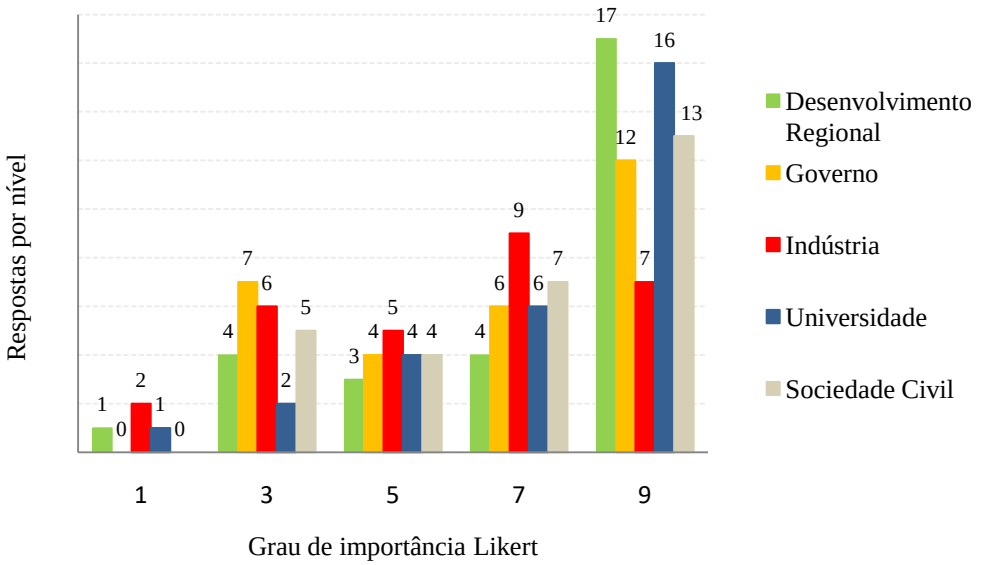
- **Incubadoras Sociais (IS):** Iniciativas acadêmicas de extensão que buscam articular o conhecimento popular dos principais grupos da sociedade e o conhecimento científico sistematizado da universidade, cujo propósito é oferecer suporte ao desenvolvimento e fortalecimento de empreendimentos de cunho social que almejam promover impacto social através de suas práticas, em seu ambiente de atuação e para os indivíduos beneficiados por suas ações.
- **Quíntupla Hélice (5H):** Modelo de inovação, caracterizado pela interação de cinco actantes – Governo, Indústria, Universidade, Sociedade Civil e Desenvolvimento Regional – cujo propósito é desenvolver estratégias e soluções sustentáveis, capazes de atender as demandas de sua realidade complexa à medida que suas transformações impactem em suas relações e os condicionam à mudança. Suas conexões e entrelaçamentos são fundamentais para a solidez de conhecimento na construção e aprimoramento de uma inovação.

- **Governo (1H):** Todo poder, forma, instituição ou figura de autoridade com jurisdição federal, estadual e/ou municipal, que exerce a conduta de direito e gestão políticos em um determinado território, promovendo ações públicas com intervenção e impactos na sociedade a nível social, econômico, ambiental e cultural.
- **Indústria (2H):** Conjunto de pessoas, técnicas e processos, reunidas em instalações com equipamentos adequados, que realizam uma série de atividades para transformação de matéria-prima em bens de consumo de acordo com sua finalidade comercial (Ex.: agroindústrias, indústrias automotivas, indústrias do ramo alimentício, indústria extrativista, indústrias de base e pequenas indústrias).
- **Universidade (3H):** Instituições de nível superior, responsáveis pelo ensino e pesquisa do conhecimento, constituídas de uma oferta variada de faculdades e cursos de preparação profissionais aos discentes que nela ingressam.
- **Sociedade Civil (4H):** Agrupamento de indivíduos que vivem em comunidade exercendo sua cidadania através da interação mútua, condicionamento às normas de convivência e união pelo sentimento de grupo social ou coletividade. A associação destes é regida pelo Código Civil, não sendo estabelecida pelas leis do comércio nem possuindo fins lucrativos (ou seja, seu propósito central não tem como prioridade a geração de lucro excessiva e desequilibrada).
- **Desenvolvimento Regional:** Transformação gradual de uma região, levando em conta suas potencialidades e condições para o progresso, acompanhadas de ações que promovem alterações estruturais em níveis político, econômico e social para fins de melhoria da qualidade de vida populacional.

Dado isto, as análises seguem da seguinte forma. Quando perguntados sobre a percepção do papel das IS em cada um dos contextos acima (1H a 4H, e DR), a configuração de suas respostas foi mensurada segundo o grau de importância ímpar da escala Likert. Dessa forma, um percentual significativo de respondentes expressou que as IS possuem maior influência de suas instrumentalidades no DR (59%) e na 3H

(55%), caracterizado como extremamente relevante (grau 9), seguido pela sociedade civil (4H - 45%), governo (1H - 41%) e indústria (2H – 24%). Os resultados dos outros níveis podem ser conferidos no gráfico abaixo:

Gráfico 2. Percepção do papel das IS no contexto da 5H



Fonte: Elaborado pela autora

Esta representatividade da IS para com o DR tanto pode provocar como ser resultado da frequência de interação existente entre a 3H e 4H, pois a universidade é reconhecida como ambiente favorável à inovação interdisciplinar e por sua multilateralidade com os setores da sociedade civil na promoção de transformação e resoluções aos seus desafios vigentes por meio da sua indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (CRUZ-SOUZA *et al.*, 2010; BOTELHO *et al.*, 2017).

No sentido de ocasionar atuações da 3H e 4H na direção do DR, as IS podem contribuir na forma de estimular um protagonismo frente às adversidades coletivas com participação e governança pública, além da formação de redes para fortalecer os laços e seu propósito integrador. Estes apontamentos podem confirmar as perspectivas de Santos (2022), sobre a construção de ecossistemas a partir de uma cultura de cooperação sólida, e de Aguiar *et al.* (2019), a respeito do compromisso social acadêmico na promoção de iniciativas com efeitos socioeconômicos e, ao mesmo tempo, que contribui para o vislumbre do desenvolvimento como instrumento de consolidação regional e das

universidades enquanto espaços que transformam conhecimento a partir do seu pilar indissociável.

Além disso, a influência da 3H e 4H sobre as ações das IS que alteram os aspectos do desenvolvimento não se diferem grandemente, tendo em vista a apresentação das demandas socioeconômicas pelos actantes dos mesmos às IS e a colaboração para desenvolver estratégias conjuntas de soluciona-las. Isso vai ao encontro da fala de Lough (2022) quanto à viabilização de respostas cocriativas-produtivas que geram aprendizado para a universidade, para as IS e os actantes envolvidos neste processo.

Junto a estas características, tais atores da 3H e 4H se unem em prol de formular propostas a projetos governamentais que atendam suas necessidades e angariem recursos para o desenvolvimento de inovações sociais que facilitem a operacionalização de empreendimentos sociais onde atuam e recebem assessoria pelas IS. Este aspecto confirma a ótica de Vieira, Parente e Barbosa (2017) quanto a busca de soluções inovadoras que suprimam as necessidades coletivas, e também ressaltam a descoberta de Egler (2010) sobre a capacidade participativa intensificada a partir de um reordenamento estrutural político e coletivo em favor destas transformações projetadas.

No que tange a percepção da frequência de interação da IS para com cada conjunto de hélices específico, podemos conferir alguns comportamentos diversificados. Na relação direta entre DR e IS, os respondentes concentraram suas respostas entre os fatores 3, 5 e 7, o que reafirma a diferença da primeira pergunta – reflexão da realidade do papel das IS – a segunda – quanto à compreensão das formas de atuação diretas no desenvolvimento como um todo a partir de cada interação helicoidal.

A primeira relação helicoidal expressa que o fator 5 de ocasionalidade obteve o maior índice de respostas nesta conectividade 1H-2H (cerca de 48%), demonstrando que a IS exerce certa influência dentro deste contexto. Exemplificando a partir da geração de novos empreendimentos e do impulsionamento à formulação de políticas públicas (CHARRY; PÉREZ; BARAHONA, 2016), há complementaridade da discussão de Costa, Itelvino e Monken (2021) sobre esta capacidade de desenvolver ações voltadas aos interesses públicos como uma condição influenciadora para estimular novos ambientes de inovação, assim como destaca Sansone *et al.* (2020) sobre o

reconhecimento do governo diante de tal potencial exprimir uma mobilização a favor de incentivos à formação destas entidades e ao fortalecimento de suas redes.

Já o percentual de respostas na interação entre 1H-3H e 1H-4H variam entre os graus 7 e 5 de Likert, respectivamente. Isso demonstra um diálogo efetivo percebido pelos respondentes no contexto acadêmico e da sociedade civil, tendo em vista o conjunto de expressões afirmativas de Charry e Pérez (2013) e Safiullin, Fatkhiev e Grigorian (2014) sobre o caráter estratégico da 3H na dissipação do conhecimento a 4H de forma a intermediar as ações da IS para promover o DR, onde a convergência de interesses é capaz de constituir modelos de gestão pública inclusivos e participativos.

Para termos de comparação, reparem que as interações 3H-1H e 3H-4H possuem fator 7 referentes a frequência relativamente significativa da IS, denotando que tais inter-relações, apesar de serem menos observadas, tem sido compreendidas frequentemente no contexto da inserção dos seus respondentes. Nesta relação, existe uma interação de menor importância percebida pelos respondentes, o que denota em contraste da IS-1H-3H-4H uma possível falta de compreensão da efetividade das IS em forma de ações práticas e operacionalização, no contexto analisado.

Tal aspecto reforça tanto a necessidade de ampliação do campo de estudos sobre IS, as motivações e impactos de suas ações para os demais actantes envolvidos – esclarecido por Sansone *et al.* (2020) –, como reafirma as descobertas dos estudos de Aires (2019) e Amaral e Webering (2023) de que as IS apresentam desafios de operacionalização e gestão que precisam ser detalhados e estruturados, no contexto analisado, proporcionando uma ampla visão dos problemas e novas formas de soluciona-los coletivamente.

Estas variações também conduzem proposições interessantes quanto ao grau de esforço despendido pelas IS e pelos atores em prol de relações intencionais, possivelmente guiadas dentro de perspectivas diferentes do mesmo contexto, o que confirmaria as divergências da concepção de impacto e o potencial das ações da IS e dos actantes em contraste à sua percepção de propósito e causalidade das ações governamentais e empresariais para com o DR para a sistemização da 5H como um todo.

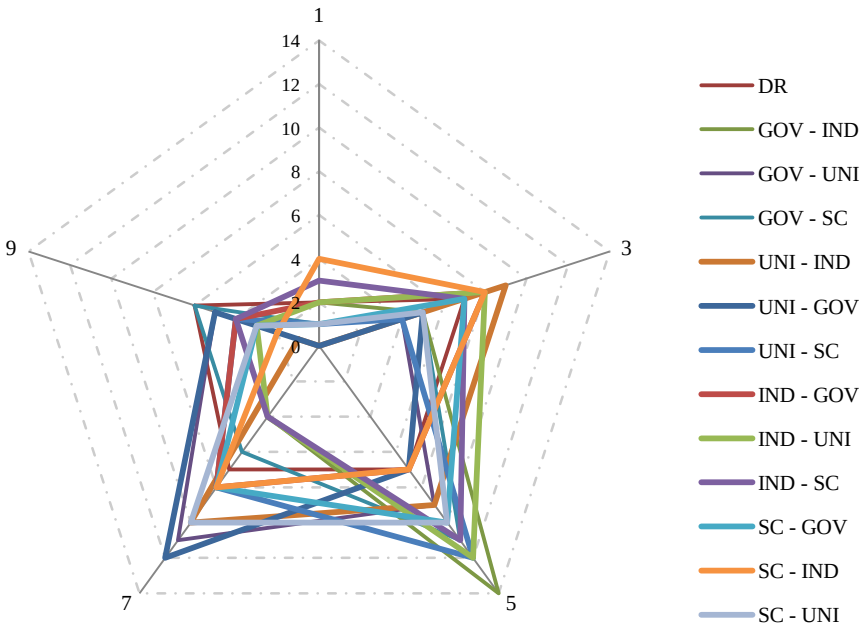
Ou seja, a partir de uma percepção equivocada das ações das IS e dos atores diante das dimensões socioeconômicas, podem ser ocasionadas resistências de

participação em determinadas interações que geram problemas de gestão, recursos e cooperação, o que ressaltam Kim e Lim (2017) ao considerarem as legítimas razões pelas quais o posicionamento para uma motivação social nesta realidade sistêmica encoraja o bom funcionamento da rede como um todo por intermédio da colaboração entre os pares interessados (VELOSO FILHO; NOGUEIRA, 2006).

Contudo, o fator 5 de ocasionalidade prospecta crescimento para com outros graus elevados de interação, de forma que estas conexões enrijeçam o processo de iniciativas públicas favoráveis a realidades socioeconomicamente desassistidas, por exemplo (BOTELHO *et al.*, 2017). Para tanto, acredita-se, mediante aos dados, que a compreensão dos actantes no que tange a perspectiva dialógica das IS na intermediação helicoidal atingirá um novo patamar à medida que novos estudos e experiências forem sobrepostas, como acontecem nas redes de co-ocorrência entre referências (Figura 5), além da expressividade dos desafios, obstáculos e potencialidades da IS diante de suas especificidades e posicionamento na resolução de problemas da sociedade, corroborando ao desenvolvimento dos territórios a partir de proposições sustentáveis de gestão e governança (SANTOS, 2022; IBGE; SEAS, 2023?).

Além disso, a intermediação das IS tanto em 1H-2H como em 1H-3H corroboram para o que Safiullin, Fatkhiev e Grigorian (2014) expressaram sobre a importância destas interações específicas para propiciar um ambiente viável a formação de movimentos de inovação sinérgicos como as incubadoras e parques tecnológicos. Isto criaria uma vantagem competitiva diversificada e, na mesma linha, viabiliza a constituição de novas redes sistêmicas e sólidas diante da nova organização alternativa entre atores (EGLER, 2010). Neste sentido, o gráfico 3 mostra detalhadamente como as interações entre as duplas de hélices se configuraram sob a intermediação das IS.

Gráfico 3. Intermediação da IS nas interações helicoidais



Fonte: Elaborado pela autora

Retomando às demais interações e a percepção de intermediação da IS no contexto de suas inserções, a 3H predomina em frequência significativa no que tange à sua proximidade de variação percebida para com a 2H. Contudo, a representação da mesma interação a partir da ótica de ocasionalidade ou raridade – cerca de 31% das respostas para cada grau – denota que possa haver alguma incoerência de percepção ou fatores que não estão claros na tomada de decisão pelos respondentes, como foi abordado anteriormente em outras interações. Já na relação 3H-1H, prevalecem 42% favoráveis ao fator 7 e 24% ao fator 5, enquanto que a intermediação da IS na interação 3H-4H, o fator 5 predomina entre os respondentes, em cerca de 42% de avaliações.

Estas variações mostram que podem estar ocorrendo desafios de comunicação da 3H para com as outras hélices, o que ressalta a importância dada por Fraga (2018) ao estudo detalhado das contraposições, distinções, limitações e oportunidades de cada contexto analisado a fim de transmitir o conhecimento de forma efetiva para com os empreendimentos incubados. Além do que este apontamento condiz com os dados encontrados na pesquisa de Hernández-Ascanio e Rich-Ruiz (2020) quanto à expectativa de maiores impactos das ações da 4H, uma vez que as informações iniciais

mostram a 4H na terceira de posição com fator 9, diretamente relacionada a 3H, mas não possuem tanta representatividade no cenário geral. Isso corrobora para com a potencialidade de inovação social a ser gerada a partir dos seus actantes, mas que ainda não compõe um elemento angular das suas correlações, segundo os autores.

Na ótica de intermediação da IS para com a 2H e suas duplas helicoidais, nota-se uma configuração similar de dificuldade na concepção dos respondentes quanto ao grau de intermediação IS-2H-1H, haja vista a distinção mínima expressa entre os fatores 3, 5 e 7 (equivalentes a 28%, 24% e 28% de respostas). De fato, não há efemeridade entre raridade e frequência, o que conduz ao questionamento de quais pressupostos e recortes levaram os respondentes a esta tamanha dúvida. Nesta linha, Kim e Lim (2017) em conjunto a proposição de modelos de viabilidade social de autores como Adham et al. (2018) e Costa, Itelvino e Monken (2021) poderiam propor uma discussão inicial das ausências e excessos que intervêm nas relações percebidas para determinar as melhores estratégias-base para analisar a efetividade das IS com as hélices, além de avaliar possíveis graus de co-dependências entre algumas destas relações que possam estar prejudicando a atuação de outras.

No comportamento das intermediações da IS da 2H para 3H e 4H, os resultados apresentam uma similaridade de proximidade, tendo em vista que o fator 5 prevalece sobre o fator 3 (38% e 24% para a 3H e 34% e 24% para 4H). Ou seja, as ações integradoras da IS não estão sendo percebidas ou desenvolvidas adequadamente nestas interações, o que reflete um ponto de averiguação para melhorias estruturais, metodológicas e de impacto para serem bem sucedidas em seus diálogos e atitudes (ADHAM *et al.*, 2018; SANTOS, 2022).

Como a última hélice a ser explorada neste bloco de perguntas, as informações da 4H para com a IS possui suas potencialidades e peculiaridades. Ao observar a primeira interação (4H-1H), 34% dos respondentes avaliam a inter-relação helicoidal entre sociedade civil e governo como fator 5, enquanto que a configuração da interação 4H-2H aparenta-se semelhante a 2H-1H, com fatoração similar de proximidade entre 3, 5 e 7 (28%, 24% e 28% das respostas), o que retoma uma possível dificuldade de percepção dos respondentes sobre as ações das IS na realidade inter-hélices que precisa ser especificamente trabalhada.

Entretanto, o fator 5 e 7 apresentam uma igualdade de respostas na interação 4H-

3H, denotando que cerca de 69% dos indivíduos compreenderam as ações e impactos da IS como válidos neste contexto. Isto pode estar relacionado ao retorno da 4H em relação a 3H em forma de compartilhamento de saberes, participação ativa nas ações políticas em prol de qualidade de vida e geração de emprego e renda, por exemplo. Dessa forma, a importância de participação e governança em prol de uma democracia sustentável e construída de forma cooperativa é igualmente reafirmada nos apontamentos de Charry e Pérez (2013), Lacerda e Ferrarini (2013), Botelho *et al.* (2017) e Cruz-Souza *et al.* (2010).

5.1.3. As dimensões socioeconômicas

Nesta etapa, os respondentes foram conduzidos a avaliarem a perpecção dos impactos sociais e econômicos das IS no contexto da 5H. Para tal, novas conceituações foram propostas, igualmente baseadas nos materiais já analisados para fornecer melhor compreensão das temáticas e maior assertividade de análise das respostas. As definições podem ser vistas a seguir:

- **Impacto social:** Capacidade de repercussão das ações de uma instituição e/ou grupo de indivíduos, resultando em propostas de soluções viáveis às demandas sociais de uma sociedade, relacionadas à qualidade de vida (ex.: saúde, bem-estar, educação, inclusão etc.).
- **Impacto econômico:** Capacidade de repercussão das ações de uma instituição e/ou grupo de indivíduos, resultando em propostas de soluções viáveis às demandas econômicas de uma sociedade, relacionada à geração de renda e desenvolvimento econômico (redistribuição de renda, poder de compra e consumo, empregabilidade, geração de emprego etc.).

Diante do primeiro ponto, a percepção dos respondentes se diversifica entre os fatores 5 e 7 para hélices distintas. Enquanto o DR e a 4H representam os actantes mais beneficiados em termos de impactos sociais da IS, segundo 45% e 42% dos respondentes para fator de frequência relativa, a 1H e 2H são as hélices que, de acordo com 38% e 41% dos respondentes, possuem um impacto social ocasional advindo da interação da IS para com eles. Já a 3H é a única dentre as outras que, apesar de ter

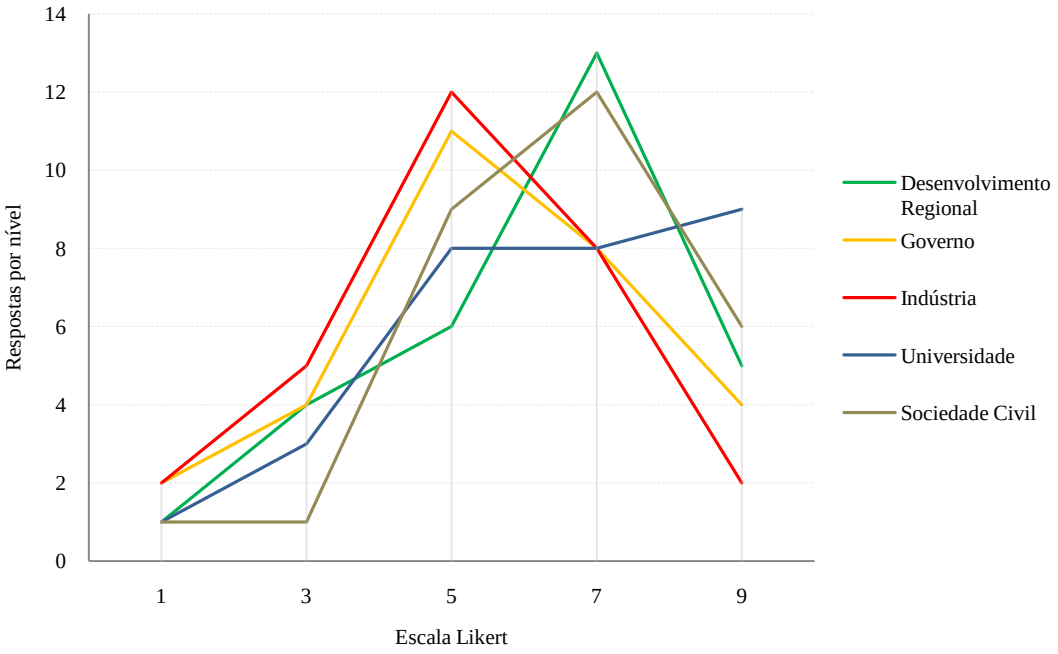
obtido menos pontuação, é percebida como actante de maior frequência de interação com a IS.

Tais diferenciações também podem ser explicadas por Aguiar *et al.* (2019) e Mineiro, Souza e Castro (2021). Uma vez que a universidade é um dos principais centros que abrigam iniciativas inovadoras como as próprias incubadoras, sua interação com as IS tende a se intensificar. Contudo, este nível ainda representa um quantitativo menor se comparado ao impacto social para com o próprio DR e 4H. Ou seja, isto pressupõe que haja desafios internos a serem superados para que uma maior integração de atividades seja possível.

Dificuldade de gestão, insuficiência de recursos e ótica distinta de prioridades e missão, além da realização de programas e atividades com envolvimento conjunto são exemplos de circunstâncias em que todos os actantes e indivíduos estão suscetíveis a vivenciar, segundo a perspectiva conjunta dos autores supracitados em concordância com e Aires (2019) e Amaral e Webering (2023). Vale ressaltar que cada exemplificação de ação deve ser relacionada a contextos diversificados, que precisam ser explorados isoladamente para depois serem comparados com um modelo de referência (ABBAS; BELL, 1994).

Já os impactos denotados pelas hélices 1H e 2H estão se comportando dentro do padrão de ocasionalidade, similar a configuração de respostas analisadas do Gráfico 3, cujas hélices em questão variam significativamente entre os fatores 5 e 7. Tal recorte pode estar relacionado a um processo de descentralização da inovação social – advindo inicialmente da relação dialógica entre os agentes público-privados para a sociedade – que acresce às ações da IS a cooperação entre os pares que fortalece o desenvolvimento conjunto iniciativas direcionadas às demandas socioeconômicas, viabilizadas pela interação da sociedade civil para com os actantes anteriores (ZUCOLOTO; RESPONDOVESK, 2018; MONTEIRO, 2019). Diante disso, uma representação do impacto social das IS, conforme a percepção dos respondentes da pesquisa, pode ser vista no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Impacto social das IS na 5H



Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere ao impacto econômico, as configurações de resposta também mostram mudanças interessantes. O DR permanece com um dos maiores percentuais de respostas no fator 7, porém a 2H e a 3H assumem a liderança de frequência relativa de impacto econômico por parte das IS. Apesar de algumas circunstâncias estarem ocultas para análise neste momento no que se refere a IS-3H, o seu valor percebido a nível econômico é considerado crescente e avançado pelos respondentes do que o impacto social.

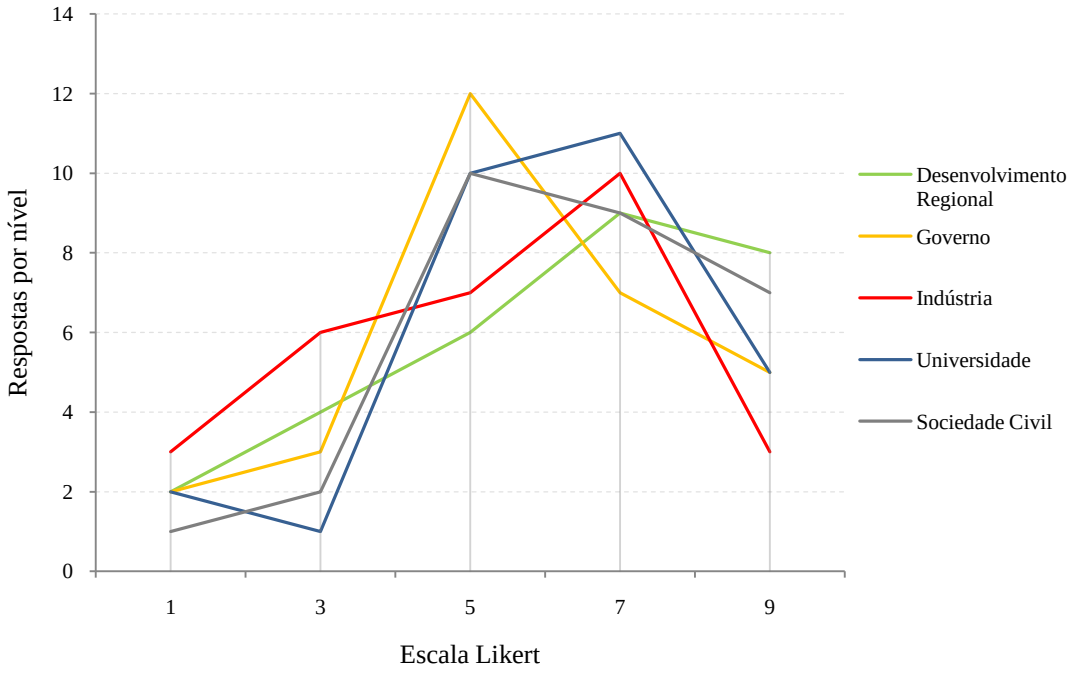
Por exemplo, é possível destacar que as indústrias seriam beneficiadas com relativo impacto econômico em virtude a criação de valor econômico no ambiente acadêmico, evidenciada por Lough (2022) em concordância com Fraga (2018), por meio da missão ‘empreendedora’ da 3H que, ao desenvolverem tecnologias, ferramentas e patentes a partir da transferência de conhecimento, fortalecem sua relação com a 2H e trazendo benefícios econômicos para a 3H. Isto não diminui sua importância na criação de valor social que é proposto de forma conjunta no âmbito das IS, conforme afirma Lough (2022) e Adham *et al.* (2018).

Pois, ao compararmos os dois gráficos, o impacto social na 3H obteve resultados favoráveis entre os fatores 5, 7 e 9 (28%, 28% e 31% das respostas), enquanto o viés

econômico (34%, 38% e 17%, respectivamente). Entretanto, o fator 9 deste último poderia representar um aspecto de crescimento mesmo com um percentual menor dentre outras variações detectadas em virtude, primeiramente, do grau de ações coletivas da IS-3H e suas repercussões dentro das dependências acadêmicas e, em segundo, do quanto tem retornado das suas ações para com os outros actantes do mesmo sistema, como expressado por Veloso Filho e Nogueira (2006) e Charry, Pérez e Barahona (2016).

Retomando às demais representações, a 4H ainda possui um retorno ocasional do impacto econômico prospectado pelas IS (35%), o que antes, no aspecto social, era fator 7. Tal fato mostra que, na ótica dos respondentes, a IS proporciona em maior grau benefícios sociais a 4H do que econômicos diretamente. Já a 1H permanece na escala com fator 5, porém em seu maior índice sensibilidade (cerca de 42%), o que pode denotar um padrão de maior perpecção de impacto econômico da IS para com a 1H. Desta forma, as informações relacionadas ao impacto econômico das IS são ilustradas no gráfico a seguir:

Gráfico 5. Impacto econômico das IS na 5H



Fonte: Elaborado pela autora

5.1.4. A interseção ESS, inovação social e IS

Como último bloco concernente às inter-relações temáticas, prospectou-se a avaliação dos respondentes de acordo com três pressupostos para a ESS como inovação social: propulsão das ações de IS, melhoria dos resultados sociais da IS e aprimoramento dos resultados econômicos da IS. Para tanto, novamente as definições simplificadas, desenvolvidas a partir dos materiais teóricos disponíveis nesta pesquisa, foram expressas a eles:

- **Economia Social e Solidária (ESS):** é um modo de produção caracterizado pela livre associação entre pessoas que atuam coletivamente sob um conjunto de práticas econômicas orientadas pela solidariedade e autogestão de um empreendimento em comum. Visando a busca pela igualdade de direitos, reinserção econômica, qualidade de vida e de trabalho, e redistribuição de renda, aliada a conservação e recuperação de recursos ambientais (sempre que possível), os indivíduos possuem participação ativa nas decisões do empreendimento, debatendo sobre as melhores e justas condições desde a qualidade de produtos e serviços, os meios de produção e comercialização aos níveis de ganhos para todos os envolvidos e as necessidades de atrair investimentos de crédito a baixos custos para alavancar projetos.
- **Inovação Social:** composto de tecnologias sociais cujo conjunto de ferramentas, metodologias e estratégias de operacionalização e assessoria propõem viabilizar a aliança entre os saberes científicos sistematizados e os saberes populares empíricos para a construção do processo participativo do conhecimento, gerando soluções adequadas ao contexto de atuação e às características sociais, econômicas e culturais.

Dito isto, 100% dos respondentes concordaram que, na condição da ESS como instrumento de inovação social, as ações das IS poderiam apresentar melhor desempenho na relação com os actantes da 5H. Vieira, Parente e Barbosa (2017) ressaltam esta realidade levando em conta a natureza híbrida de luta política, participação democrática e autogestão da economia solidária na contribuição ao desenvolvimento de inovações sociais para a resolução de dilemas socioeconômicos. Ou

seja, por se diferenciar a partir de características como não apropriação do valor criado, conhecimento popular endogenamente gerado em comunidade de interesses, cooperação e colaboração, democracia participativa, protagonismo comunitário, codeterminação e autogestão, a ESS impulsiona práticas sustentáveis e responsáveis social e economicamente na IS, direcionando sua operacionalização (LACERDA; FERRARINI, 2013).

Outrossim, todos os indivíduos responderam afirmativamente sobre o aprimoramento dos resultados econômicos e sociais das IS a partir da ESS como fator de inovação social para viabilizar suas ações diante do seu papel de intermediação sistêmica na 5H. Ora, a ESS tem o potencial de ressignificar a sociedade a partir da ótica de emancipação humana que, segundo Ortigoza (2014) conduz a uma proposição integrada de participação e conscientização dos seus atores. Isto poderia igualmente proporcionar designações assertivas na consolidação da identidade das IS e da ESS frente a 5H em prol da abordagem territorial do desenvolvimento que preza igualmente pela criação de valores sociais sustentáveis na geração de inovações sociais (COSTA; ITELVINO; MONKEN, 2021).

5.2. ITCP/COPPE/UFRJ e ITESS/CEFET/RJ: Elementos para compreensão

Nesta seção, serão destacados os principais apontamentos de dois materiais científicos que nortearam a composição do quadro de atributos teórico-empíricos que serão utilizados na composição da modelagem cruzada no próximo capítulo. Em aspectos gerais, ambos os estudos trouxeram contribuições interessantes da lógica de interação comportamental entre os actantes do sistema que envolve, em algum nível, as IS, ESS e DR.

Diante de adversidades financeiras, metodológicas, recursos humanos e administrativas, as IS precisam adotar iniciativas de inovação e viabilidade técnica e econômica para auxiliar tanto no bom desempenho dos empreendimentos de ESS como nos processos inerentes a própria incubadora para tal realização. Por isso, Aires (2019) objetivou, por meio de uma metodologia mista robusta, avaliar as principais ações da rede de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no estado do Rio de Janeiro. Levando em conta o modelo CERNE, instrumento teórico-metodológico que orienta a aplicação de ferramentas adequadas para incubadoras de forma integrada, a

autora constituiu elementos métricos para compor os indicadores da matriz SWOT – ferramenta administrativa para mensurar a viabilidade dos empreendimentos em um contexto de acordo com suas potencialidades, limitações, oportunidades e vulnerabilidades. Os eixos consistem em seis temas:

1) Eixo Pessoal (EP): Formação de equipe interna;
2) Eixo Tecnológico (ET): Metodologias de capacitação, qualificação, seleção e incubação;
3) Eixo Financeiro (EF): Captação de recursos e financiamentos público-privados;
4) Eixo Mercado (EM): Divulgação de projetos e ações;
5) Eixo Administração (EA): Infraestrutura e processos administrativos básicos;
6) Eixo Gestão (EG): Parcerias públicas e participação em fóruns, redes e filiações inovadoras.

Na expectativa de corroborar para o aprimoramento destas incubadoras e fortalecer as redes estaduais de ESS por intermédio dos programas extensionistas e estimulando a formulação de políticas públicas, Aires (2019) explanou detalhadamente e de forma ilustrativa como estes eixos teriam aderência a SWOT em cada IS analisada, as quais se darão destaque neste material a ITCP/COPPE/UFRJ e ITESS/CEFET/RJ. Assim sendo, é possível conferir a seguir a configuração dos dados relacionados a estas ISs:

Quadro 4 – Matriz SWOT UFRJ

ANÁLISE *SWOT*	UFRJ
FORÇAS	**FRAQUEZAS**
Eixo Pessoal: **EP2; EP3**	Eixo Pessoal: **EP1**
Eixo Tecnológico: **ET2; ET3; ET4; ET5; ET6;ET7**	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Eixo Financeiro: **EF1;EF3;EF4;**	Eixo Financeiro: **EF5;EF2**
Eixo Mercado: **EM1;EM2;EM3**	
Eixo Administração: **EA1; EA2; EA3**	
Eixo Gestão: **EG4; EG5; EG6; EG7; EG8**	Eixo Gestão: **EG1; EG2; EG3**

Fonte: Aires (2019)

Neste primeiro quadro, Aires (2019) as principais características encontradas na ITCP e como elas afetam sua operacionalização, de forma positiva (forças e

oportunidades) ou negativas (fraquezas e ameaças). No quartil das forças, se destacam o quadro de bolsistas atuantes na incubadora e a capacidade tecnológica consolidada em termos de processos e metodologias na IS pioneira do cenário brasileiro. Mediante a pesquisa da autora, a incubadora, sob coordenação com título de doutorado, segue a metodologia CERNE desde o processo seletivo definido para novos empreendimentos até a etapa de acompanhamento, sem implicar no desligamento organizacional dos mesmos.

Já no quartil de oportunidades, são evidenciadas à vantagem de articulações para captação de recursos advindos de contratos privado, além dos editais públicos e da própria instituição de ensino. Além disso, os meios de divulgação das atividades da IS tem se mostrado promissores à visibilidade da ITCP, há um espaço na instituição com infraestrutura administrativa mínima para capacitação dos empreendimentos sociais e a ITCP atua ativamente em reuniões e eventos relacionados a fóruns estaduais e municipais de ESS como membro da Rede ITCP nacional e estadual via filiação a REINC.

Contudo, os principais desafios e limitações da ITCP levantadas por Aires (2019) encontram-se na necessidade de membros com dedicação exclusiva que não atuem somente na área administrativa da IS, a indefinição de dados sobre os recursos de emenda parlamentar disponíveis para seu uso, a insuficiência de recursos captados para manutenção da ITCP e suas ações para com os empreendimentos, e o carecimento de parcerias com órgãos públicos que fomentam a ESS. Estes representam pontos de fraqueza da ITCP bem como as ameaças inerentes ao seu funcionamento.

Quadro 5 – Matriz SWOT ITESS

ANÁLISE *SWOT*	ITESS/CEFET/RJ
FORÇAS	**FRAQUEZAS**
Eixo Pessoal: **EP1; EP2; EP3**	
Eixo Tecnológico: **ET2; ET3;ET7**	Eixo Tecnológico: **ET1;ET4;ET5;ET6**
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Eixo Financeiro**: EF1;EF2;EF4**	Eixo Financeiro: **EF3;EF5**
Eixo Mercado: **EM1;EM3**	Eixo Mercado: **EM2**
Eixo Administração: **EA1; EA2; EA3**	Eixo Administração:
Eixo Gestão: **EG1; EG2; EG3; EG4; EG5; EG6; EG7; EG8**	

Fonte: Aires (2019)

Considerando os mesmos elementos da análise SWOT aplicada a ITESS/CEFET/RJ, todos os componentes do EP se apresentam como características de valor para o funcionamento da IS, uma vez que o quadro de indivíduos envolvidos nas atividades da ITESS possui membro com dedicação exclusiva em campo, bolsistas extensionistas que assessoram sob coordenação com titulação de doutorado.

Já três dos sete elementos do ET encontram-se dentre as forças desta incubadora em virtude da capacitação metodológica CERNE e dos processos seletivos para novos empreendimentos igualmente definidos. Entretanto, a ITESS não possui metodologias delimitadas aos processos de incubação e acompanhamento dos empreendimentos, além de realizar o desligamento dos empreendimentos para incubá-los – pontos considerados fraquezas para sua atuação, segundo Aires (2019).

Ao mesmo tempo, a ITESS tem oportunidades relevantes a serem gerenciadas no que tange aos eixos financeiros, mercadológicos, administrativos e de gestão. Refere-se ao esforço despendido constantemente pela captação de recursos públicos, a divulgação das atividades da incubadora no site da universidade e nas redes sociais, a infraestrutura adequada para recepção e capacitação dos empreendimentos e a busca por parcerias federais, estaduais e municipais de fomento a ESS.

Da mesma forma que esta IS têm possibilidades para impulsionar seu desenvolvimento, ela está exposta a algumas ameaças que podem afetar a efetividade operacional, como a dependência de recursos de contratos privados e a insuficiência dos mesmos para manter a ITCP e suas ações de assessoria aos empreendimentos sociais.

Aires (2019) finaliza seus apontamentos destacando a necessidade de aprimoramento e inovação contínuos entre as incubadoras e internamente a elas na elaboração de estratégias viáveis aos desafios vigentes e vindouros à medida que ocorram retrocessos financeiros e de ação pública nas áreas trabalhistas, de saúde e ambientais, por exemplo. Nesta vertente, a captação de recursos é denotada como um desafio recorrente entre as IS do Rio de Janeiro que não limita somente a capacitação fornecida aos empreendimentos assessorados como prejudica o desempenho efetivo da incubadora em si.

Enquanto isso, em outro trabalho, desenvolvido por Amaral e Webering (2023), se propôs um conjunto de aspectos complementares à discussão de Aires (2019), em forma de uma compreensão ao fomento da ESS via IS para a formação de discentes em

administração diante de uma nova ótica da área e das práticas concernentes a ela. Ao concluir que a ESS viabiliza a aproximação entre ensino tradicional e pensamento crítico para responder aos desafios sociais e aos vindouros da arena acadêmica, as entrevistas semiestruturadas com atores específicos possibilitou a enumeração de instrumentalidades das IS e ressaltou a relevância do caráter socioeducativo da ESS. Tais fatores enumerados dizem respeito a aspectos administrativos, financeiros, tecnológicos etc, o que pressupõe certa correlação com os eixos temáticos no estudo de Aires (2019).

No estudo de Amaral e Webering (2023), foram destacados alguns elementos que proporcionam uma amplitude dos desafios e limitações que a ITCP e a ITESS enfrentam. Segundo os entrevistados desta pesquisa supracitada, a falta de clareza do papel e existência das IS e da relevância dos empreendimentos de ESS por parte dos indivíduos atuantes ou externos a IS pode ser um ponto crucial à sua visibilidade e participação do corpo acadêmico em suas atividades. Isto pode resultar em equipes de trabalho enxutas, dificuldade de constituição de marcos legais favoráveis a ESS e restrições ao desenvolvimento de ferramentas e diretrizes personalizadas de assessoramento ou operacionalização da IS e dos incubados.

Uma vez que há uma ausência de compreensão das formas organizativas econômicas não convencionais e da necessidade de equilibrar suas funções econômica, social e territorial, a implementação da ESS como metodologia de IS ficaria comprometida no que tange a adoção de padrões sustentáveis produtivos e de consumo que priorizem resoluções sociais e humanas. De igual modo, esta clareza de princípios e propósito social e solidário tanto por parte dos empreendimentos assistidos como da academia pode ser dificultada caso o diálogo cívico-acadêmico não seja um meio de aplicação deste conhecimento em prol da formulação e monitoramento de ações públicas.

Outrossim, mediante os dados adquiridos da pesquisa de campo de Amaral e Webering (2023), o tempo burocrático de gestão representa outro fator levantado pelos entrevistados que interfere no suporte e financiamento de projetos. Isto pode vir a se tornar determinante na instituição de incentivos à participação extensionista – utilizados em casos de rotatividade de equipes – e como elemento de divulgação de projetos, ressaltando sua inclinação a uma formação humanizada e o desenvolvimento de

competência por meio de disciplinas eletivas aplicadas, por exemplo.

Diante destes fatos, os elementos presentes em ambos os estudos foram estruturados em um quadro de atributos teórico-empíricos, levando em conta as características da DS de taxas e níveis, para facilitar a visualização e inserção dos dados na modelagem de diagrama causal e de estoque-fluxo, no capítulo seguinte.

Portanto, as perspectivas de Amaral e Webering (2023) foram classificadas como taxas a serem interpretadas no software como os fluxos de informação entre as hélices e as variáveis complementares. Estas variáveis da primeira coluna dizem respeito aos aspectos representativos da atuação das IS, considerados na constituição das suas ações para com os demais actantes. À medida que elas influem reforçando ou equilibrando os eixos temáticos de Aires (2019), passam a compor as interações dos diagramas causais propostos.

Já os níveis, representados pelas hélices, são vistos como “armazenamento” das informações e ações que circulam as principais interações entre actantes deste sistema, contribuindo para um aumento ou redução do seu grau de influência na relação helicoidal em questão. Dessa forma, o quadro 4 apresenta o detalhamento dos elementos identificados no estudo de Amaral e Webering (2023) e suas principais correlações com os eixos temáticos de Aires (2019) que afetarão diretamente os seguintes níveis da 5H:

Quadro 6 – Atributos teórico-empíricos em função dos eixos temáticos e interação helicoidal

TAXA (AMARAL; WEBERING, 2023)	EIXO (AIRES, 2019)	NÍVEL
Divulgação e visibilidade	EP/EM	IS/ESS/3H/4H
Incentivos para participação extensionista	EP/EM	IS/3H
Compreensão das formas organizativas e econômicas não convencionais	ET/EA/EM	IS/ESS/4H
Equilíbrio das funções econômica, social e territorial	ET	IS
Suporte e financiamento de projetos	EF/EM	IS/3H
Tempo acadêmico de pesquisa	ET	IS/3H
Tempo burocrático de gestão	EA	IS/3H
Construção de marcos legais	ET/EM	IS/1H/3H
Estrutura de equipe	EP	IS/ESS
Ações metodológicas	ET	IS/ESS
Clareza dos princípios e propósito solidários	ET/EA/EM	IS/ESS
Implementação da abordagem ESS nas IS	ET/EA	IS/ESS
Desenvolvimento de ferramentas administrativas/tecnológicas personalizadas	ET/EA	IS/ESS/3H
Diálogo cívico-acadêmico	ET/EG	IS/ESS/3H/4H
Aplicação do conhecimento	ET	IS/ESS/3H/4H
Formação humanizada	ET/EA	IS/ESS/3H/4H
Priorização de questões sociais e humanas	ET/EA	IS/ESS
Participação e interação	EP/ET/EG	IS/ESS/1H/2H/3H/4H
Implementação de disciplinas eletivas	EP/ET/EA/EM	IS/ESS/3H
Desenvolvimento de competências	EP/ET	IS/ESS/3H/4H
Adoção de padrões sustentáveis produtivos e de consumo	ET	IS/ESS/DR
Adoção de ferramentas e diretrizes para operacionalização de ESS	ET	IS/ESS/DR

Fonte: Elaborado pela autora

CAPÍTULO 6 – MODELAGEM CRUZADA

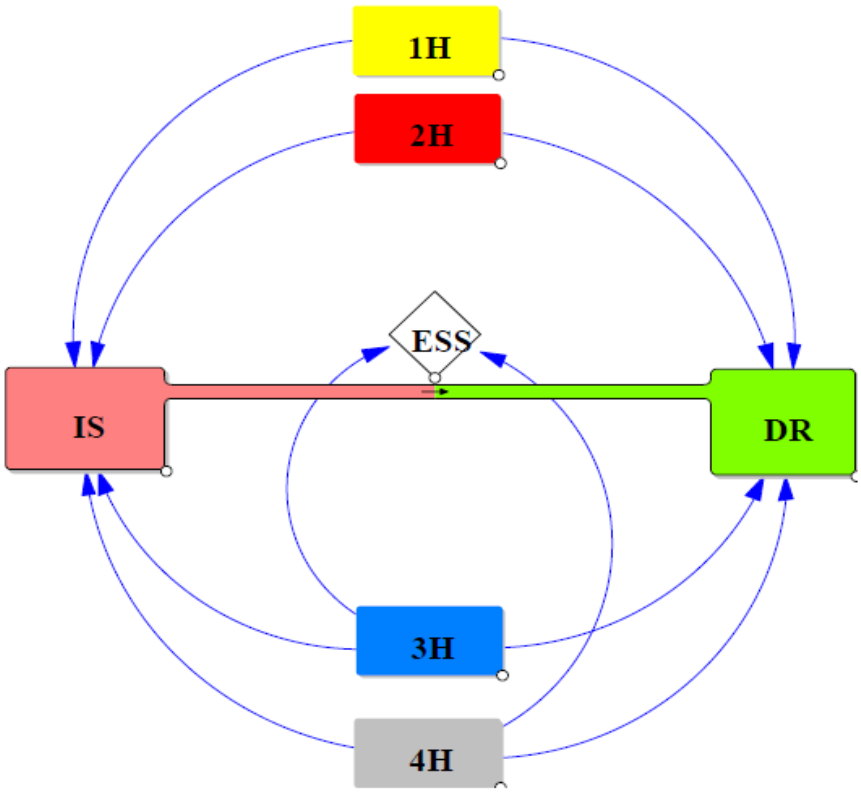
Mediante todos os conhecimentos expressos nesta pesquisa, foi possível identificar as principais potencialidades das IS para com o DR, bem como suas limitações e desafios que determinam o fluxo de interações e influências entre actantes no contexto de sua inserção. Estas instrumentalidades transpassam todo sistema e permitem fomentar o DR por meio de princípios de ESS no papel de inovação social, haja vista sua concepção socio-territorial de transformação a partir da coparticipação entre actantes nos processos decisórios do sistema. Neste sentido, é importante ressaltar que, devido a complexidade destas interações, somente foram consideradas na ilustração do cenário os elementos-chave no ambiente das ISs selecionadas.

Neste sentido, considera-se a figura 11 um modelo genérico cuja ilustração do cenário abarca os elementos-chave no ambiente das IS. Na representação, a ESS enquanto inovação social configura-se como uma variável do fluxo de informações distribuídas e compartilhadas ao longo da rede, as quais passam por ela para conectar as iniciativas geradas pelas IS que impactem social e economicamente o DR e, consequentemente, às outras hélices.

Em virtude dos atributos identificados na CASP (Quadro 3) e que influem no comportamento dos actantes deste sistema, é notória a interação cíclica entre elas, podendo ser vista na representação da Figura 10. No contexto da DS (ABBAS; BELL, 1994; GARCÍA, 2022; SANTOS, 2019), os estoques – local de ‘armazenagem’ de informações, referente aos atributos teóricos identificados, determinando o nível de comunicação a depender do fluxo comunicativo entre os atores do sistema – são representados pelas hélices, a IS e o DR, que são impactados pela ESS como variável auxiliar, influenciando diretamente no comportamento da 3H e 4H e seus desdobramentos nas outras.

Ou seja, os níveis são representados pelas hélices, que se fortalecem ou perdem a força na proporção de variação de informações transmitidas da IS para fomentar o DR, sendo cumulatividade excessiva ou rarefeita aspectos que determinarão o grau de intensidade das relações. Estas diferenças podem ser ocasionadas por elementos internos da IS ou fatores externos a ela, segundo a análise SWOT de Aires (2019).

Figura 10. Modelagem cruzada com base no Quadro 5



Fonte: Elaborada pela autora no software Vensim-PLE

Na proposição sistêmica anterior e em comparação aos apontamentos encontrados na literatura e nos resultados da pesquisa de campo, foi possível identificar convergências sobre a representatividade e relevância da interação entre a terceira e quarta hélices a partir da IS e ESS. Vale destacar que a influência da 3H na variável ESS de fluxo entre IS e DR se dá pelo reconhecimento do papel das universidades na formulação de ambientes empreendedores e inovadores em rede, pela produção e disseminação do conhecimento e pela sua capacidade de transformação socioeconômica a partir do processo de aprendizagem construída coletivamente (GADOTTI, 2009; BOTELHO *et al.*, 2017; SANTOS, 2022).

Constituídas como espaços favoráveis ao diálogo e desenvolvimento de ideias, estas instituições estimulam e apoiam a participação ativa da 4H cujo envolvimento de grupos organizados na lógica da ESS mostra-se crucial para o robustecimento de ações e estratégias viáveis às suas necessidades (EGLER, 2010; VIEIRA; PARENTE; BARBOSA, 2017). Com a 3H reforçando tal protagonismo, esta hélice reconhece as experiências vivenciadas pelos actantes da 4H de forma que atuam para formalizar o

entrelaçamento dos conhecimentos populares e científicos e impulsionar propostas de políticas públicas direcionadas ao DR a partir da dignificação humana com qualidade de vida e de trabalho (LACERDA; FERRARINI, 2013; AGUIAR *et al.*, 2019).

Ou seja, uma vez que as universidades produzem e disseminam o conhecimento que viabiliza transformações socioeconômicas e a sociedade civil apoia estas instituições formando coalizões participativas que fomentam iniciativas públicas, as IS são capazes de intensificar a relação de mutualidade relacional-intencional entre estas hélices em prol da consolidação dos princípios solidários (VELOSO FILHO; NOGUEIRA, 2006; EGLER, 2010).

Neste sentido, apesar de as 3H e 4H possuírem uma conexão densa com a ESS enquanto inovação social, ainda existem desafios a serem enfrentados mediante a necessidade de reforço da identidade coletiva e territorial, que pode ser determinante ao desenvolvimento da ESS e na comunicação de valores entre IS e DR. Tendo em vista que o fortalecimento da ESS também está diretamente relacionado ao enriquecimento da identidade coletiva por meio da valorização territorial, esta abordagem une as esferas multidisciplinares com intuito de ressiginificar os espaços em um formato produtivo, comercial e de consumo sustentáveis (GADOTTI, 2009; ORTIGOZA, 2014; STANOWICKA, 2020; DALLABRIDA *et al.*, 2021).

Para tanto, caso não haja um esclarecimento da importância desta complementaridade para o desenvolvimento da ESS como inovação social, a efetividade de metodologias de viabilidade social aplicadas pela IS e o desenvolvimento de ferramentas de gestão personalizadas podem ser comprometidas. Da mesma forma, a ausência de influência protagonista dos empreendimentos de ESS no planejamento e implementação de iniciativas com governança participativa pode ocasionar na dificuldade de consolidação destes princípios enquanto inovações sociais por meio de políticas e ações de incentivo (CRUZ-SOUZA *et al.*, 2010; SAFIULLIN; FATKHIEV; GRIGORIAN, 2014; LOUGH, 2022).

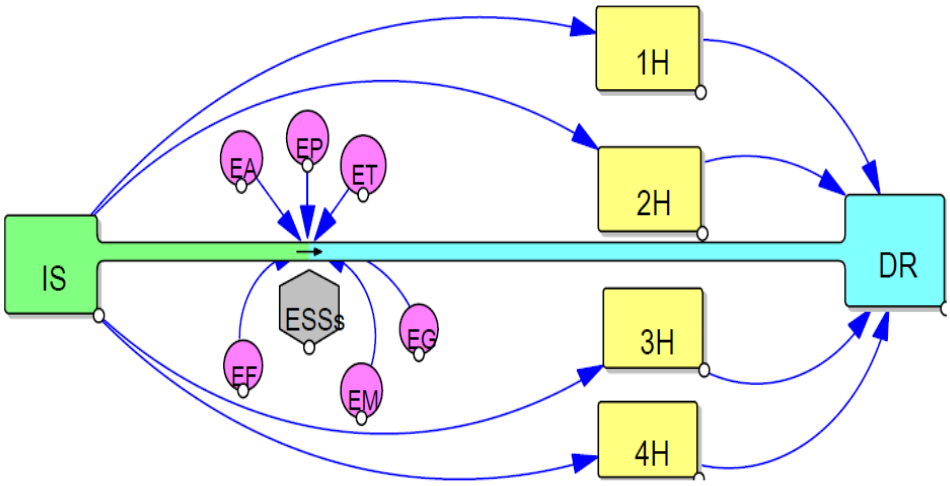
Pois, à medida que os valores sustentáveis entre os actantes da 3H e 4H em favor do DR forem sendo adotados de forma convergente, haverá um reconhecimento do valor da localidade e de seus recursos endógenos. Dessa forma, as hélices 1H e 2H podem viabilizar políticas públicas para geração de emprego, renda, dignidade e qualidade de vida em prol da ESS considerando a IS como agente intermediador destes

processos (CHARRY; PÉREZ, 2013; CAZELLA *et al.*, 2020).

Enquanto isso, no contexto regional da ITCP e ITESS, as instrumentalidades da IS – representadas pelos eixos temáticos de Aires (2019) - irão reforçar positiva ou negativamente a interação dos actantes das hélices. Enquanto isso, as taxas definidas no Quadro 6 – na perspectiva de Amaral e Webering (2023) – são incorporadas nos eixos como variáveis complementares que implicam na visualização de pressupostos impactos das interações helicoidais.

Em paralelo a estes dois estudos, a ótica da DS permite determinar a partir do modelo de referência anterior (Figura 10) que estes eixos, que representam os aspectos internos cruciais a operacionalização efetiva do estoque IS, impactarão diretamente na maneira como a principal variável auxiliar de fluxo-estoque – ESS – será comunicada aos outros estoques helicoidais (1H, 2H, 3H e 4H) e consolidada como instrumento de potencialização do estoque DR.

Figura 11. Modelagem cruzada com base no Quadro 6



Fonte: Elaborada pela autora no software Vensim-PLE

Nesta linha, predomina-se na figura 11 um diagrama de fluxo-estoque, composto da relação principal e direta entre os estoques IS e DR, cuja troca de informações se propõe evidenciada por meio da ESS, uma vez que, conforme comprovado nesta metodologia mista, possui princípios e formas de atuação ligadas a IS para auxiliar na

produção de impacto social e econômico para com o DR. Nesta abordagem, existe uma gama de variáveis, inclusas nos estudos de Aires (2019) e Amaral e Webering (2023), que vão influir nas hélices para que este ciclo seja potencialmente reforçado, seja negativamente pela falta, ausência ou resistência entre actantes, ou positivamente devido ao grau de diálogo entre eles. A seguir, confere-se alguns exemplos atrelados ao Quadro 6.

A divulgação e visibilidade da ITCP e ITESS podem ser determinadas a partir das formas em que as atividades e missão das IS são comunicadas ao público e suas ações percebidas pelos empreendimentos sociais, comunicando valor. Isto diz respeito aos seus aspectos mercadológicos (EM) que também terão influência no Eixo Pessoal (EP) referente à formação de equipes, uma vez que a estrutura social deve ser composta por pessoas interessadas e envolvidas ativamente no projeto e que estejam preparadas para assessorar estes empreendimentos em suas atuações socioeconômicas e ambientais (AMARAL; WEBERING, 2023).

Neste contexto, apesar de Aires (2019) destacar uma vantagem da ITCP no EM frente a ITESS, o estudo de Amaral e Webering (2023) reforçam que ainda há uma dificuldade interna de compreensão do papel da IS e da importância dos empreendimentos de ESS, o que interfere na comunicação assertiva de valor em ambas as IS, nas equipes envolvidas e nos incubados assessorados. Isto, em acréscimo a um déficit de incentivo – seja financeiro ou obrigatório – à participação desta extensão, influencia diretamente no EP por conta do baixo interesse de alunos para comporem as estruturas internas destas IS. Portanto, para que haja a compreensão adequada tanto as formas organizativas econômicas não convencionais como a clareza de seus princípios e propósito solidários por parte da 3H e 4H, é preciso mais do que a manutenção das informações inseridas em seus sites e redes sociais.

Neste sentido, a coprodução multidisciplinar entre IS e empreendimentos de ESS em forma de atividades acadêmicas abertas ao público geral e instituição de disciplinas eletivas sobre a ESS poderiam representam um meio de propagação cultural eficaz da ESS de maneira dinâmica e prática. Dentro desta realidade do diálogo acadêmico-cívico compreende-se a constituição de espaços que permitam uma formação humanizada dos indivíduos envolvidos com ESS, tanto da 3H como da 4H, o que é influenciado diretamente pelo EA, uma vez que a priorização das questões sociais e humanas destes

empreendimentos permite o desenvolvimento de competências que auxiliam na formulação de estratégias dos mesmos (GADOTTI, 2009; CRUZ-SOUZA *et al.*, 2010; LACERDA; FERRARINI, 2013; ÁVILLA; CAMPOS, 2018).

Tais aspectos potencialmente atrairiam capital social, ou seja, indivíduos esclarecidos sobre a ESS e interessados em compor as equipes da IS. Outrossim, a captação de capital financeiro, relacionado ao suporte e financiamento de projetos, também pode ser beneficiada em médio prazo, o que influi positivamente no EF tendo em vista os recursos insuficientes de ambas as IS estudadas para manter suas atividades próprias e ações com incubados (AIRES, 2019).

Da mesma forma, alguns elementos do ET poderão impactar diretamente no desdobramento da EF e EG. A ITCP, segundo Aires (2019), tem vantagem sobre a ITESS quanto à posse e consolidação de metodologias de incubação. Mesmo que ambas tenham recebido capacitação do PRONINC para aplicação da CERNE, somente a ITCP aparenta ter conseguido alcançar esta estruturação metodológica com eficácia comprovada.

Amaral e Webering (2023) ressaltam que as ações metodológicas ainda representam um desafio para as IS em questão, e isto pode dificultar a aplicação do conhecimento para os incubados e aos membros da equipe enquanto pesquisadores, mas igualmente na captação de recursos e parcerias externas. Apesar de os entrevistados deste estudo anterior afirmarem que este ‘obstáculo metodológico’ não os impedem de prospectar tais recursos e parcerias, essa lacuna pode estar afetando na operacionalização da ITESS e da ITCP, em menor grau (LOUGH, 2022) .

Outro aspecto que potencialmente interfere nas conquistas destas oportunidades do EF e EG estaria relacionado ao EM, no sentido da receptividade da comunicação dos valores da ESS que reflete na estruturação interna e visibilidade da IS. Em suma, o nível de divulgação afeta a percepção acadêmica e cívica quanto a importância das IS e, se for efetivamente realizada, a divulgação auxilia no processo de compreensão destas formas organizativas e dos seus princípios. Dessa forma, é possível um alinhamento das diretrizes e identidade dos próprios empreendimentos às estratégias de ressignificação econômica e de impacto social (MONTEIRO, 2019; SANSONE *et al.*, 2020; STANOWICKA, 2020).

Nesta lógica, a falta de clareza destes princípios e da compreensão organizativa

destes empreendimentos influi na maneira como as ações metodológicas serão construídas e executadas em parceria com os incubados, de forma que estes adotem padrões sustentáveis de produção e consumo com base nas ferramentas e diretrizes adequadas para operacionalização da ESS (GATTAI; BERNARDES, 2013; KIM; LIM, 2017; ADDOR; LARICCHA, 2018; AMARAL; MELLO, 2022). Portanto, a implementação da abordagem ESS nas IS deve levar em conta o equilíbrio de funções híbridas – econômica, social, ambiental, cultural e territorial – para desenvolver ferramentas estratégicas de transformação socioeconômica na realidade dos incubados e daqueles cuja sua cesta de bens e serviços impactarão em nível social e econômico (BRUM, 2003; ANDION, 2005; BELLINGIERE, 2017; CAZELLA et al., 2020; DALLABRIDA *et al.*, 2021).

Em suma, para que o equilíbrio deste sistema ocorra adequadamente, é necessário que a aplicabilidade da ESS nas IS dialoguem continuamente com a 3H e 4H a ponto de promover a visibilidade do valor da ESS para as hélices 1H e 2H que, compreendendo suas potencialidades enquanto inovação social para a integração de atores em rede em prol do DR, se unam para construir coletivamente políticas públicas desta natureza (RADOVANOVIC; GRANDOV; FILIJOVIC, 2020; CARAYANNIS; CAMPBELL, 2022). Por exemplo, a quantidade de parcerias público-privadas impulsionadas por meio da IS como agente intermediário do modelo 5H pode refletir na quantidade de políticas públicas baseadas em governança participativa da 4H com a 1H, sendo capazes de desenvolver estratégias e contratos de captação de recursos para cursos de capacitação e qualificação em gestão social (ZUCOLOTO; RESPONDOVESK, 2018; MONTEIRO, 2019; COSTA; ITELVINO; MONKEN, 2021; SANTOS, 2022).

Já as ações metodológicas de incubação podem adquirir melhores níveis de eficiência caso o índice de participação acadêmica capacitada para aplicação for adequado – de acordo com os parâmetros metodológicos – dentro das IS, sendo capazes de transmitir os princípios solidários na sua interdisciplinaridade. De igual modo, o aperfeiçoamento da visibilidade da ESS pode ser fomentada através da divulgação dos projetos e ações para a 3H e 4H. Estes são aspectos que podem influir na força destas interações e impactarem na resolução de demandas socioeconômicas (CHARRY; PÉREZ, 2013; CHARRY; PÉREZ; BARAHONA, 2016; ADHAM *et al.*, 2018).

CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente à dinâmica de realidades complexas, as conceituações sobre o desenvolvimento passaram por transmutações ao longo do tempo, os quais a incorporação de novos paradigmas produziu espectros de instrumental social, econômico e tecnológico para atender demandas de seus atores. Com a dinamicidade deste contexto sendo ampliada, os desdobramentos socioeconômicos têm adquirido diversificações a serem gerenciadas em seus territórios. Dessa forma, as IS, iniciativas extensionistas fomentadas pelas universidades, têm assumido certo nível de protagonismo no atendimento destas necessidades a partir de metodologias inovadoras, sustentáveis e responsáveis.

Guiadas por princípios conectados a ótica das ESS, obtendo visibilidade em virtude da sua capacidade histórica de atuar em prol da qualidade de vida e bem-estar social, as IS mostram-se promissoras enquanto agentes intermediadoras das relações entre os actantes de uma sociedade para conduzi-los em ações e motivações voltadas a uma lógica colaborativa regional. Afinal, para atender as transformações socioeconômicas, é necessária que haja participação e colaboração de todos dentro de um contexto, o que beneficia o progresso dos territórios, a construção de identidade coletiva e a potencialidade dos recursos endógenos no processo de DR a partir da complementaridade das IS e ESS.

Nessa vertente de inovação social e interação em rede em prol do desenvolvimento, este presente trabalho objetivou, a partir de uma composição metodológica mista, analisar a instrumentalidade e causalidade das IS no processo de estímulo ao DR, considerando a ESS enquanto instrumental prático de inovação social na promoção de transformações sociais e econômicas. Para tal, utilizou-se da proposta de 5H como o ambiente de análise para o fomento das IS em direção ao desenvolvimento.

Neste sentido, um aporte teórico sobre as abordagens de ESS, IS e DR ao longo do tempo, considerando suas especificidades e potencialidades no contexto dinâmico para tratar das dimensões socioeconômicas, foi desenvolvido como base para a discussão. O principal desafio desta etapa foi encontrar materiais que integrassem ambas as temáticas tratadas, em algum nível de convergência, para compor a

multidimensionalidade desejada para este material, o que comprovou a pequena extensão deste campo inerente ao entrelaçamento de IS, ESS e DR. Dessa forma, tornou-se necessária a identificação de similaridades e correlações que se expressam indiretamente na literatura, em forma de resultados e ações entre os actantes ligados a sustentabilidade.

Os principais estudos sobre ESS descreveram uma linha temporal de formação do campo, a consolidação de suas características inerentes a cada subgrupo de ESS, as maneiras como o campo dialoga com a sociedade e pressupõe a priorização das necessidades sociais, humanas e ambientais. Já no que tange ao DR, as teorias que constituem a sua abordagem territorial possibilitou a compreensão do papel da ESS, por meio de seus princípios, para gerar ações de valorização regional de forma a contribuir para o alcance dos seus objetivos sociais como emprego, renda, qualidade de vida, dignidade de trabalho, reinserção econômica, solidariedade e cooperação, entre outros. Por fim, as pesquisas sobre a natureza das IS propuseram testificar de forma metodológica e prática a institucionalização da ESS como instrumento de inovação social, por meio da construção de ferramentas e estratégias viáveis às resoluções sociais, econômicas e ambientais, intermediadas por elas na interação entre os agentes interessados na promoção do DR.

Subsequentemente, uma análise bibliométrica possibilitou a visualização geral destes campos científicos em um cenário global, favorecendo reflexões interessantes sobre a ascensão das pesquisas destas temáticas em nível nacional e internacional. Neste âmbito, a produção nacional brasileira tem adquirido visibilidade, conforme verificado na crescente representatividade de suas instituições no desenvolvimento de estudos científicos atrelados a incubadoras em um ambiente de inovação brasileiro. São estudos que vão desde o relato de experiências de incubadoras no âmbito regional a estruturações teórico-metodológicas de incubadoras que viabilizam a elaboração de políticas públicas integradas à realidade selecionada, contribuindo para endossar robustez a esta pesquisa e ao campo inter-relacional como um todo.

Em uma perspectiva geral, constatou-se a importância da complementaridade entre as bases nacionais, internacionais e regionais para agregar valor teórico-metodológico à interseção temática e prospectar tendências vindouras. Por isso, o campo da inovação mostra-se oportuno à promoção do DR, principalmente quando a

natureza social das inovações estiver alinhada aos princípios da ESS no contexto inovador das IS.

Dentre as principais descobertas, a nuvem de palavras expressou uma relação direta existente entre planejamento regional e DR, corroborando na promoção de efeitos sociais e econômicos. Isto denota a importância da constituição de planos nacionais, regionais e locais de desenvolvimento integrados a partir de agentes públicos, privados e cívicos em prol da efetividade das transformações socioeconômicas. Assim, o alinhamento entre planejamento e desenvolvimento reafirma o valor das interações ecossistêmicas estruturadas na formulação de estratégias e ações direcionadas a impactos sociais e econômicos a partir das demandas identificadas pelos mesmos.

Outro apontamento está ligado à baixa inter-relação entre autores, apresentada na estrutura social das bases estudadas, que se configura como um desafio a ser ultrapassado, tendo em vista que a transferência de conhecimento é um fator primordial na realidade sistêmica para a construção de novos meios de viabilização aos atendimentos destas demandas complexas. Em contraste, o DR ainda mostra destaque nas pesquisas desta interseção temática, o que se prospecta que o interesse acadêmico por esta abordagem permaneça em ascensão em virtude da agenda 2030 e das proposições que envolvem políticas públicas e planos de ação, voltados a sustentabilidade.

No que tange à revisão sistemática realizada com 18 artigos selecionados a partir de uma metodologia de verificação crítica, a instrumentalidade das IS foi analisada em paridade ao quadro teórico desenvolvido a partir da CASP, constatando-se sua potencialidade enquanto integradora das hélices do modelo de inovação quíntuplo e reconhecendo a inovação social como elemento-chave para viabilizar novas conexões entre indivíduos, entidades e organizações em prol da criação e implantação de iniciativas colaborativas para o DR.

Essencialmente, os respectivos autores destes artigos destacaram a proposição de políticas públicas de bem-estar comum e emprego e renda, desenvolvimento de competências e práticas solidárias para dar suporte à governança participativa, a expressão de protagonismo social através dos recursos endógenos e a composição de CBST para reforçar a identidade coletiva e local como exemplos da influência positiva das IS nas ações baseadas na ESS para fomentar o DR sob uma ótica responsável e

sustentável. Desde o estímulo de ecossistemas de inovação regionais que impulsionam a instituição de IS no contexto da 3H, elas abrem espaço para o fortalecimento de novas óticas de interação, impulsionando a capacidade de participação da 4H de forma que contribuam para o robustecimento de novas formas organizativas coletivas, econômicas e políticas.

Nesta linha, a própria inovação social, viabilizada por meio das IS, alinha-se a objetivos condizentes a percepção da ESS que vai além de um modelo produtivo, corroborando para que seus atores também compreendam o seu papel na construção participativa do desenvolvimento no território onde vivem. Aliás, em virtude da proximidade entre inovação social e ESS, suas contribuições nas proposições supracitadas permitem mensurar a efetividade das políticas públicas e, por isso, que a 3H, em sua função articuladora, multidisciplinar e comprometida socialmente, capacita estes agentes da ESS para conduzirem seus esforços na constituição de marcos legais que esteja convergindo ao interesse de todos os actantes do sistema.

Isso só reforça que o DR e a ESS possuem eixos de complementaridade nas pesquisas científicas a partir da abordagem territorial, tratadas conjuntamente em certo nível como uma perspectiva clara de interseção dialógica e intencional. Afinal, ambas as ações são potencializadas por iniciativas de propósito coletivos, bem-comum, qualidade de vida, valorização identitária e outras forças envolvidas. Dessa forma, a revisão sistemática baseada no protocolo CASP permitiu comprovar as potencialidades da IS como agente intermediador do DR e da ESS como instrumento de inovação social, construída em parceria com outros atores do ecossistema. Portanto, denota-se a importância da actância diversificada e sistêmica na evolução das ações de DR.

Seguindo para a pesquisa de campo realizada no contexto de duas incubadoras previamente selecionadas, a percepção dos respondentes mostrou-se favorável em grande medida ao seu potencial de diálogo ativo para com todas as hélices do modelo, inclusive para o pressuposto de consideração da ESS como meio de alcance para suprimir as demandas socioeconômicas, desenvolvido na seção de exposição da problemática tratada neste estudo. De fato, houve variações importantes entre as interações com alguns actantes, proporcionando novas reflexões sobre as dinâmicas intrínsecas entre determinados atores da 5H e suas variáveis que afetam o desempenho das IS. Questionamentos sobre a suficiência de suas ações, a possibilidade de

compreensão equivocada de atores para com os esforços das IS e a resistência dos mesmos pela divergência de interesses foram apontamentos que só corroboram para a complexidade existente em um sistema social.

Dentre as hélices de maior evidência nas respostas, apesar de a 3H e a 4H representarem majoritariamente a percepção do papel da IS para o DR, as hélices 1H e 2H tiveram resultados indiretos significativos no âmbito de interseção helicoidal e impactos sociais e econômico da IS. Ou seja, enquanto as relações diretas da IS com a 3H e 4H estão consolidadas entre os respondentes, os mesmos percebem um potencial da 1H e 2H de força crescente quando as hélices 3H ou 4H intermediam as relações com a IS.

É importante destacar que não precisa haver uma mudança de perspectiva do caráter e importância da IS como também de entendimento de suas ações e práticas, para incentivar as interações intencionais. Entretanto, as IS aparentam ter a necessidade de outro ator específico para dialogar melhor com a 1H e 2H, o que demonstra um nível de interação favorável a intervenções de co-dependência e pode gerar falhas de comunicação em longo prazo. Nesta linha, é notório que a IS e uma interação direta com 1H e 2H tem fragilidades que precisam ser exploradas, uma vez que estas hélices se configuram como uma base importante para o planejamento e desenvolvimento de uma nação. Assim, conclui-se que, para se tornar uma política pública, a IS precisa fundamentar-se adequadamente nos princípios da ESS a ponto de desenvolver metodologias e resultados institucionalizados de inovação social, comprovados e consolidados para sua operacionalização a nível nacional.

Por fim, a abordagem sistêmica em forma de modelagem propôs testificar como produto final da análise das instrumentalidades e causalidades da ITCP e ITESS no fomento ao DR, ilustrando e detalhando todas as descobertas em dois cenários claros das interações de maior importância neste contexto dinâmico. Vale endossar nestas finalizações que as modelagens de DS trouxeram contribuições importantes para compreender as inter-relações entre actantes de um ecossistema. A partir de uma otimização da capacidade empreendedora das redes de ESS, as modelagens cruzadas permitiram visualizar o potencial de reforço da ESS na relação IS-DR, beneficiando a todas as hélices.

Foi evidenciado a partir de dois estudos específicos os principais apontamentos

referentes às capacidades das IS de responderem adequadamente às demandas de seus contextos, cuja preocupação primordial encontra-se na formulação estrutural de equipes dispostas a atuarem na ótica dos princípios da ESS, captação de recursos externos e de parcerias diversificadas. Tais aspectos interferem diretamente no funcionamento da IS e, consequentemente, na consolidação da ESS como inovação social, trazendo uma comunicação inadequada com as outras hélices e que pode gerar divergências de atuação.

Numericamente, não foram estabelecidos padrões ou ferramentas que auxiliassem na mensuração de influência aproximada de cada taxa e seu impacto na dinâmica do sistema como um todo. Por não ter sido objetivo deste estudo, sugere-se aplica-lo como recomendação inicial para que novos estudos desenvolvam estratégias para entender quantitativamente o nível de interação de cada taxa e sua influência na ação da IS dentro do contexto da 5H. Dessa forma, novas conclusões poderão ser evidenciadas no que tange o meio de atuação das taxas para reafirmar ou prejudicar tal recorte de realidade.

Neste sentido, ao abordar DS via Vensim-PLE em conjunto com a interseção IS/ESS/DR, foi proposto algo inédito que, até o momento, não foi constatado em nenhum outro estudo da literatura. Espera-se que, a partir destas visualizações, pesquisas inovadoras possam contribuir para o entendimento das interações sistêmicas em ambientes complexos a fim de formular políticas públicas, ações de intervenção, planejamento estratégico e implementação metodológica de forma efetiva no universo de análise. Afinal, a proposta de utiliza-lo nesta abordagem também foi demonstrar sua viabilidade de uso para gerenciar políticas existentes, encontrar pontos de inflexão entre elas e aprimora-las sempre que possível, considerando o apoio de governança participativa entre os atores envolvidos e a serem impactados pelas ações governamentais.

Dadas as potencialidades da IS para o DR por meio da ESS, é impossível não destacar o quanto que esta metodologia poderia auxiliar na institucionalização de novas incubadoras de natureza social por parte dos órgãos públicos em parceira com a 3H. Esta seria uma forma de fortalecer a formulação de políticas públicas de atendimento às necessidades de cada contexto local e regional. Estudando o recorte de interação de cada interseção helicoidal, vislumbram-se novas possibilidades complementares capazes de

constituir de estratégias conjuntas que coadunam com os interesses de ambos os atores, reforçando sua relevância para o DR e seu impacto positivo equilibrado em todas as hélices. Tais descobertas contribuiriam para o fortalecimento das ações de governança, estreitando laços de confiança e mutualidade essenciais para o robustecimento das redes, além da captação de novas parcerias e recursos cruciais para fomentar novas relações coletivas e intencionais que prezem objetivos comuns orientados pelo DR.

Exemplificando, a constituição de projetos-piloto a partir das IS consolidadas em termos metodológicos e de efetividade em seu ambiente teria potencial para iniciar uma averiguação de tais instrumentalidades e causalidades em dada localidade ou região. Estas IS poderiam ser identificadas a partir de uma seleção prévia específica, considerando os padrões da metodologia CERNE pré-existente. Depois, estes elementos podem ser mapeados e organizados para compor uma nova versão metodológica que esteja adequada à luz da DS e 5H. Dessa forma, as necessidades dos empreendimentos de ESS que auxiliam no processo de DR por meio de sua CBST seriam evidenciadas pelas hélices a fim de desenvolverem conjuntamente inovações sociais regionalizadas e interligadas em ações direcionadas a cada interação helicoidal. Por fim, estes instrumentos potencializariam meios de mensurar e monitorar a efetividade de políticas públicas, além de fortalecer as estruturas organizativas de ESS em seu processo de reinserção socioeconômica.

Expressas tais proposições otimistas, é de vital importância apresentar os aspectos desafiadores que limitaram certas análises do estudo, além de fornecer sugestões e recomendações para futuras pesquisas que envolvam tais complexidades. Primeiramente, apesar de os resultados de produção nacional sobre IS ser significativa, o quantitativo de estudos encontrados ainda é razoavelmente baixo. A ampliação das bases de dados científicos direcionadas para perspectivas regionalizadas, como Bancos de Teses e Dissertações, Latindex e Google Acadêmico, poderia compor novas análises e elencar novos elementos para aprofundar os estudos regionais e em como as IS se aplicam em cada contexto. Isso também pode auxiliar na compreensão das razões pelas quais existe um “tardio” interesse pelas IS, pressuposto em virtude do baixo quantitativo de documentos, o que pode ser crucial para a robustez deste campo de estudo integrado e propiciar um ambiente favorável à construção de instrumentos teórico-metodológicos que auxiliem nesta identificação.

Na análise bibliométrica, houve contratempos que inviabilizaram a mesclagem das bases de dados para obtenção de gráficos sem que as perdas de dados fossem tão significativas. Por isso, optou-se por analisar as bases selecionadas de forma separada sempre que possível. Outro aspecto limitador encontra-se na própria modelagem pelo software Vensim, uma vez que neste trabalho não foram consideradas a inserção de dados numéricos ou algébricos para designar o impacto das ações de cada ator dentro do modelo. Além disso, os instrumentos utilizados na pesquisa de campo não tinham por objetivo coletar informações de natureza tão complexa, mas não se descarta a possibilidade da utilização da escala Likert para construir dados algébricos capazes de elaborar um cenário aproximado das interações gerais. Entretanto, no caso das especificidades das interações helicoidais, acredita-se que haja a necessidade de instrumentos de maior robustez em conjunto ao Vensim-PLE.

Considera-se interessante também formular parâmetros e indicadores a partir de metodologias existentes de gestão e de incubação, baseando-se em propostas bem-sucedidas das IS, para análise e representação quantitativa das suas relações sistêmicas e possibilitar a construção de simulações computacionais em um novo nível de profundidade. Uma vez que a insuficiência de materiais completos e acessíveis ainda aparenta-se uma realidade, recomenda-se ainda aos pesquisadores que conduzirem tais operações com softwares buscarem conhecimento e aperfeiçoamento das ferramentas inerentes a DS, não somente como um diferencial científico, mas para que sejam capazes de resolver os desafios funcionais e tecnológicos dos sistemas Vensim e similares e compreender os obstáculos reais a serem enfrentados.

Concernente ao formulário, cabe ressaltar que, apesar de o público-alvo da pesquisa ter respondido as questões adequadamente, o fator de inserção de cada indivíduo influencia diretamente nas peculiaridades encontradas destas avaliações. A depender do recorte analisado, este aspecto pode não ser compreendido como um desafio a ser suprimido. Por isso, é válido lembrar que os ambientes de atuação helicoidais em que os actantes interagem configuram percepções diferentes da mesma realidade. É isto que a IS busca balancear para que todos estes alcancem o entendimento da importância de suas especificidades atuantes para o bom funcionamento sistêmico em prol do DR.

Portanto, conclui-se que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, bem

como os seus objetivos específicos da realização de uma revisão sistemática com aporte bibliométrico, pesquisa de campo e geração de modelagens pelo Vensim-PLE. Ademais, tal estudo reafirmou as ações atuais das IS proporcionam caminhos viáveis para intermediar as relações da 5H em prol do DR e podem desenvolver ou adaptar estratégias existentes para reforçar e estimular iniciativas solidárias enquanto instrumento de inovação e propulsão do DR. Tal ponto sana duas das principais indagações que orientaram a formulação da problemática central desta pesquisa.

Sobre a criação de parâmetros e indicadores para dar suporte na manutenção de interações sistêmicas e dos dados solidários e gerar transformações socioeconômicas assertivas, isto ainda é um logo caminho a percorrer devido ao processo gradual de assimilação por parte dos actantes da 5H quanto à importância integradora de suas funções, missão, objetivos e meios para viabilizar as transformações socioeconômicas do DR por meio da IS e ESS.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Khaled A.; BELL, Michael G. H. System dynamics applicability to transportation modeling. **Transportation Research A**, v. 28A, n. 5, p. 373-400. 1994. https://doi.org/0965-8564(94)E0001-P

ABBONDANZIERI, Camila. The financial dimension of south-south cooperation: Reflections on its prospects and potential in the pandemic context. **Revista Relaciones Internacionales**, v. 95, n. 1, p. 17-32, jun. 2022. https://doi.org/10.15359/ri.95/1.1

ADHAM, Khairul Akmaliah; MUHAMAD, Nur Sa'adah; SAID, Mohd Fuaad; SARHADAT, Shahrizin Abdul; ISMAIL, Habib Asaril; NASIR, Mohd Fareez Assrul Mohd. Diagnosing Business Incubation for Social Purpose: A Viable System Model Approach. **Systemic Practice and Action Research**, v. 32, n. 2, p. 219–238, 2018. https://doi.org/10.1007/s11213-018-9465-8.

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (Org.). **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária:** concepção, metodologia e avaliação**.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018a. ISBN 978-85-7108-442-1.

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (Org.). **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária:** experiências e reflexões a partir da prática**.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018b. ISBN 978-85-7108-443-8.

AIRES, Christiane Florinda de Cima. **Avaliação das ações da rede de Incubadoras de Cooperativas Populares do Estado do Rio de Janeiro**. 2019. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientador: Elmo Rodrigues da Silva. 2019. 163f.

AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz de; KOCOUREK, Sheila; OLIVEIRA, Jairo Luz de; RODRIGUES, Adriano Correia. Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **DOAJ - Directory of Open Access Journals**, v. 21, n. 2, p. 305-316 https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.1952

ALMEIDA, I. E. Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS). In: CEFET, 2020. Disponível em: http://www.cefet-rj.br/index.php/incubadora-tecnologica-de-empreendimentos-solidarios-sustentaveis-itess

AMARAL, Marcelo; CAI, Yuzhuo. The Tribology of the Helixes: Relations between Triple, Quadruple and Quintuple Helix. **Triple Helix**, v. 9, n. 1, p. 1-5, 2022. DOI:

https://doi.org/10.1163/21971927-12340006.

AMARAL, Rebeca Martins do; MELLO, José André Villas Bôas. Economia solidária, incubadoras sociais e desenvolvimento regional: um estudo bibliométrico. **Revista de Ciencias Sociales Collectivus**, v. 9, n. 1, p. 171-230, jul. 2022. https://doi.org/10.15648/Collectivus.vol9num1.2022.3352

AMARAL, Rebeca Martins do; AFONSO, Herlander Costa Alegre da Gama. Áreas verdes e a potencialidade do Parque Natural Municipal (PNMNI) para a hipótese da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 8, n. e618, 2022. https://doi.org/10.32358/rpd.2022.v8.618.

AMARAL, Rebeca Martins do; WEBERING, Susana Iglesias. A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCUBADORAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Revista da ABET:** Brazilian Journal of Labour Studies, v. 21, n. 2, p. 1-18, 2023. https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2022v21n2.63184.

ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 79–101, jan./mar. 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000100005.

ANDRADE, Sarah Farias; PIRES, Mônica de Moura; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Índice de Desenvolvimento como Liberdade: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 34, p. 5-59, abr./jun. 2016. https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.34.5-59.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária:** alavanca para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006. ISBN 978-8576430223.

ARTURO, Rodriguez Castellanos; JON, Hoyos Iruarrizaga; JULEN, Izaguirre Olaizola; AZUCENA, Vicente Molina M. Organizaciones en el marco de una cultura social innovadora: propuesta de factores explicativos. **Investigaciones Europeas**, v. 17, n. 1, p. 17-35, jan/abr. 2011. https://doi.org/10.1016/S1135-2523(12)60042-2

AVENDAÑO-LEADEM, Daniel; CEDEÑO-MONTOYA, Bepsy; ARROYO-ZELEDÓN, Michael Steven. Integrando el concepto de servicios ecosistémicos en el ordenamiento territorial. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 65, p. 63–90, jun. 2020. https://doi.org/10.15359/rgac.65-2.3

ÁVILLA, Rafael Chaves; CAMPOS, José Luis Monzón. The social economy facing emerging

economic concepts: social innovation, social responsibility, collaborative economy, social enterprises, and solidarity economy**. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa (CIRIEC España)**, v. 93, p. 5-50, jul. 2018. https;//doi.org/10.7203/CIRIEC-E.93.12901.

BAILEY, David; CRESCENZI, Riccardo; ROLLER, Elisa; ANGUELOVSKI, Isabelle; DATTA, Ayona; HARRISON, John. Regions in Covid-19 recovery. **Regional Studies**, v. 55, n. 12, p. 1995-1965, 2021. https://doi.org/10.1080/00343404.2021.2003768.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificância de trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2007. ISBN 978-8524913143.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70. 2010. ISBN 978-9724415062.

BARTOLONI, Sara; CAIÒ, Ernesto; MARINELLI, Luca; PASCUCCI, Federica; DEZI, Luca; CARAYANNIS, Elias; REVEL, Gian Carlo; GREGORI, Gian Luca. Towards designing society 5.0 solutions: The new Quintuple Helix – Design Thinking approach to Technology. **Technovation**, v. 113, p. 1-14, 2022. https://doi.org/10.1016/j.technovation.2021.102413.

BELLIGIERE, Júlio César. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XIX, v. 2, n. 37, p. 6–34, ago. 2017. ISSN 2178-8022.

BERAN, Vaclav; TEICHMANN, Marek; KUDA, Frantisek; ZDARILOVA, Renata. Dynamics of regional development in regional and municipal economy. **Sustainability**, v. 12, n. 9234, p. 1-18, nov. 2020. https://doi.org/ 10.3390/su12219234.

BEZERRA, Adriel Felipe de Araújo; SILVA, Wendella Sara Costa da; CARVALHO, Zulmara Virgínia de. As incubadoras sociais e o desenvolvimento local: o que é e porque apoiar a iniciativa. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS – ANPROTEC, 13., 2013, Recife. **Anais eletrônicos...**, Recife: Anprotec, 2013. Disponível em: <http://anprotec.org.br/anprotec2014/artigos_completos.php> . Acesso em: set. 2018.

BIBLIOMETRIX. *In:* Bibliometrix. Itália, [*S. I.*], c2023. Disponível em: https://www.bibliometrix.org/home/index.php/layout/bibliometrix. Acesso em: abr 2021.

BIBLIOSHINY. **Bibliometrix** [S.I.]. Biblioshiny, 2022. Software.

BIBLIOSHINY. *In:* Bibliometrix. Itália, [*S. I.*], c2023. Disponível em: https://www.bibliometrix.org/home/index.php/layout/biblioshiny. Acesso em: abr 2021.

BOTELHO, Louise de Lira; ALVEZ, Alcione Aparecida de Almeida; TONES, Aline Raquel Müller; JUSTEN, Andréia Fröhlich; REIS, Denize Ivete; ROTTA, Edemar; SCHERER, Luciana; AMARAL, Matheus; ROSSINI, Neusa; SHOROEDER, Ronnie Reus; NOGUEIRA, Sandra Vidal; BÖLTER, Serli Genz. A experiência da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários e sua relação com o desenvolvimento das Regiões Noroeste e Missões no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Espacios**, v. 38, n. 42, p. 9, mai. 2017. Disponível em: https://www.revistaespacios.com/a17v38n42/17384209.html

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 69, de 2019**. Acrescenta o inciso X ao art. 170 da Constituição Federal para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica. Brasília, DF, mai. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137, de 2017**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Brasília, DF, nov. 2019.

BRUM, Argemiro Luís. Economia Solidária: elementos para compreensão. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 1, n. 1, p. 217–228, jan./jun. 2003. https://doi.org/10.21527/2237-6453.2003.1.217-228.

CAPES. **Portal de Periódicos CAPES/MEC**. *In:* CAPES. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?. Acesso em: junho 2022.

CAJAIBA-SANTANA, Giovany. Social innovation: Moving the Field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014. http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008.

CANESTRINO, Rossella; CARAYANNIS, Elias G.; MAGLIOCCA, Pierpaolo. The Noncontextual Drivers of Innovation: Development and Validation of the 5H-INN Survey. **IEEE Transactions on Engineering Management**, p. 1-30, mar. 2022. https://doi.org/10.1109/TEM.2022.3159373.

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. Towards and Emerging Unified Theory of Helix Architectures (EUTOHA): Focus on the Quintuple Innovation Helix Framework as the Integrative Device. **Triple Helix**, v. 9, n. 1, p. 65-75, 2022. https://doi.org/10.1163/21971927-BJA10028.

CARAYANNIS, Elias G.; GRIGOROUDIS, Evangelos; STAMATI, Dimitra.; VALVI, Theodora. Social Business Model Innovation: A Quadruple/Quintuple Helix-Based Social Innovation Ecosystem. **IEEE Transactions on Engineering Management**, v. 68, n. 1, p. 235-248, fev. 2021. https://doi.org/10.1109/TEM.2019.2914408.

CASP Checklists – how to use them & why they are important. *In:* CASP – Critical Appraisal Skills Programme. United Kingdom, [*S. I.*], c2023. Disponível em: https://casp-uk.net/how-to-use-checklist/. Acesso em: maio 2023.

CAZELLA, Ademir Antonio; MEDEIROS, Monique; DESCONSI, Cristiano; SCHINEIDER, Sergio; DE PAULA, Leandro Guimaraes Nunes. O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E APLICAÇÃO NO BRASIL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 193–206. 2020. https://doi.org/10.54399/rbgdr.v16i3.5881.

CHAN, Kim Ling Geraldine. Governance Networks for Effective Custodians' Participation in The Sustainability of Langkawi as a Geopark. **Kajian Malaysia**, v. 35, n. supp1, p. 91–118, 2017. https://doi.org/10.21315/km2017.35.supp.1.6

CHARRY, Geovanny Perdomo; PÉREZ, José Enrique Arias. Las políticas públicas de desarrollo empresarial e innovación desde la perspectiva de la nueva gestión pública y la gobernanza: caso CREAME. Apuntes del CENES, v. 32, n. 56, p. 139-204, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-30532013000200008

CHARRY, Geovanny Perdomo; PÉREZ, José Enrique Arias; BARAHONA, Nelson Lozada. Organizational and institutional change analysis: the case of Barcelona activa business incubator. **Revista Lasallista de Investigación**, v. 13, n. 1, p. 11-22, fev. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-44492016000100002&lng=en&tlng=en

COMPREENSIVE R ARCHIVE NETWORK (CRAN). Compreensive Science Mapping Analysis: R package bibliometrix version 4.1.3. *In:* CRAN, [*S. I.*], c2023. Disponível em: https://cran.r-project.org/web/packages/bibliometrix/index.html. Acesso em: abr 2021.

CORAGGIO, José Luis. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la Economía Social y Solidaria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, p. 11-24, nov. 2013. http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p11.

CÓRDOBA, Diana; PEREDO, Ana Maria; CHAVES, Paola. Shaping alternatives to development: Solidarity and reciprocity in the Andes during COVID-19. **World Development**, v. 139, n. 105323, p. 1–10, dez. 2020. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105323

COSTA, Priscila Rezende da; ITELVINO, Lucimar da Silva; MONKEN, Sonia Francisca. Descriptive model of sustainable acting for social innovation development. **Revista De Administração Da UFSM,** v. 14, n. 2, p. 241–262, 2021.

https://doi.org/10.5902/198346593431

COSTANZA, Francesca. Stimulating new business creation through system dynamics education. **Journal of Economic and Administrative Sciences**, v. 35, n. 4, out. 2019. https://doi.org/10.1108/JEAS-10-2018-0112

CRITICAL Appraisal Skills Programme. *CASP* **Systematic Review Checklist**, 2018. Disponível em: https://casp-uk.net/images/checklist/documents/CASP-Systematic-Review-Checklist/CASP-Systematic-Review-Checklist-2018_fillable-form.pdf. Acesso em: dez 2022.

CRUZ-SOUZA, Fátima; CORTEGOSO, Ana Lúcia; ZANÍN, Maria; SHIMBO, Ioshiaqui. Las incubadoras universitarias de economía solidaria en Brasil - Un estudio de casos. **REVESCO**, v. 106, p. 74-94, out. 2010. https://doi.org/10.5209/rev_reve.2011.v106.37373

DALLABRIDA, Valdir Roque. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63–78, mai./ago. 2020. https://doi.org/10.54399/rbgdr.v16i2.5395.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTA, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; DENARDIN, Valdir Frigo; ARENHART, Livio Osvaldo. ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: CATEGORIAS CONCEITUAIS E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS. **Guaju**, v. 7, n. 1, p. 43–80, jan./jun. 2021. http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v7i1.80437.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTA, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256–273, mai./ago. 2021. https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i2.6343.

EUROPEAN STRUCTURAL AND INVESTMENT FUNDS (ESIF). Guidance on Community-Led Local Development for Local Actors. **European Commission:** European Network for Rural Development, versão 1, 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/enrd/publications/community-led-local-development-local-actors_en.html. Acesso em: 03 jun 2022.

DE ESTEBAN ESCOBAR, Débora.; DE-PABLOS-HEREDERO, Carmen; MONTES-BOTELLA, José Luis; BLANCO JIMÉNEZ, Francisco; GARCÍA, Antón. Business Incubators and Survival of Startups in Times of COVID-19. **Sustainability**, v. 14, n. 4, fev. 2022. https://doi.org/10.3390/su14042139.

DOELLINGER, Vinicius Mattos Von; AIRES, Christiane de Cima; DIAS, Ellen Guimarães Duarte; SILVA, Larissa Osório da; SILVA, Regina Fatima da; PACHECO, Carolina Cerveira. EXPERIÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS SUSTENTÁVEIS - ITESS CEFET/ RJ: ESTUDO DE CASO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO E O INGRESSO DE EESS.. *In:* Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC "Economia Social e Solidária, Sustentabilidade e Inovação: enfrentando os velhos e os novos problemas sociais.", 6., 2018, Manaus. **Anaiseletrônicos**. Manaus: UFAM, 2018. p. 1-19. https://doi.org/10.29327/15280.1-7.

DYASON, David; FIEGER, Peter; ROSSOUW, Riaan. COVID-19, THE EFFECT OF LOCKDOWNS ON RETAIL EXPENDITURE AND DISPLACEMENT EFFECTS ON THE REGIONAL ECONOMY. **Australasian Journal of Regional Studies**, v. 27, n. 1, pp. 66-87, set. 2021. Disponível em: https://www.anzrsai.org/assets/Uploads/PublicationChapter/AJRS-27.1-pages-066-to-087.pdf.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. Sociologias (Porto Alegre), v. 12, n. 23, p. 208-236, jan./abr. 2010. https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000100008.

EBERLEIN, Robert L.; PETERSON, David W. Understanding models with Vensim™. **European Journal of Operational Research**, v. 59, n. 1, p. 216-219, 1992. https://doi.org/10.1016/0377-2217(92)90018-5.

ETGES, Virgínia Elisabeta. DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A REGIÃO IMPORTA? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (RBG&DR)**, v. 18, n. 1, p. 313-319, jan./abr. 2022. https://doi.org/10.54399.rbgdr.v18i1.6450.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento Regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. *In:* CONCEIÇÃO, Octavio A. C.; GRANDO, Marinês Zandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto E (org.). **Três décadas de Economia Gaúcha:** o ambiente regional, v. 1, Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística, 2010. p. 160-192. ISBN 978-8571730946. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14353/2/Desenvolvimento_regional_para_novos_paradigmas_produtivos.pdf. Acesso em: abr 2021.

FORLIANO, Canio; DE BERNARDI, Paola; YAHIAOUI, Dorra. Entrepreneurial universities: A bibliometric analysis within the business and management domains. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 165, p. 1–15, 2021.

https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120522.

FRAGA, Lais Silveira. As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 31, p. 140-155, mai./ago. 2018. https://doi.org/10.3895/rts.v14n31.5811.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. ISBN 978-85-61910-26-6.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 313–335, mai. 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5655. Acesso em: 03 jun 2022.

GÁLVEZ, Francisco Javier Moreno. Políticas públicas y desarrollo regional en la sociedad de la información: tendencias y retos. **Revista de Estudios Para El Desarrollo Social de La Comunicación**, n. 12, p. 318–343, 2016. https://doi.org/ 10.15213/redes.n12.p318.

GARCÍA, Juan Martín. **Teoria e exercícios práticos de Dinâmica de Sistemas**. Tradução: Francisco Ramon Alves do Nascimento. USA: Amazon Digital Services, 2022. ISBN 978-17-18175-38-9. *Ebook.*

GATTAI, Silvia; BERNARDES, Marco Aurélio. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 50–81, nov./dez. 2013. ISSN 1678-6971. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/4495/4582. Acesso: jun 2022.

GAVIRAGHI, Fabio Jardel; GOERCK, Caroline; FRANTZ, Walter. As incubadoras sociais do Rio Grande do Sul na base de fomento da práxis emancipatória: algumas problematizações. **Revista Interações**, v. 20, n. 2, p. 461-474, abr./jun. 2019. https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1834.

GIOVANNINI, Michela. Solidarity economy and political mobilisation: Insights from Barcelona. **Business Ethics**, v. 29, n. 3, p. 497-509, mar. 2020. https://doi.org/10.1111/beer.12283.

GONÇALVES, Carlos. Regiões, cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (URBE)**, v. 9, n. 2, p. 371–385, mai./ago. 2017. https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.A015

GUERRA, Pablo. Economía de la Solidaridad: Consolidación de un concepto a veinte años de sus primeras elaboraciones. **Revista OIKOS**, v. 17, p. 1–11. 2004. ISSN: 0717-327X.

Disponível em: www.economiasolidaria.net. Acesso em: 09 fev 2022.

GUERRA, Pablo. ¿Cómo denominar a las experiencias económicas solidarias basadas en el trabajo? Diálogo entre académicos latinoamericanos acerca de la polémica conceptual. **Otra Economía**, v. 1, n. 1, p. 21-27, jul./dez. 2007. Disponível em: https://www.revistaotraecnomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/1056. Acesso em: 02 jun 2022.

GUERRA, Pablo. La Economía Solidaria en Latinoamerica. **Papeles de Relaciones ecosociales y cambio global**, n. 110, p. 67-76. 2010. ISSN 1888-0576.

GUO, Tian; ZHENG, Zhitao; ZHENG, Yourui. Innovation of the Third Sector to Improve Nature Reserve Management in the Post-COVID-19 Epidemic Era. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 23, dez. 2022. https://doi.org/10.3390/ijerph192316278

GUTIÉRREZ-SALCEDO, M.; MARTINÉZ, M. Ángeles; MORAL-MUNOZ, J. A.; HERRERA-VIEDMA, E.; COBO, M. J. Some bibliometric procedures for analyzing and evaluating research fields. **Applied Intelligence**, v. 48, n. 5, p. 1275-1287. 2018. https://doi.org/10.1007/s10489-017-1105-y.

HELMAN, Joanna. Analysis of the Local Innovation and Entrepreneurial System Structure Towards the 'Wrocław Innovation Ecosystem' Concept Development. **Sustainability**, v. 12, n. 23, p. 10086–10103, 2020. https://doi.org/10.3390/su122310086.

HERNÁNDEZ-ASCANIO, José; RICH-RUIZ, M. Caracterización de organizaciones del Tercer Sector desde el enfoque de la innovación social. Discusión a partir de un caso etnográfico. **Innovar,** v. 30, n. 75, p. 71-86, jan. 2020. https://doi.org/10.15446/innovar.v30n75.83258

INCUBADORA Tecnológica de Cooperativas Populares. *In:* COPPE UFRJ, 1 jun 2023. Disponível em: https://coppe.ufrj.br/incubadora-tecnologica-de-cooperativas-populares/.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA USP (ITCP-USP) (Org.). **Articulando:** Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares. São Paulo: 2013. ISBN 978-85-62587-12-2.

INCUBADORA Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis. *In:* ITESS/CEFET, s.d. Disponível em: http://itess.cefet-rj.br/.

INCUBAÇÃO de empreendimentos econômicos solidários avança no RJ. *In:* EcosolRJ, 30 abr 2018. Disponível em: https://ecosolrj.wixsite.com/ecosolrj/single-

post/2018/05/02/incuba%C3%A7%C3%A3o-de-empreendimentos-econ%C3%B4micos-solid%C3%A1rios-avan%C3%A7a-no-rj

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL (SEAS). Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In: Gov.br, c2023. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/home/agenda

JOÃO-ROLAND, Iraci de Souza; GRANADOS, Maria L. Social innovation drivers in social enterprises: systematic review. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 27, n. 5, p. 776-795, mai. 2020. https://doi.org/10.1108/JSBED-12-2019-0396.

KIM, Doughyun; LIM, Up. Social Enterprise as a Catalyst for Sustainable Local and Regional Development. **Sustainability**, v. 9, n. 8, p. 1-15, ago. 2017. DOI: 10.3390/su9081427.

KOGUT-JAWORSKA, Magdalena; OCIEPA-KICIŃSKA, Elzbieta. Smart Specialisation as a Strategy for Implementing the Regional Innovation Development Policy — Poland Case Study. **Sustainability**, v. 12, n. 19, p. 7986–8007, 2020. https://doi.org/ 10.3390/su12197986.

LACERDA, Luiz Drude de; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação social ou compensação?: Reflexões acerca das práticas corporativas. **Revista Latinoamericana POLIS**, v. 12, n. 35, p. 357–379, 2013. https://doi.org/10.4067/s0718-65682013000200016

LANGE, Bastian; SCHMIDT, Suntje. Entrepreneurial ecosystems as a bridging concept? A conceptual contribution to the debate on entrepreneurship and regional development. **Growth and Change**, p. 1–18, 2020. https://doi.org/ 10.1111/grow.12409.

LARA, José Edson; ESTEVES, Claudia Maria Araújo; CREMONEZ, Victor Gonçalves; RIBEIRO, Rodrigo Medeiros. The Quintuple Helix Modeling Technological Innovation: Characterization and the Status of Business Accelerators in a Metropolitan Region. **International Journal of Professional Business Review**, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2021. https://doi.org/10.26668/businessreview/2021.v6i1.221.

LEE, Suyeon. Role of social and solidarity economy in localizing the sustainable development goals. **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, v. 27, n. 1, p. 65-71, set. 2019. https://doi.org/10.1080/13504509.2019.1670274.

LI, Xing; LUO, Fuzhou. Dynamic Simulation of Low-Carbon Competitiveness from the Perspective of Circular Economy. **Complexity**, p. 1-13, 2021. https://doi.org/10.1155/2021/6618940.

LOCH, Clesar Luiz; AMORIM, Luciana Martins; SCHMIDT, Luciane Lehmkuhl. Economia

solidária: possibilidade de (re)humanização do trabalho. **Revista de Ciências da Administração (RCA)**, v. 10, n. 20, p. 57-69, jan./abr. 2008. https://doi.org/10.5007/2175-8069.2008v10n20p57.

LÓPEZ-RUBIO, Pedro; ROIG-TIERNO, Norat; MAS-VERDÚ, Francisco. Assessing the Origins, Evolution and Prospects of National Innovation Systems. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 13, n. 1, p. 161-184, jan. 2022. https://doi.org/10.1007/s13132-020-00712-7

LOUGH, Benjamim J. Decentering social innovation: the value of dispersed institutes in higher education. **Social Enterprise Journal**, v. 18, n. 1, p. 12–27, 2022. https://doi.org/10.1108/sej-08-2020-0059

MARTINS, Tânia; BRAGA, Alexandra; FERREIRA, Marisa R.; BRAGA, Vitor. Diving into Social Innovation: A Bibliometric Analysis. **Administrative Science**, v. 12, n. 56, p. 1-18, abr, 2022. https://doi.org/ http://dx.doi.org/10.21315/km2017.35.Supp.1.6.

MATARAZZO, Gustavo; BOEIRA, Sérgio Luís. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 207-227, 2016. http://dx.doi.org/10.1590/1679-395131514.

MEDEIROS, Amanda Cristina; CUNHA, Eduardo Vivian da. Economia solidária e desenvolvimento local: a prática dos empreendimentos econômicos solidários na região do Cariri Cearense. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 61-87, set./dez. 2012. https://doi.org/10.21527/2237-6453.2012.21.61-87.

MENEZES, Daniel Francisco Nagao. Economia solidária e inovação social: comparação entre Brasil e Bolívia. **Revista de Estudos Universitários – REU**, v. 47, n. 1, p. 177-196, jun. 2021. https://doi.org/10.22484/2177-5788.2021v47n1p177-196.

MENG, Tian; TIAN, Congying; ZHANG Henglong; KOO, Chun Kwong. What effects of COVID-19 on regional economic resilience? Evidence from 31 provinces in China. **Frontiers in Public Health**, v. 10, n. 973107, jul. 2022. https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.973107

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência Da Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626. 2012. ISSN 1678-4561. Disponível em: https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/analise-qualitativa-teoria-passos-e-fidedignidade/8357?id=8357.

MINEIRO, Andréa Aparecida da Costa; SOUZA, Donizete Leandro; VIEIRA, Kelly Carvalho; CASTRO, Cleber Carvalho; DE BRITO, Mozar José. Da Hélice Tríplice a Quíntupla: uma revisão sistemática. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 51, p. 77-93, fev. 2019.

https://doi.org/ 10.5752/P.1984-6606.2018v18n51p77-93.

MINEIRO, Andréa Aparecida da Costa; SOUZA, Thais Assis de Souza; CASTRO, Cleber Carvalho. The quadruple and quintuple helix in innovation environments (incubators and science and technology parks). **Innovation & Management Review**, v. 18, n. 3, p. 292-307, jan. 2021. https://doi.org/ 10.1108/INMR-08-2019-0098.

MINEIRO, Andrea Aparecida da Costa; ARANTES, Rita de Cássia.; VIEIRA, Kelly Carvalho; CASTRO, Cleber Carvalho; CARVALHO, Eduardo Gomes; AMARAL, Marcelo Gonçalves. Business practices for strengthening the quadruple and quintuple helix: a study using structural equation modeling. **International Journal of Innovation Science**, p. 1-18, nov. 2021. https://doi.org/ 10.1108/IJIS-02-2021-0049.

MONTEIRO, Alcides. O que é Inovação Social? Maleabilidade Conceitual e Implicações Práticas. **DADOS (Rio de Janeiro)**, v. 62, n. 3, p. 1-34, 2019. https://dx.doi.org/10.1590/001152582019187.

MONZÓN CAMPOS, José Luis; CHAVES ÁVILA, Rafael. La Economía Social en la Unión Europea: Informe elaborado para el Comité Económico y Social Europeo por el Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa (CIRIEC). **European Economic and Social Committee**, 126p, 2015. https://doi.org/10.2864/19566.

MORAWSKA-JANCELEWICZ, Joanna. The Role of Universities in Social Innovation Within Quadruple/Quintuple Helix Model: Practical Implications from POlish Experience. **Journal of the Knowledge Economy**, p. 1-42, mai. 2021. https://doi.org/10.1007/s13132-021-00804-y.

MORETTO NETO, Luís; GARRIDO, Paulo Otolini; JUSTEN, Carlos Eduardo. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **CADERNOS EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, set. 2011. https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300008.

MURAD, E. P. Incubadoras universitárias de economia solidária: metodologias em perspectiva. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Curso de Administração, Instituto de Ciências Humanas e Sociais (UFF), Volta Redonda, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2039/3/2014-Administra%C3%A7%C3%A3o-ELISA%20PEREIRA%20MURAD.pdf>. Acesso em: set. 2018.

NICOLOPOULOU, Katerina.; KARATAS-OZKAN, Mine; VAS, Christopher; NOUMAN, Mmuhammad. An incubation perspective on social innovation: the London Hub – social

incubator. **R&D Management**, v. 47, n. 3, p. 368-384, 2017. https://doi.org/10.1111/radm.12179.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. Entre o Estado e a Sociedade Civil: as instituições participativas e o movimento de economia solidária. **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 111, n. 25, p. 33-42, jan. 2017. https://doi.org/ 10.16925/co.v25i111.1772.

OLIVEIRA, Thais Cristina Souza de; ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 38, p. 38-59, 2018. https://doi.org/10.3895/rts.v14n32.7855.

ORBAŞLI, Aylin; CESARO, Giorgia. Rethinking Management Planning Methodologies: A Novel Approach Implemented at Petra World Heritage Site. **Conservation and Management of Archaeological Sites**, v. 22, n. 1–2, p. 93–111, mai. 2021. https://doi.org/10.1080/13505033.2021.1928369

ORTEGA HOYOS, Antonio José; MARIN VERHELST, Kimberly. La innovación social como herramienta para la transformación social de comunidades rurales. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, n. 57, p. 87-99, fev. 2019. https://doi.org/10.35575/rvucn.n57a7

ORTIGOZA, S. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **GOT - Revista De Geografia E Ordenamento Do Território**, n. 6, nov. 2014. https://doi.org/10.17127/got/2014.6.014

PAPAGEORGIOU, George; YIANNAKI, Simona Mihai; VARNAVA-MAROUCHOU, Despina; ANASTASIADES, Tasos; HADJIPAPA-GEE, Sofia; ENGLEZOU, Demetra. A System Dynamics Approach to Entrepreneurship Applied to the Case of the Creative Arts Industry. **European Conference on Innovation and Entrepreneurship**, v. 2, p. 41- 57, set. 2021. https://doi.org/10.34190/EIE.21.266

PETRONILHO, Olívia Barrios. **Desenvolvimento e uso de cenários dinâmicos computacionais no processo de planejamento de cenários**. Orientação: Júlio César Bastos de Figueiredo. 2013. 41f. Relatório de pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC) - Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

POSIT. Download RStudio: The Popular Open-Source IDE from Posit. *In:* Posit, [*S. I.*], c2023. Disponível em: https://posit.co/products/open-source/rstudio/. Acesso em: abr 2021.

PRIM, Márcia Aparecida; VALDATI, Aline de Brittos; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; ALVES, João Bosco da Mota. A CONTRIBUIÇÃO DA VISÃO SISTÊMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INCUBADORAS SOCIAIS. In: VII Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação, p. 1-15, Foz do Iguaçu, **Anais eletrônicos**, Rio Grande do Sul: 2013. Disponível em: https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/234.

RAD, Mehdi Fateh; SEYEDESFAHANI, Mir Mehdi; JALILVAND, Mohammad Reza. An effective collaboration model between industry and university based on thwory of self organization: a system dynamics model. **Journal of Science and Technology Policy Management**, v. 6, n. 1, mar. 2015. https://doi.org/10.1108/JSTPM-08-2014-0035

RADOVANOVIC, Tihomir; GRANDOV, Zorka; FILIJOVIC, Marko. THE ESSENCE AND IMPLICATIONS OF INTEGRATED LOCAL DEVELOPMENT PLANNING. **EMC Review - Časopis Za Ekonomiju - APEIRON**, v. 18, n. 2, p. 248–263, dez. 2020. https://doi.org/10.7251/EMC1902248R.

RICCIULLI-MARÍN, Diana; BONET-MORÓN, Jaime; PÉREZ-VALBUENA, Gerson Javier; HADDAD, Eduardo A.; ARAÚJO, Inácio F.; PEROBELLI, Fernando S. REGIONAL DIFFERENCES IN THE ECONOMIC IMPACT OF LOCKDOWN MEASURES TO PREVENT THE SPREAD OF COVID-19: A CASE STUDY FOR COLOMBIA. **Cuadernos de Economía**, v. 40, n. spe85, p. 977-998, dez. 2021. https://doi.org/10.15446/cuad.eco.v40n85.90803

RODRIGUES, Ariele Silva Moreira; MELLO, José André Villas Bôas; DA GAMA AFONSO, Herlander Costa Alegre. Desenvolvimento estimulado por empreendedorismo em incubadoras de empresa: Uma revisão sistemática. **MÉI: Métodos de Información**, v. 10, n. 19, p. 1-27. 2019. https://dx.doi.org/10.5557/IIMEI10-N19-001027.

RODRIGUES-FERREIRA, Ariele; AFONSO, Herlander; MELLO, José André; AMARAL, Rebeca. Creative economy and the quintuple helix innovation model: a critical factors study in the context of regional development. **Creative Studies**, v. 16, n. 1, p. 158-177, mar. 2023. https://doi.org/10.3846/cs.2023.15709.

RSTUDIO. R for Microsoft. Versão 4.0.5 [S.I.]: R, 2022. Software.

SAFIULLIN, L.; FATKHIEV, A.; GRIGORIAN, K. A. The triple Helix model of innovation. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 5, n. 18, p. 203-206, 2014. https://doi.org/10.5901/mjss.2014.v5n18p20

SANNINO, Fabiano. **A Dinâmica em um Projeto de Tecnologia de Grande Porte**. Orientação: Silvio Hamacher. 2006. 108f Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) -

Pontíficia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

SANSONE, Guiliano; ANDREOTTI, Pietro; COLOMBELLI, Alessandra; LANDONI, Paolo. Are social incubators different from other incubators? Evidence from Italy. **Technological Forecasting and Social Change**, n. 158, p. 120-132, 2020. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120132.

SANTOS, Samuel Silveira dos. **INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM GUIA METODOLÓGICO PARA O IFMT**. Orientador: Júlio César Andrade de Abreu. 2020. 138f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Administração) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO MULTIMENSIONAL. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012. https://doi.org/10400.22/1858.

SANTOS, Eduardo Ribeiro dos. **Guia para iniciantes na aplicação da Técnica de Dinâmica de Sistemas.** Orientador: Gladis Bordin. 2019. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SANTOS, Domingos. Building entrepreneurial ecosystems: the case of Coimbra. **Journal of Science & Technology Policy Management**, v. 13, n. 1, p. 73–89, 2022. 10.1108/JSTPM-02-2020-0028

SCHIOCHET, Valmor. Prefácio. *In:* ADDOR, Felipe; LARICCHA, Camila Rolim (org.). **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária:** concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 7-9.

SILVA, Regilane Fernandes da; SILVA, Sandro Pereira. Em busca de um marco legal para a Economia Solidária: análise da trajetória do PL nº 4.685/2012. **Mercado de trabalho**, n. 58, p. 1-11, abr. 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10745.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. ISBN 85-86469-51-3.

SINGER, Paul. **Ensaios sobre Economia Solidária**. Portugal: Editora Almeida, 2018. ISBN 978-972-40-7290-6.

SPICAR, Radim. System Dynamics Archetypes in Capacity Planning. **Procedia Engineering**,

v. 69, p. 1350-1355, 2014. https://doi.org/ 10.1016/j.proeng.2014.03.128.

STANOWICKA, Agnieszka. The image of a city in selected theories of regional development. **Ekonomia i Prawo (Economics and Law)**, v. 19, n. 1, p. 135–148, mar. 2020. https://doi.org/ 10.12775/eip.2020.010.

STORONYANSKA, Irina; BENOVSKA, L. FINANCIAL AND INVESTMENT DETERMINANTS OF REGIONAL DEVELOPMENT IN THE FACE OF ECONOMIC UNCERTAINTY. **Financial and Credit Activity-Problems of Theory and Practice**, v. 4, n. 39, pp. 521-532, nov. 2021. http://dx.doi.org/10.18371/fcaptp.v4i39.241439

SVENNEVIK, Elisabeth M. C.; SAIDI, Trust. Social innovations-as-practice: establishing a social innovation program at a university. Management & Marketing: Challenges for the Knowledge Society, v. 17, n. SI, p. 402-425. https://doi.org/10.2478/mmcks-2022-0023.

TAYLOR, Robert A. **Introduction to System Dynamics:** A Systems Approach to Understanding Complex Policy Issues. USA: U.S. Department of Energy, 2007. E-book.

THEIS, Ivo Marcos; LIMA, Jandir Ferreira de, OLIVEIRA, Nilton Marques de; BARBOSA, José Luciano Albino; RANDOLPH, Rainer. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DO SABER?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (RBG&DR)**, v. 18, n. 1, p. 258-271, jan./abr. 2022. https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6383.

UTTING, Paul. Achieving the Sustainable Development Goals through Social and Solidarity Economy. **Knowledge Hub Working Paper**, p. 1-56, abr. 2018. Disponível em: http://www.unrisd.org/. Acesso em: 01 jun 2022.

VAN DER HAVE, Robert P.; RUBALCABA, Luis. Social innovation research: An emerging area of innovation studies?. **Research Policy**, v. 45, n. 9, p. 1923-1935, jul. 2016. https://doi.org/ 10.1016/j.respol.2016.06.010.

VECCHIO, Pasquale Del; OPPONG, Nana Boakye. Supporting the regional development in the knowledge economy: the adoption of a system dynamic apporach in Ghana. **Global Business and Economics Review**, v. 21, n. 3-4, p. 427-449, mar. 2019. https://doi.org/10.1504/GBER.2019.099395

VELOSO FILHO, Francisco de Assis; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Sistemas de inovação e promoção tecnológica regional e local no Brasil. **Interações**, v. 8, n. 13, p. 107-117. https://doi.org/10.1590/s1518-70122006000200012

VENSIM. Vensim-PLE. [S.I.]: Ventana Systems Inc., 2022. Software.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Método de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978-8522456246

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978-8522455737.

VIEIRA, Naldeir dos Santos; PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. "Terceiro setor", "economia social" e "economia solidária": laboratório por excelência de inovação social. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, pp. 100-121, 2017. https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2017a5

VILLALBA-EGUILUZ, Unai; EGIA-OLAIZOLA, Andoni; MENDIGUREN, Juan Carlos Pérez de. Convergences between the Social and Solidarity Economy and Sustainable Development Goals: Case Study in the Basque Country. **Sustainability**, v. 12, n. 13, p. 1-19, jul. 2020. https://doi.org/ 10.3390/su12135435.

VINOD KUMAR, T. M. COVID-19: Containment, Life, Work and Restart Urban and Regional Studies. *In:* VINOD KUMAR, T. M. (org.). **COVID-19, Containment, Life, Work and Restart**. Advances in 21st Century Human Setttlements. Singapura: Springer, out. 2022. p. 3-93. https://doi.org/10.1007/978-981-19-6183-0_1.

WANG, Zhong; ZHANG, Yingying; LIAN, Lian.; CHU, Chenglong. Evaluating transportation infrastructure investment on a regional level: a system dynamics simulation. **Simulation**, v. 94, n. 10, p. 943-954, 2018. https://doi.org/10.1177/003754917746750.

WEBERING, Susana Iglesias. Economia Social, Non-profit sector, Terceiro Setor ou Economia Solidária: Sentidos, Diferenças e Similaridades. **P2P e Inovação**, v. 5, n. 2, p. 62-82, mai./ago. 2019. https://doi.org/10.21721/p2p.2019v5n2.p62-82

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero; RESPONDOVESK, William. Inovação com impacto social: afinal, do que falamos?. **RADAR**, n. 57, p. 14-17, ago. 2018. https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8611

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA AUTOAPLICADO

Incubadoras Sociais, Perspectivas de Fomentos às Redes de Economias Solidárias e o Desenvolvimento Regional

Caro participante, peço que leia atentamente todas as instruções de cada seção antes de responder as questões e, consequentemente, prosseguir para a próxima etapa!

* Indica uma pergunta obrigatória

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Incubadoras Sociais, Perspectivas de Fomentos às Redes de Economias Solidárias e o Desenvolvimento Regional”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP) da instituição Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ); como parte do requisito necessário à defesa final e atribuição do título de Mestre à discente de mestrado Rebeca Martins do Amaral, sob orientação do Prof. Dr. Herlander Costa Alegre da Gama Afonso.

Este trabalho tem por objetivo central analisar a instrumentalidade e causalidade das Incubadoras Sociais no processo de estímulo ao Desenvolvimento Regional, considerando a Economia Social e Solidária enquanto inovação social na promoção de transformações sociais e econômicas. Este estudo se faz necessário, uma vez que corrobora para com a formação e aprendizado acadêmicos além da disseminação do conhecimento inerente ao tópico de Desenvolvimento Regional e as potencialidades existentes no território que podem impulsioná-lo.

O convite à sua participação se deve ao papel de atuação, responsabilidades e aprendizados estratégicos para o projeto, confluindo aos pontos prospectados para a consolidação desta defesa, sendo, portanto, favorável a novas perspectivas da temática vigente. Sua participação consistirá em responder perguntas do atual formulário à discente responsável em que, sob autorização do (a) respondente, todas as informações serão coletadas, devidamente armazenadas em arquivos digitais e acessadas somente pela discente e seu orientador.

Em observância ao estabelecido pelas normas éticas nacionais que regulam as pesquisas envolvendo seres humanos, posso garantir-lhe: liberdade de adesão ou recusa da participação na pesquisa; liberdade para retirar seu consentimento em qualquer momento; e sigilo das informações que forem fornecidas em resposta ao formulário, e sigilo quanto as suas identidades (Resolução CNS nº 466/2012).

1. Sobre a expressão do TCLE e estabelecimento dos direitos aos respondentes deste formulário:

   Fui esclarecido (a) sobre a Pesquisa: "Incubadoras Sociais, Perspectivas de Fomentos às Redes de Economias Solidárias e o Desenvolvimento Regional" e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

   Marcar apenas um oval.

   - ◯ Sim, concordo.
   - ◯ Não, discordo.

BLOCO A – CARACTERIZAÇÃO GERAL

Nesta seção, o respondente encontra questões de caráter geral para que possamos conhecer melhor o público da nossa pesquisa. Pedimos, por gentileza, que preencham os campos adequadamente.

2. Em qual faixa etária se encaixa?*

   Marcar apenas um oval.

   - ◯ 18 - 25 anos
   - ◯ 26 - 35 anos
   - ◯ 36 - 45 anos
   - ◯ 45 - 60 anos
   - ◯ Acima de 60 anos

3. Qual seu gênero?

   Marcar apenas um oval.

   - ◯ Masculino
   - ◯ Feminino
   - ◯ Outro
   - ◯ Prefiro não dizer

4. Qual a sua profissão?*

_____

5. Qual sua formação?*

Marcar apenas um oval.

- ◯ Fundamental Incompleto
- ◯ Fundamental Completo
- ◯ Ensino Médio Incompleto
- ◯ Ensino Médio Completo
- ◯ Graduação / Faculdade incompleta
- ◯ Graduação / Faculdade completa
- ◯ Pós-graduação (MBA e especializações)
- ◯ Mestrado
- ◯ Doutorado
- ◯ Pós-doutorado
- ◯ Outro

6. Possui vínculo empregatício?*

Marcar apenas um oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outro: _____

7. No momento, qual a sua área de atuação?*
(Caso não tenha, especifique em que trabalha ou o que estuda atualmente).

_____

8. Você possui quanto tempo de experiência nesta área?*

   Marcar apenas uma oval.

   - ◯ A menos de 1 ano
   - ◯ Entre 1 e 2 anos
   - ◯ Entre 2 e 5 anos
   - ◯ Entre 5 e 10 anos
   - ◯ Acima de 10 anos

9. Você se considera um participante predominantemente ativo de qual dos grupos abaixo?*

   Marcar apenas uma oval.

   - ◯ Pesquisadores - Extensionistas
   - ◯ Terceiro Setor (Economia Solidária e/ou Social, Cooperativas, Associações, entreoutros)
   - ◯ Agentes governamentais
   - ◯ Universitários (corpo acadêmico em geral)
   - ◯ Sociedade Civil
   - ◯ Setor industrial / comercial / serviços
   - ◯ Outro:

10. Qual o seu melhor contato?

    _____

BLOCO B – INCUBADORAS SOCIAIS (IS) *versus* QUÍNTUPLA HÉLICE (5H)

Nesta seção, você responderá questões relacionadas à relação entre os temas acima, classificando-as de 1 (menor valor) a 9 (maior valor) de acordo com a escala Likert. Para fins de esclarecimento e melhor qualidade de resposta, apresentamos os conceitos simplificados abaixo:

- **Incubadoras Sociais (IS):** Iniciativas acadêmicas de extensão que buscam articular o conhecimento popular dos principais grupos da sociedade e o conhecimento científico sistematizado da universidade, cujo propósito é oferecer suporte ao desenvolvimento e fortalecimento de empreendimentos de cunho social que almejam promover impacto social através de suas práticas, em seu ambiente de atuação e para os indivíduos beneficiados por suas ações.
- **Quíntupla Hélice (5H):** Modelo de inovação, caracterizado pela interação de cinco actantes – Governo, Indústria, Universidade, Sociedade Civil e Desenvolvimento Regional – cujo propósito é desenvolver estratégias e soluções sustentáveis, capazes de atender as demandas de sua realidade complexa à medida que suas transformações impactem em suas relações e os condicionam à mudança. Suas conexões e entrelaçamentos são fundamentais para a solidez de conhecimento na construção e aprimoramento de uma inovação.
- **Governo (1H):** Todo poder, forma, instituição ou figura de autoridade com jurisdição federal, estadual e/ou municipal, que exerce a conduta de direito e gestão políticos em um determinado território, promovendo ações públicas com intervenção e impactos na sociedade a nível social, econômico, ambiental e cultural.
- **Indústria (2H):** Conjunto de pessoas, técnicas e processos, reunidas em instalações com equipamentos adequados, que realizam uma série de atividades para transformação de matéria-prima em bens de consumo de acordo com sua finalidade comercial (Ex.: agroindústrias, indústrias automotivas, indústrias do ramo alimentício, indústria extrativista, indústrias de base e pequenas indústrias).
- **Universidade (3H):** Instituições de nível superior, responsáveis pelo ensino e pesquisa do conhecimento, constituídas de uma oferta variada de faculdades e cursos de preparação profissionais aos discentes que nela ingressam.
- **Sociedade Civil (4H):** Agrupamento de indivíduos que vivem em comunidade exercendo sua cidadania através da interação mútua, condicionamento às normas de convivência e união pelo sentimento de grupo social ou coletividade. A associação destes é regida pelo Código Civil, não sendo estabelecida pelas leis do comércio nem possuindo fins lucrativos (ou seja, seu propósito central não tem como prioridade a geração de lucro excessiva e desequilibrada).
- **Desenvolvimento Regional:** Transformação gradual de uma região, levando em conta suas potencialidades e condições para o progresso, acompanhadas de ações que promovem alterações estruturais em níveis político, econômico e social para fins de melhoria da qualidade de vida populacional.

Tendo lido cautelosamente as definições acima, prossiga para responder as questões abaixo!

11. Como você percebe o papel das Incubadoras Sociais nos seguintes contextos?*

Marcar apenas um oval por linha

	1 (sem importância)	3 (alguma importância)	5 (moderada importância)	7 (considerável importância)	9 (extrema importância)
Desenvolvimento Regional	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
1H – Governo	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
2H – Indústria	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
3H – Universidade	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
4H – Sociedade Civil	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭

12. Como você percebe a frequência de interação entre as Incubadoras Sociais e a Quíntupla Hélice?*

Marcar apenas um oval por linha

	1 (nenhuma)	3 (rara)	5 (ocasional)	7 (frequente)	9 (muito frequente)
Desenvolvimento Regional (visão panorâmica geral)	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
Governo - Indústria	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
Governo – Universidade	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
Governo – Sociedade Civil	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
Universidade – Indústria	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭
	⬭	⬭	⬭	⬭	⬭

Universidade – Governo	
Universidade – Sociedade Civil	
Indústria – Governo	
Indústria – Universidade	
Indústria – Sociedade Civil	
Sociedade Civil – Governo	
Sociedade Civil – Indústria	
Sociedade Civil - Universidade	

13. Como você percebe o Impacto Social das Incubadoras Sociais nos seguintes contextos:*

Impacto social: Capacidade de repercussão das ações de uma instituição e/ou grupo de indivíduos, resultando em propostas de soluções viáveis às demandas sociais de uma sociedade, relacionadas à qualidade de vida (ex.: saúde, bem-estar, educação, inclusão etc.).

Marcar apenas um oval por linha

	1 (nenhum)	3 (raro)	5 (ocasional)	7 (frequente)	9 (muito frequente)
Desenvolvimento Regional	◯	◯	◯	◯	◯
1H – Governo	◯	◯	◯	◯	◯
2H – Indústria	◯	◯	◯	◯	◯
3H – Universidade	◯	◯	◯	◯	◯
4H – Sociedade Civil	◯	◯	◯	◯	◯

14. Como você percebe o Impacto Econômico das Incubadoras Sociais nos seguintes contextos:*

    Impacto econômico: Capacidade de repercussão das ações de uma instituição e/ou grupo de indivíduos, resultando em propostas de soluções viáveis às demandas econômicas de uma sociedade, relacionada à geração de renda e desenvolvimento econômico (redistribuição de renda, poder de compra e consumo, empregabilidade, geração de emprego etc.).

    Marcar apenas um oval por linha

	1 (nenhum)	3 (raro)	5 (ocasional)	7 (frequente)	9 (muito frequente)
Desenvolvimento Regional	◯	◯	◯	◯	◯
1H – Governo	◯	◯	◯	◯	◯
2H – Indústria	◯	◯	◯	◯	◯
3H – Universidade	◯	◯	◯	◯	◯
4H – Sociedade Civil	◯	◯	◯	◯	◯

BLOCO C – ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, INOVAÇÃO SOCIAL E INCUBADORAS SOCIAIS

Nesta seção, você responderá questões relacionadas à relação entre os temas acima. Para fins de esclarecimento e melhor qualidade de resposta, apresentamos os conceitos simplificados abaixo:

Economia Social e Solidária (ESS): é um modo de produção caracterizado pela livre associação entre pessoas que atuam coletivamente sob um conjunto de práticas econômicas orientadas pela solidariedade e autogestão de um empreendimento em comum. Visando a busca pela igualdade de direitos, reinserção econômica, qualidade de vida e de trabalho, e redistribuição de renda, aliada a conservação e recuperação de recursos ambientais (sempre que possível), os indivíduos possuem participação ativa nas decisões do empreendimento, debatendo sobre as melhores e justas condições desde a qualidade de produtos e serviços, os meios de produção e comercialização aos

níveis de ganhos para todos os envolvidos e as necessidades de atrair investimentos de crédito a baixos custos para alavancar projetos.

Inovação Social: composto de tecnologias sociais cujo conjunto de ferramentas, metodologias e estratégias de operacionalização e assessoria propõem viabilizar a aliança entre os saberes científicos sistematizados e os saberes populares empíricos para a construção do processo participativo do conhecimento, gerando soluções adequadas ao contexto de atuação e às características sociais, econômicas e culturais.

15. Admita o seguinte pressuposto:*

    Considerando a ESS como um instrumento de inovação social, as ações provenientes das IS poderiam ser melhor impulsionadas?

    Marcar apenas uma oval

    ◯ Sim
    ◯ Não

16. De acordo com sua resposta, admita outro pressuposto:*

    Com a sugestão/recomendação desta nova metodologia, você acredita as IS apresentariam melhores resultados a nível social?

    Marcar apenas uma oval

    ◯ Sim
    ◯ Não

17. De acordo com sua resposta, admita um último pressuposto nesta mesma vertente:*

    Com a sugestão/recomendação desta nova metodologia, você acredita as IS apresentariam melhores resultados a nível econômico?

    Marcar apenas uma oval

    ◯ Sim
    ◯ Não

BLOCO D – ASPECTOS FINAIS

Estamos quase finalizando! Quero lhe agradecer por chegar até aqui.

18. Gostaria de acrescentar algo ou sugerir outra reflexão dentro do tema proposto que:*
    1) tenha sido tratada superficialmente;
    2) tenha sido ignorada; ou,
    3) tenha notado a necessidade de complementar enquanto respondia alguma pergunta?

    Marcar apenas uma oval

    ◯ Sim
    ◯ Não

19. De acordo com sua resposta, fique à vontade para abordar sucintamente no espaço abaixo:*

    (Sua opinião é de extrema importância para os resultados da minha pesquisa!)

_____

_____

_____

_____

_____

Google Formulários

APÊNDICE B – RESULTADO DA ANÁLISE CASP

Verificação de Análise Crítica - CASP

VALIDADE

#	Clareza e foco de pesquisa	Seleção de referências	Relevância de referências	Avaliação das inclusões	Combinações
1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
5	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
7	Sim	Sim	Talvez	Talvez	Talvez
8	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
9	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
10	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
11	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
12	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
13	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
14	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
16	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
17	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
18	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

RESULTADOS

#	Aspectos gerais	Precisão
1	Panorama de criação da UFFS, apresentação da ITCEES e suas ações de trabalho e a relação da mesma com o desenvolvimento regional	Assertivos, bem direcionados e conduzidos sequencialmente
2	Síntese dos avanços conceituais e metodológicos relacionados às dificuldades dos empreendimentos em suas consolidações e a criação de redes de economia solidária no território	Poderiam ser melhor sistematizados, mas estavam consistentes a proposta central
3	Quadro teórico integrado de desenvolvimento local e regional sustentável	Sistematização consistente e assertivos, apesar de um pouco repetitivos
4	Contextualização e esclarecimento das definições, similaridades e complementaridades de sistemas regionais de inovação e empreendedorismo; Análise do papel do DRL nas estratégias de PPs em prol de políticas territoriais; Apresentação de Coimbra e o papel da incubadora e universidade no fortalecimento do sistema de inovação vigente.	Assertivos, bem direcionados e conduzidos de forma consistente
5	Exemplos de associações e centros comunitários como representantes da sociedade civil; Incubadoras e STPs são ambientes favoráveis às interações, de acordo com os novos modelos de inovação; A	Sistematização consistente e assertiva

	quíntupla hélice não tem um ator que represente o meio ambiente, mas as IS e Parques e Parques Tecnológicos promovem ações sustentáveis, incentivam a geração de empresas verdes e estimulam práticas sustentáveis entre as empresas estabelecidas	
6	Apresentação do caso da incubadora KIMAR, seu processo de operacionalização e sua relação com o ambiente internacional e o desenvolvimento de negócios	Sistematização consistente e assertiva
7	Análise do papel da tríplice hélice no estímulo à inovação	Não trouxe muita sistematização e apresentou poucas contribuições e prospecção de estudos futuros
8	Identificação de cinco maneiras pelas quais os institutos dispersos possibilitam a inovação social; Identificação de estratégias das IES para apoiar institutos dispersos	Sistematização consistente e assertiva
9	Reflexão sobre a necessidade de se privilegiar os mais fracos através da economia solidária e da dimensão territorial do desenvolvimento	Assertivos, bem direcionados e conduzidos de forma consistente
10	Levantamento de publicações acerca da participação de universidades no processo de desenvolvimento regional	Poderiam ser melhor sistematizados e explanados, mas estavam consistentes a proposta central
11	Apresentação dos principais sistemas setoriais e redes de organização em território nacional; Apresentação das principais iniciativas de promoção ao desenvolvimento	Sistematizados e consistentes
12	Análise de políticas públicas de desenvolvimento e inovação empresarial sob a perspectiva da nova gestão pública considerando a incubadora CREAME	Sistematização consistente e assertiva
13	Modelo tradicional de incubadora pode não ser suficiente para garantir a decolagem e a sustentabilidade das novas empresas	Sistematização consistente e assertiva
14	Analisar como o desempenho do negócio social pode impulsionar o desenvolvimento de inovações sociais	Sistematizados e consistentes
15	Análise do papel das corporações no enfrentamento dos problemas sociais por meio da inovação social	Assertivos, bem direcionados e conduzidos de forma consistente
16	Apresentação das dimensões conceituais de inovação social e caracterização das organizações do Terceiro Setor com base na Inovação Social.	Assertivos, bem direcionados e conduzidos de forma consistente
17	Discussão conceitual das abordagens sobre o "terceiro setor", "economia social" e "economia solidária" e da contribuição das suas organizações, projetos e atividades para o desenvolvimento de inovações sociais	Sistematização consistente e assertiva
18	Elaboração de uma metodologia de mapeamento de princípios de organização, articulação, conexão e interação das redes tecnossociais	Sistematizados e consistentes

APLICABILIDADE

#	Local	Causabilidade	Relação custo-benefício
1	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
2	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
3	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
4	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
5	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
6	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os

			custos
7	Não posso dizer	Não	Não posso dizer
8	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
9	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
10	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
11	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
12	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
13	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
14	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
15	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
16	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
17	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos
18	Sim	Sim	Sim, os benefícios são maiores que os custos

ANEXO I – CASP CHECKLIST PARA REVISÃO SISTEMÁTICA



CASP Checklist: 10 questions to help you make sense of a **Systematic Review**

How to use this appraisal tool: Three broad issues need to be considered when appraising a systematic review study:

- Are the results of the study valid? (Section A)
- What are the results? (Section B)
- Will the results help locally? (Section C)

The 10 questions on the following pages are designed to help you think about these issues systematically. The first two questions are screening questions and can be answered quickly. If the answer to both is "yes", it is worth proceeding with the remaining questions. There is some degree of overlap between the questions, you are asked to record a "yes", "no" or "can't tell" to most of the questions. A number of italicised prompts are given after each question. These are designed to remind you why the question is important. Record your reasons for your answers in the spaces provided.

About: These checklists were designed to be used as educational pedagogic tools, as part of a workshop setting, therefore we do not suggest a scoring system. The core CASP checklists (randomised controlled trial & systematic review) were based on JAMA 'Users' guides to the medical literature 1994 (adapted from Guyatt GH, Sackett DL, and Cook DJ), and piloted with health care practitioners.
For each new checklist, a group of experts were assembled to develop and pilot the checklist and the workshop format with which it would be used. Over the years overall adjustments have been made to the format, but a recent survey of checklist users reiterated that the basic format continues to be useful and appropriate.
Referencing: we recommend using the Harvard style citation, i.e.: *Critical Appraisal Skills Programme (2018). CASP (insert name of checklist i.e., Systematic Review) Checklist. [online] Available at: URL. Accessed: Date Accessed.*

©CASP this work is licensed under the Creative Commons Attribution – Non-Commercial-Share A like. To view a copy of this license, visit http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/ www.casp-uk.net

Paper for appraisal and reference:.....

Section A: Are the results of the review valid?

1. Did the review address a clearly focused question?

Yes	
Can't Tell	
No	

HINT: An issue can be 'focused' In terms of
- the population studied
- the intervention given
- the outcome considered

Comments:

2. Did the authors look for the right type of papers?

Yes	
Can't Tell	
No	

HINT: 'The best sort of studies' would
- address the review's question
- have an appropriate study design (usually RCTs for papers evaluating interventions)

Comments:

Is it worth continuing?

3. Do you think all the important, relevant studies were included?

Yes	
Can't Tell	
No	

HINT: Look for
- which bibliographic databases were used
- follow up from reference lists
- personal contact with experts
- unpublished as well as published studies
- non-English language studies

Comments:

4. Did the review's authors do enough to assess quality of the included studies?

Yes ☐
Can't Tell ☐
No ☐

HINT: The authors need to consider the rigour of the studies they have identified. Lack of rigour may affect the studies' results ("All that glisters is not gold" Merchant of Venice – Act II Scene 7)

Comments:

5. If the results of the review have been combined, was it reasonable to do so?

Yes ☐
Can't Tell ☐
No ☐

HINT: Consider whether

- results were similar from study to study
- results of all the included studies are clearly displayed
- results of different studies are similar
- reasons for any variations in results are discussed

Comments:

Section B: What are the results?

6. What are the overall results of the review?

HINT: Consider

- If you are clear about the review's 'bottom line' results
- what these are (numerically if appropriate)
- how were the results expressed (NNT, odds ratio etc.)

Comments:

7. How precise are the results?

HINT: Look at the confidence intervals, if given

Comments:

Section C: Will the results help locally?

8. Can the results be applied to the local population?

Yes ☐
Can't Tell ☐
No ☐

HINT: Consider whether
- the patients covered by the review could be sufficiently different to your population to cause concern
- your local setting is likely to differ much from that of the review

Comments:

9. Were all important outcomes considered?

Yes ☐
Can't Tell ☐
No ☐

HINT: Consider whether
- there is other information you would like to have seen

Comments:

10. Are the benefits worth the harms and costs?

Yes ☐
Can't Tell ☐
No ☐

HINT: Consider
- even if this is not addressed by the review, what do **you** think?

Comments: